



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 95

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 10 de março de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 13 minutos.

A Reunião teve início com a [verificação de poderes da Senhora Deputada Lúcia de Fátima Oliveira Arruda](#).

A leitura do relatório esteve a cargo da Deputada Marta Couto (*PS*), Relatora da CAPAT.

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

De seguida, entrou-se na Agenda da Reunião, tendo sido discutidos os seguintes pontos:

- [Debate de Urgência sobre “Acessibilidades: Transportes e Turismo”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O debate teve início com o Deputado Artur Lima, tendo, seguidamente, usado da palavra os Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Francisco César (*PS*), a Deputada Lúcia Arruda (*BE*), os Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Pedroso (*PSD*), André Bradford (*PS*), Duarte Freitas

(PSD), Rogério Veiros (PS), Luís Garcia (PSD) e Lúcio Rodrigues (PS), bem como o Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga).

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/X – “Passe Social Intermodal e Combinado”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pela Deputada Lúcia Arruda, intervieram no debate a Deputada Ana Espínola (CDS-PP), os Deputados Ricardo Ramalho (PS), Aníbal Pires (PCP), João Bruto da Costa (PSD), bem como o Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga).

O diploma em apreço foi rejeitado.

- [Projeto de Resolução n.º 75/X – “Redução do preço do Passe Social”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pela Deputada Lúcia Arruda, intervieram no debate as Deputadas Ana Espínola (CDS-PP) e Cecília Pavão (PS) e os Deputados João Bruto da Costa (PSD) e José Contente (PS).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 51 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos começar pela chamada. Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Paulo Henrique **Parece** Baptista
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Maria da **Graça Silveira**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputadas(os). Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Temos um ponto prévio na Agenda. Corresponde à verificação de poderes da Sra. Deputada Lúcia de Fátima Oliveira Arruda.

Para a apresentação do relatório, tem a palavra a Sra. Relatora da CAPAT.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório de Verificação de Poderes da candidata à Assembleia Legislativa Regional Lúcia de Fátima Oliveira Arruda

Capítulo I **INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 10 de março de 2015, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes da candidata à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Lúcia de Fátima Oliveira Arruda.

Estiveram presentes os Deputados Francisco Coelho (Presidente), Marta Couto (Relatora), José Andrade (Secretário), Benilde Oliveira, Graça Silva, José Contente, Pedro Moura, Bárbara Chaves, Joaquim Machado, Luís Garcia, Luís Rendeiro, Graça Silveira e Aníbal Pires.

*Capítulo II**ENQUADRAMENTO JURÍDICO*

Nos termos do disposto no artigo 5º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante de ordem profissional.

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O n.º 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70º, n.º 2 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8º, n.ºs

1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução nº 15/2003/A, de 26 de novembro.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DO DEPUTADO

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 23 de fevereiro de 2015, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pela Deputada Zuraida Maria de Almeida Soares, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, com efeito a 1 de março de 2015, e da suspensão do respetivo mandato pelo candidato Paulo José Maio de Sousa Mendes, comunicou a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda que a vaga será preenchida pela candidata Lúcia de Fátima Oliveira Arruda.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 14 de outubro de 2012, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos, e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes da candidata Lúcia de Fátima Oliveira Arruda, a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir a Deputada Zuraida Maria de Almeida Soares.

A candidata Lúcia de Fátima Oliveira Arruda não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que a candidata comunicou, por ofício de 02 de março de 2015, que não exerce quaisquer atividades que configurem incompatibilidade, no âmbito do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os *Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP* consideram estar verificada a elegibilidade e que a candidata não está em situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível a candidata Lúcia de Fátima Oliveira Arruda, e que a mesma não está em situação de incompatibilidade, concluindo que pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato da Deputada que substitui, ou seja, a 1 de março de 2015.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa.

Horta, 10 de março de 2015

A Relatora, *Marta Couto*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Verificados que estão os poderes, convidava a Sra. Deputada Lúcia Arruda a ocupar o seu lugar.

Seja bem-vinda, Sra. Deputada. Desejo-lhe um bom trabalho.

Aproveito para dar também as boas-vindas à Sra. Deputada Graça Silveira, que ocupa de novo o seu lugar neste Parlamento.

Vamos então entrar na Agenda.

O primeiro ponto é o Debate de Urgência sobre “Acessibilidades: Transportes e Turismo”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Regem nesta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos forma fixados pela Conferência de Líderes, conforme também estipula o nosso artigo 132.º e são os seguintes: o proponente, o Partido Socialista e o Governo Regional dispõem, para este debate, de 32 minutos, o PSD de 24 minutos, e as Representações Parlamentares do Bloco de Esquerda, PCP e PPM de 10 minutos.

Para iniciar e abrir este debate, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Secretária e Senhores Membros do Governo:

Implementar um sistema de transportes eficiente e promotor de acessibilidades é fundamental em todas as regiões e, por acrescidas razões, numa região com as características dos Açores.

A nossa ultraperiferia e as nossas periferias internas provocadas pelas grandes distâncias internas, exigem de quem nos governa a implementação de políticas estruturadas e estruturais de transportes (aéreo e marítimo), que transformem as fragilidades e as desvantagens da realidade arquipelágica em oportunidades geradoras de coesão social e territorial, garantindo a todos os Açorianos igualdade de oportunidades de mobilidade, quer inter-ilhas, quer no acesso ao exterior, bem como permitam o escoamento célere e economicamente rentável das boas produções açorianas.

Sempre defendemos abaixamentos significativos nos preços das passagens aéreas... mas também sempre fomos contra uma liberalização perigosa do

espaço aéreo açoriano (e o que vai acontecer, com o novo modelo de obrigações de serviço público, é praticamente isso).

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

A partir de 29 deste mês, ou seja, daqui a 19 dias, uma profunda metamorfose se verificará nas acessibilidades dos Açorianos (repito: acessibilidades dos Açorianos) ao exterior, particularmente por via da liberalização das rotas de Ponta Delgada e das Lajes, liberalização direta, e da liberalização escondida das restantes rotas.

Estamos ávidos de turistas e, por isso, a Região sucumbiu às pressões das *low cost* e de alguns interesses do sector. Não dá para entender por que motivo o Governo Regional cedeu às pressões do modelo inteligente do PSD?

É que da proposta entregue pelos Açores à República, em Maio de 2012, para a revisão das obrigações de serviço público de transporte aéreo, nunca e de forma nenhuma estava prevista qualquer liberalização...

Estranha inversão conceptual e política da maioria socialista!

Quando, em Julho de 2014, se anunciaram entendimentos quase perfeitos entre o PSD e o PS, os sociais-democratas clamaram vitória por terem conseguido o que sempre quiseram (justiça lhes seja feita): a liberalização e, por essa via, a satisfação de alguns interesses empresariais apenas para uma ilha, desprezando todas as outras.

Já o Governo Regional viu-se forçado a fazer um discurso de “chavões” e “slogans” que sempre deixou no ar mais dúvidas do que certezas.

As vantagens intermináveis que o PSD encontrou neste modelo, enquanto auto-proclamado “pai da criança”, afinal não são assim tão claras, a julgar pelas “cabeçadas” que o Deputado Jorge Macedo agora teme que andemos todos a dar daqui por duas semanas.

É a evolução do modelo: da inteligência à cabeçada, Sr. Deputado Jorge Macedo!

Ao Governo Regional, por sua vez, resta-lhe prestar cabais esclarecimentos sobre o modelo que decidiu aceitar, negociar e aplicar, sob pena de os Açorianos lhe passarem a chamar “o padrasto da criança”!

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Utilizam-se os chavões de que os Açores (e o Sr. Secretário é pródigo nisso; a maioria socialista mais ainda) são um “aeroporto único” (era a grande vantagem do modelo: o “aeroporto único”) por causa de “um modelo inteligente”, mas não se explica a todos os Açorianos (mas, hoje, o Sr. Secretário e o Sr. Deputado Jorge Macedo vão explicar) que não sejam residentes em São Miguel como conseguem chegar apanhar uma viagem numa *low cost* sem ter que pagar os custos de uma viagem inter-ilhas?

Como também não se explica aos micalenses como é que poderão beneficiar da concorrência entre gateways? Quando querem apanhar uma viagem mais barata na Terceira ou na Horta?

É necessário que o Sr. Deputado Jorge Macedo ou o Sr. Secretário Regional, em *code-share*...

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

... nessa matéria, expliquem aos Açorianos como é que vão fazer.

Não se explica a ninguém como é que se procederão os encaminhamentos dos residentes e estudantes para a gateway que apresente o melhor preço? Também não se explica!

Também não se explica como se vão articular as ligações inter-ilhas com as partidas e chegadas dos voos *low cost* em São Miguel? Também não se explica!

Deputado Francisco César (PS): E a TAP e a SATA?

O Orador: Aliás, que garantias de segurança têm os Açorianos que percam a ligação ao Continente porque o voo inter-ilhas sofreu atrasos ou cancelamentos,

deixando de haver o bilhete corrido, Sr. Secretário Regional e Sr. Deputado Jorge Macedo? Vai explicar, não vai?

Quem suportará os custos acrescidos dos Açorianos que sejam obrigados, por deficiente articulação horária entre companhias, ou mesmo por deficiente articulação horária da própria SATA, Sr. Deputado Francisco César (que, aliás, o Governo é o acionista único) ...

Deputado Francisco César (PS): Nós!

O Orador: ... a ter que pernoitar fora da sua ilha de residência? Onde está a equidade dos Açorianos, Sr. Secretário Regional e Sr. Deputado Jorge Macedo? Vai explicar, com certeza.

E quais serão...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O Deputado Jorge Macedo vai chegar a Secretário de Estado!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diria mais Ministro!

O Orador: ... claramente as regras dos reembolsos (aqui está, a 20 dias de entrada em vigor) aos passageiros residentes e estudantes que sejam confrontados com passagens acima dos 134 euros?

Deputado Francisco César (PS): Por que é que o senhor não pergunta ao seu Governo?

O Orador: Sr. Secretário, vai explicar hoje, não vai? A 20 dias do modelo, Sr. Secretário Regional! Senão, o seu companheiro Jorge Macedo vai explicar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ex-companheiro!

O Orador: Afinal, Sr. Secretário e Sr. Deputado Jorge Macedo (tão cheio de certezas que estava naquele programa *Grande Plano*), o que é o “aeroporto único”? Como e quando vai funcionar? Expliquem aos Açorianos todos, sobretudo ao PSD Faial, já agora, que tem grandes dúvidas, teve perante o PSD regional, também os senhores vão explicar ao PSD Faial, para ele ficar esclarecido, também aqui, hoje.

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor é que não consegue explicar ao CDS Faial! *(Risos)*

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Há CDS-Faial?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Artur Lima, pode continuar.

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

(Não perde pela demora, Sr. Deputado Joaquim Machado. Já lá vamos.)

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso está a demorar muito!

O Orador: O “modelo inteligente” do PSD, que discrimina Açorianos, Sr. Deputado Joaquim Machado, que ao Governo têm-lhe custado a engolir e que aos Açorianos vai sair caro, afinal padece de deficiente explicação.

(O PSD Terceira também vai explicar, Sr. Deputado António Ventura.)

Repito: Estamos a 19 dias da entrada em vigor deste novo modelo e quase nada está definido... Estamos perante algo tão mal explicado que até o progenitor PSD começa a duvidar da sua paternidade!

A estabilidade e a previsibilidade do transporte aéreo são fundamentais para garantir o desenvolvimento económico e social das diversas ilhas, garantir a acessibilidade dos Açorianos inter-ilhas e para o exterior e também para o desenvolvimento do sector do turismo.

Hoje, de uma vez por todas, os Açorianos têm que ficar a saber com que linhas é que se cozem quando quiserem apanhar um avião daqui por duas semanas...

E, muito importante, é preciso um esclarecimento cabal sobre algo que a ser verdade, Sr. Secretário, corresponde a algo tão escandaloso quanto irresponsável (e gostaria que o senhor me esclarecesse também aqui, hoje): Senhor Secretário Regional dos Transportes, o senhor confirma que o Governo deu instruções à SATA Internacional para que não vendesse, à partida de Ponta Delgada, em particular, passagens a menos de 200 euros, no intuito de levar as pessoas a procurarem as low cost?

E já agora, Sr. Secretário, tem informações de qual a procura para as low cost? Está nas expetativas?

Sr. Deputado Jorge Macedo, a sua companhia de baixo custo, está nas expetativas de reservas ou não?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Completamente! Está o mercado a funcionar!

O Orador: E é verdade, Sr. Secretário, já agora, que a SATA vai passar a cobrar taxa de combustível em todas as suas tarifas (normais e promocionais),...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E não só!

O Orador: ... fazendo aumentar o preço da passagem da companhia numa altura em que se liberaliza o mercado e se aumenta a concorrência?

Aguardemos que o senhor explique.

Chegou o tempo, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados, de esclarecer os Açorianos, chegou o tempo da verdade, nua e crua... Chegou a hora de, se preciso for, assumir os erros e corrigir o que está mal feito!

Muito obrigado.

Vozes das Deputadas da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora, querendo, a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cá estamos novamente para debater este assunto tão apaixonante e que gera acesa discussão dentro desta Câmara.

Eu diria que este é, possivelmente, o último momento para alguns tentarem brilhar antes de se mudar o paradigma dos transportes na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*): Muito bem!

O Orador: Efetivamente, o Governo dos Açores assumiu como sendo uma das suas prioridades para esta legislatura a revisão do modelo de acessibilidades à região. Simultaneamente, a revisão das Obrigações de Serviço Público no interior da região.

São dois compromissos assumidos, dois compromissos cumpridos que estão à beira de se tornar uma realidade e para que todos os açorianos possam usufruir das mais-valias que estas alterações daí advêm.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Explique como!

O Orador: E vou começar por responder ao Sr. Deputado Artur Lima pelo fim:...

Deputado Francisco César (*PS*): Exatamente!

O Orador: ... se o Governo deu indicações à SATA para não vender passagens abaixo de 200 euros.

Sr. Deputado Artur Lima, eu acho que o Sr. Deputado não percebeu o contexto e a realidade que os Açores vão viver a partir do dia 29. E como não percebeu nem o contexto nem a realidade, também não percebe o contexto e a realidade em que a SATA se vai inserir a partir do dia 29, onde nas rotas que não estão sujeitas a Obrigações de Serviço Público estarão em concorrência plena com todos os outros *players* do mercado.

Sr. Deputado Artur Lima, eu não sou inconsciente e muito menos irresponsável, e nunca teria a veleidade de dar uma indicação dessas a quem quer que seja quando estamos no regime concorrencial.

Naturalmente que será o mercado, que será a política comercial da companhia associada ao serviço que presta a ditar os preços que esta vem a praticar.

Portanto, essa indicação que o senhor alegadamente sugere que foi dada é totalmente falsa, é mentira. Não dei nem darei indicações nesse sentido, porque temos que ter consciência do que é que estamos a fazer e em que ecossistemas é que estamos inseridos.

E voltando àquilo que o Sr. Deputado disse, este modelo foi desenhado com base na proposta que o Governo dos Açores apresentou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Tinha pressupostos básicos: garantir um preço único e transversal a todos os açorianos, de Santa Maria ao Corvo, um preço que fosse justo e adequado ao custo inerente à acessibilidade, que criasse condições para a entrada de novos operadores no mercado e com isso se incrementasse a oferta, por essa via houvesse redução do custo da acessibilidade e, naturalmente, elevação dos níveis da qualidade de serviço. E a prova está aí. Basta o senhor consultar os *sites* das mais diversas companhias e verifica que há uma redução efetiva de preço.

Além do mais, Sr. Deputado, se fizer uma análise aos voos que estão programados em sistema (e eu não tenho informação privilegiada, é informação pública) para o próximo ano, para os próximos 365 dias, nós temos um incremento global na oferta de 40% em termos de número de voos (40% em termos de número de voos!), o que dá bem nota dos aumentos da acessibilidade que existirá para a região.

Ainda lhe digo mais. Se olharmos para o período de inverno, de novembro a março, esse incremento é de 74% face a oferta existente atualmente, o que vai ao encontro a, por um lado, aumentar a acessibilidade dos açorianos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Encaminhamentos!

O Orador: ... por outro lado, a contribuir para a captação de fluxos turísticos e atenuar a sazonalidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é conversa!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Artur Lima, eu tenho pena que o senhor se fixe nos chavões e não perceba os conceitos que estão inerentes a esses chavões.

Quando se fala em “aeroporto único” nos Açores, é preciso saber do que é que estamos a falar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso, Sr. Secretário!

O Orador: Este modelo preconiza uma concorrência sã entre todas as *Gateways*. Possibilita que qualquer açoriano, de Santa Maria ao Corvo, possa optar, a cada momento,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: ... pela *Gateway* que entender.

Existe um regime, que é um regime de encaminhamentos, que já existe atualmente nas atuais Obrigações de Serviço Público. A alteração que existe para o regime de encaminhamentos para as novas Obrigações de Serviço Público e para o novo modelo de acessibilidades prende-se com o facto de deixar de ser obrigatório qualquer açoriano se deslocar para a *Gateway* mais próxima, mas podê-lo fazer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode! Tem de pagar! Isso é mentira!

O Orador: ... para qualquer outra *Gateway*.

Para este regime de encaminhamentos (se o Sr. Deputado Artur Lima...),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... necessita ter um enquadramento legal,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que está?

O Orador: ... que este serviço, à semelhança do que é feito atualmente, será prestado pela concessionária das ligações das rotas inter-ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por acaso é o Governo!

O Orador: Ao contrário do que o Sr. Deputado diz, o regime de encaminhamentos prevê igualmente o facto de haver acordos de *interline* e bilhetes corridos.

A partir da próxima segunda-feira (e é na próxima segunda-feira, porque a Resolução de Conselho de Governo que aprova o ajuste direto para o prestação do serviço de abril a setembro saiu esta semana e a SATA precisa de ter enquadramento legal para emitir bilhetes a custo zero), ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Pois!

O Orador: ... esse serviço estará disponível e estará disponível desde que os passageiros tenham em sua posse um documento de transporte, concretamente um itinerário de reserva ou um título de transporte no formato normalizado pela indústria, que tenha referência ao código de reserva da companhia e ao respetivo número de bilhete, bem como informação relativa aos voos e horários de e para a região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Açorianos de primeira e de segunda!

O Orador: Os encaminhamentos, tal como existe agora, estarão limitados a dois talões de voo (exceto em relação ao Corvo, no caso em que não haja ligação diária, é permitido um talão de voo adicional), sendo que os talões de voos correspondem a percursos *one way*.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou seja, não há acordo único!

O Orador: A reserva e a emissão do título de transporte e encaminhamento podem ser efetuadas em todas as lojas e balcões de vendas da concessionária, neste caso da SATA Air Açores, num portal *online*, que será colocado em funcionamento para o efeito, e através do respetivo *Call Centre*, em que, em

cada momento, são solicitados ao passageiros que apresente os documentos comprovativos da sua viagem.

Portanto, Sr. Deputado Artur Lima, isto permite que qualquer açoriano a qualquer momento possa optar pela *Gateway* que entender. Agora, o senhor é useiro e vezeiro em fazer demagogia barata.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Demagogia barata faz o senhor! Tenha vergonha na cara!

O Orador: E o senhor sabe perfeitamente que não é possível garantir todas as ligações para todos os voos que existem e o senhor sabe que isso é verdade porque sabe que os aeroportos, no período noturno, estão fechados e quando sai um voo às 6h30 da manhã, é evidente que não é possível ter ligações de todas as ilhas para esse voo. O que está nas Obrigações de Serviço Público e aquilo que foi um compromisso do Governo para as ligações inter-ilhas é que estas seriam definidas de forma a potenciar e a aumentar a capacidade de interligação entre as ilhas e aumentar os níveis de acessibilidade para fora da região. E isso é uma imposição que está ao nível das Obrigações de Serviço Público, garantir que, pelo menos, sempre que haja um voo diário para cada ilha, essa ilha seja servida igualmente por acessibilidades de e para a região, o que significa que, sempre que houver (e o Corvo é a situação mais extrema) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: ... um voo para o Corvo, alguém que está em Lisboa consegue chegar nesse dia ao Corvo e alguém que está no Corvo consegue chegar no mesmo dia a Lisboa.

É isso, foi esse o compromisso que nós assumimos, é isso que nós iremos cumprir, é isso que está nas Obrigações de Serviço Público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: Eu sei que isso lhe custa, Sr. Deputado, mas nestas coisas nós temos que saber reconhecer quando as coisas são boas para os açorianos, e o bem dos

açorianos é aquilo que nos deve preocupar muito para além da guerra política e partidária.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Alguém tem que começar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pelos vistos, está tudo esclarecido!

Deputado Francisco César (PS): Não é obrigatório!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PSD-Faial não tem nada a dizer?!

Presidente: Não havendo inscrições...

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Que o novo modelo de transportes aéreos para a região vai causar um aumento do fluxo de passageiros, isso ninguém tem dúvidas. Ninguém tem dúvidas. Mais! Que qualquer das companhias aéreas que já operavam na região ou que vêm operar na região vai ter a sua cota de mercado... Aliás, a SATA, ao que parece, está até com taxas de ocupação bastante elevadas e, portanto, acaba por poder beneficiar deste novo modelo, o que não quer dizer que tudo sejam rosas

e que no meio destas rosas não haja muitos espinhos e que vão causar profundas feridas nos açorianos e no bolso dos açorianos.

Mas eu, para esta primeira intervenção, e face às questões, ou pelo menos a uma das questões que o Deputado Artur Lima colocou e que o Sr. Secretário Regional já respondeu, há aqui uma questão que é a seguinte.

Eu acabei de fazer uma pesquisa no *site* da SATA e, até outubro, não encontro uma única tarifa abaixo de 200 euros,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda lá agora!

O Orador: ... quando até há bem pouco tempo se encontravam tarifas abaixo de 100 euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está no computador!

O Orador: E, portanto, alguma coisa não está bem, até porque todos nós percebemos que a SATA, mesmo no mercado concorrencial, tem a sua cota de mercado e eventualmente até podia beneficiar, porque o serviço que a SATA oferece é um serviço diferenciado do serviço que as *low cost* oferecem. Mais!

Efetivamente, a SATA estava a ter vendas substantivas, mas a verdade é que, de repente, deixou de haver tarifas abaixo dos 200 euros e isso é que é preciso explicar, porque ficou aqui uma pergunta clara do Deputado Artur Lima: se o Governo Regional tinha dado ou não tinha dado instruções para que a SATA não vendesse tarifas abaixo de 200 euros. Eu, que não sabia nada, fui, entretanto, verificar aqui no *site* da SATA e não encontro efetivamente, até outubro, nenhuma disponibilidade abaixo dos 200 euros.

Era bom que o Sr. Secretário respondesse de uma forma clara a isto, até porque há rumores que a procura nas companhias *low cost* estava abaixo das expectativas das próprias companhias (mas isso o Deputado Jorge Macedo nos dirá alguma coisa sobre o assunto), estava abaixo e não estavam a gostar da concorrência da SATA. Eu, então, estava a adorar a concorrência da SATA. As companhias *low cost*, pelos vistos, não estavam.

E, portanto, é bom que esta questão...

Deputado Francisco César (PS): Que grande serviço este senhor está a fazer à SATA!

O Orador: ... fique clarificada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Eu até era para fazer a minha intervenção mais tarde para que possamos discutir outros temas, para além dos próprios transportes, o turismo, que é importante discutir, e eu penso que o Sr. Deputado Artur Lima quer, com certeza, discutir os resultados que temos tido no turismo nos Açores, aquilo que se espera em todas as ilhas.

Eu acho que, antes de mais, quando entramos nessa discussão, temos de ter algum cuidado. Se nós vamos discutir tarifa a tarifa da SATA e se vamos destacar aquelas que são as mais altas, não estaremos a fazer um bom serviço à companhia aérea.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É que não há cá mais baixa!

O Orador: Eu, antes de entrarmos noutra assunto, fiz uma pesquisa rápida no *site* da SATA e encontrei, com partida a 15 de abril e regresso a 20 de maio, uma tarifa a 97.45 euros, preço final (97.45 euros). Quem tiver alguma dificuldade... 97.45 euros.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em abril?

O Orador: Em abril e em maio.

Portanto, eu penso que a questão fica por aqui. Não vou estar a discutir mais datas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em abril!

O Orador: O que eu acho é que em vez de nós estarmos a discutir tarifas, em vez de estarmos a fazer um mau serviço à SATA, que é tentar dizer aos açorianos que a SATA tem preços baixos, podíamos discutir o modelo de transportes e o que aí vem.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Eu penso que há um conjunto de questões que devem ser salientadas.

Eu percebo, com naturalidade, que em muitos dos colegas haja um natural medo da mudança. Isso acontece muito, é frequente que, perante o desconhecido e perante um modelo que não é conhecido ou não é ainda bem conhecido, haja um natural temor em relação ao que aí poderá vir. Mas muitos açorianos podem questionar-se por que é que tanto tempo se levou a criar um modelo de Obrigações de Serviço Público...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas qual serviço público?!

O Orador: ... que, muito em breve, entrará em vigor. Exatamente por isso, porque nós, o Governo dos Açores, o Partido Socialista, sempre tentámos assegurar que o modelo que passasse a vigorar nos Açores fosse um modelo que acautelasse um maior número de situações que pudessem prejudicar os açorianos. Ou seja, nós tínhamos que ter um modelo, como sempre foi referido, que, por um lado, acautelasse a mobilidade de todos os açorianos, independentemente da sua origem, independentemente da sua ilha e, por outro lado, conseguisse trazer os benefícios de uma boa concorrência.

Foi isso que provocou que as negociações tivessem o tempo que levaram, que chegassem à conclusão a que chegaram, ou seja, garantir exatamente este pressuposto: tarifas mais baixas, mais frequência de voos.

E nós poderemos discutir concretamente a questão do custo, a questão dos encaminhamentos, mas há algo que, a 20 dias do modelo, nós já sabemos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sabemos, não!

O Orador: A 20 dias do modelo, nós sabemos que a oferta global teve um incremento na ordem dos 40%, ou seja, não há uma única *Gateway* nos Açores que tenha menos voos do que tinha anteriormente, todas têm mais. Ponta Delgada tem muito mais, a Terceira tem muito mais. Aliás, o Sr. Deputado referia que nem sabia se a TAP iria voar para lá. O que nós sabemos é que a SATA irá reforçar a sua operação para a Terceira,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vai, não. Isso é falso!

O Orador: ... a TAP irá reforçar a sua operação para a Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Nas restantes *Gateways*, nas ditas não liberalizadas, há um reforço das ligações, ou seja, a nossa companhia aérea, a SATA, quando as outras companhias aéreas quiseram ir embora, a SATA imediatamente disse “Presente” e irá prestar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem capacidade para isso!

O Orador: ... um melhor serviço do que prestava a TAP.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Para além disso, sabemos também que o preço médio por bilhete está a baixar, que as vendas estão a correr bem e que as reservas no nosso setor turístico...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estão a melhorar!

O Orador: ... estão a melhorar, independentemente das ilhas. Ou seja, nós sabemos que, em São Miguel, na Terceira, no Faial, na maior parte das nossas ilhas dos Açores, o turismo está a ter um incremento.

Se é certo que as *low cost*, que este novo modelo de Obrigações de Serviço Público, que irá servir os Açores, este novo modelo de acessibilidades não irá,

por si só, ser a solução para o turismo dos Açores, nós sabemos que este novo modelo é um instrumento fundamental para que o turismo dos Açores se possa consolidar, se possa valorizar.

Há, portanto, aqui algo de que nós nos devemos orgulhar: termos trabalhado, em conjunto com o Governo da República, para obter um bom modelo, que serve a todos, que serve os açorianos, que serve o nosso setor turístico, que serve, digamos, a notoriedade do destino Açores e que não tem custos acrescidos para o nosso orçamento.

Obviamente que este modelo trará novos desafios, outros problemas surgirão, naturalmente, porque sempre que há mudança deixam de se colocar as situações que se colocavam anteriormente, começam-se a colocar outras, mas também há algo que nós podemos dar a garantia: da mesma maneira que evoluímos, o modelo de transportes aéreos,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... desde 1995 até hoje, sucessivamente acrescentando mais-valias na forma como os açorianos se podem movimentar, os problemas que irão surgir com este novo modelo de transportes aéreos serão naturalmente resolvidos pelo Partido Socialista e pelo seu Governo.

Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, o problema é quando não deixam o vosso deus funcionar, o mercado funcionar.

E é sabido que a procura de passagens nas companhias *low cost* ficou aquém das expectativas dessas companhias, particularmente de uma delas, e estar a interferir dando indicações à SATA...

Deputado Francisco César (PS): Ninguém deu indicações!

O Orador: ... para que...

Foi dito aqui pelo Sr. Deputado Artur Lima, está dito aí e isto precisa de ser clarificado. Isto, a ser verdade, é a destruição da companhia aérea pública em favor de uma companhia aérea privada. Isto tem de ser resolvido!

E a verdade é esta: até outubro, com exceção de abril, não encontra uma passagem a menos de 200 euros, todas a 224 euros.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Para intervir.

Presidente: Está inscrito. Tem inscrições antes. Aguarde só mais um pouco, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, para registar o silêncio ensurdecador do Sr. Deputado Jorge Macedo,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E do PSD!

O Orador: ... e do PSD, que nem esclarece o PSD Faial nem o PSD Terceira, que esse não vai pondo dúvidas, muito caladinho.

Mas, Sr. Deputado Jorge Macedo, eu continuo à espera das suas certezas. Tenho aqui o debate transcrito, que o senhor, no *Grande Plano*, que esteve ali

com o Sr. Secretário, e, portanto, as certezas que o senhor tinha do modelo inteligente. Continuo à espera que o senhor explique essas suas certezas.

Sr. Secretário Regional, enquanto a minha demagogia barata for para defender os açorianos e não defender interesses privados de companhias, eu estou muito à vontade.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Defender os terceirenses!

O Orador: Eu defendo...

Olhe! Ao menos, eu defendo quem é da minha ilha, já não posso dizer o mesmo de si...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É só azia!

O Orador: ... em relação ao Faial, que come e cala aquilo que o Governo Regional lhe impõe. O senhor come e cala.

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor.

O Orador: E, portanto,...

Deputado Berto Messias (PS): O que é isto, Sra. Presidente! Estamos tão serenos e tão calmos hoje!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Lá está o populismo barato! Demagogia!

O Orador: ... Sr. Secretário, enquanto a minha demagogia barata for defender a acessibilidade dos açorianos ao exterior, defender as acessibilidades internas, defender tarifas mais baratas e não defender companhias *low cost* e não andar em conferências de imprensa a promover companhias *low cost* quando o Governo, acionista único da SATA, companhia pública, eu estou muito à vontade, Sr. Secretário. E é uma vergonha o que o senhor faz e fez ao sentar-se a promover uma companhia privada em concorrência com a SATA e isso explica os tais 200 euros e as tais instruções de submundo, meias escondidas, que ainda se há de perceber qual é o futuro que os senhores querem para a SATA.

E, portanto, nessa matéria de demagogia barata, estamos conversados, Sr. Secretário. Não tenho nenhum interesse em companhias privadas, não tenho nenhum interesse em companhias *low cost*, nem sequer as promovo. Sou isento, o senhor, já não posso dizer a mesma coisa. Lamento, mas não posso.

De resto, Sr. Secretário, ao menos este debate já trouxe uma coisa, que é que o Governo é useiro e vezeiro. Até agora, até ontem, ninguém sabia o que se ia fazer. Agora, o Conselho de Governo já vai resolver tudo.

A pergunta é: Quem paga? É porque o Sr. Deputado Francisco César e a bancada do PS, há dois anos, diziam que era possível passagens mais baratas. Se era a conta do orçamento regional, toda a gente sabia fazer.

Deputado Francisco César (PS): Foi!

O Orador: É o que os senhores estão a fazer!

E, portanto, agora, a pergunta é essa, é à conta do orçamento regional? É porque naquele debate em que o senhor esteve com o seu sócio, Jorge Macedo, do PSD (que os senhores nessa matéria estão muito bem entendidos), dizia-se o seguinte, sobre os reencaminhamentos. “O modelo e o pagamento do encaminhamento não é para ir fazer turismo [coisa que, pelos vistos, era para pagar]. Isto aplica-se tanto a residentes como a visitantes.”

Se calhar há aqui um erro de perceção. “Os encaminhamentos não são para turistas, são para passageiros, tanto para residentes como não residentes.” Isto é, enfim, uma diversão do Sr. Secretário de Estado Sérgio Monteiro.

E, depois, mais à frente, o Sr. Secretário de Estado dizia o seguinte, na mesma questão dos encaminhamentos: “O protocolo financeiro será assinado em breve, entre os dois governos, e haverá oportunidade de o tornar público depois de visado pelo Tribunal Constitucional”.

Oh, Sr. Secretário, em que é que ficamos?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Tribunal de Contas!

O Orador: Tribunal de Contas.

Em que é que ficamos, Sr. Secretário? Já foi visado pelo Tribunal de Contas? Ou afinal o Governo Regional, com o dinheiro dos açorianos, anda aqui a pagar reencaminhamentos de turistas? Vamos lá explicar o que é que isso quer dizer. O Governo Regional adiantou-se? Ou seja, eu posso, tendo um avião à partida do Faial para Lisboa, ir à Terceira apanhar a TAP, se a tarifa for mais barata, e a SATA é que paga? O senhor garante isso?

(Aceno negativo com a cabeça do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes)

Ah, não!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não é a SATA!

O Orador: Então, quem é que paga?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Eu já lhe respondo!

O Orador: Quem é que paga? O senhor vai ter que explicar quem é que paga. Ou seja, eu vou viajar na SATA, quem é que paga à SATA? Quem é que paga à SATA, Sr. Secretário? É possível isto? A pergunta é esta, tão simplesmente esta: eu tenho um avião Horta/ Lisboa, hoje, e eu tenho uma tarifa mais barata à partida da Terceira. Havendo ligação direta ao exterior (porque eu hoje não posso fazer isso, se tiver uma ligação direta ao exterior da minha ilha, eu não posso ir apanhar a outra ilha), a pergunta é esta, eu posso ir a outra ilha, se a tarifa for mais barata, no novo modelo, Sr. Secretário?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Eu vou responder-lhe!

O Orador: Onde é que está escrito? Onde é que estão essas regras?

Eu estou para ver a Resolução de Conselho de Governo, que já devia ter vindo, porque vou dizer-lhe uma coisa. Já há pessoas que foram prejudicadas, porque não puderam fazer reservas, porque não têm a certeza do encaminhamento.

E, portanto, o senhor está a discriminar açorianos até hoje. Até hoje, o senhor está a discriminar açorianos, que não podem ter acesso aos 39 euros, aos 29 euros, porque não têm acesso...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Taxa! Taxa!

O Orador: ... aos voos das *low cost*. Só vão ter a partir de segunda-feira, Sr. Secretário, e isso é que é lamentável. Até agora, o senhor não tratou de todos os açorianos do mesmo modo.

Portanto, vai explicar isto.

E, já agora, a taxa de combustível é para aplicar a todas as tarifas da SATA?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Lúcia Arruda.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda queria, desde já, felicitar o CDS por esta iniciativa, pois é um assunto da maior importância, não só na nossa opinião, mas também nos vários setores de opinião. Este é o coração da economia, são os transportes, na nossa região.

Esta importância decisiva para a nossa Região deveria merecer, no entender do Bloco de Esquerda, outro tratamento por parte do Governo regional, nomeadamente trazer a este Parlamento as novas linhas de obrigação de serviço público regionais. Infelizmente o Governo regional acha que o Parlamento nada tem a dizer sobre esta matéria.

Em matéria de transportes tudo o que se possa dizer da política do Governo é que é tudo menos clara, planificada ou estruturada por mais propaganda que se

faça com planos integrados de transportes que de plano nada tem, é um conjunto de meras intenções, como nós já o dissemos.

Infelizmente, este desnorte não é de hoje mas vem de trás.

Como ficou patente na situação da SATA já aqui nesta casa recentemente analisada, confirmou-se a difícil situação da empresa para a qual concorrem compras de aviões em número superior às necessidades e como consequência arranjar rotas deficitárias para entreter os aviões, a acrescentar a esta gestão pouco criteriosa, no mínimo, as constantes dívidas da Região à empresa que a obrigam necessariamente a níveis de endividamento escusado. Entre outros, estes dois factores são elucidativos do desconchavo da política do governo, nesta matéria.

Perante a imprescindível garantia do direito à mobilidade e ao incremento da economia que entre outras coisas forçosamente teria de passar pelo baixar o preço das tarifas, resolveu o Governo regional em colaboração, e nas palavras do Secretário dos Transportes do governo da república, por pressão, pela liberalização do transporte aéreo, consumado apenas com na Gateway de Ponta Delgada, como sabemos.

Ao contrário da nossa opinião, não foi a SATA o centro deste processo, sendo que esta empresa regional foi colocada no mesmo pé com outras empresas de escala claramente superior.

Deste processo, no qual as dúvidas são mais que muitas e as meias palavras continuam, urge que o Governo regional de uma vez por todas fale claro.

- Continua o Sr. Secretário Regional do turismo e transportes a assumir que para além dos 50 despedimentos, por mútuo acordo na SATA, e 199 despedimentos, por não renovação do contrato de trabalhadores a prazo, sabemos todos que para o governo estes não são despedimentos, talvez se a pergunta for dirigida aos visados e visadas a resposta seja diferente.

Como é possível, Sr. Secretário, compaginar o que está apontado no plano estratégico da SATA em cortes sem despedir, pelo menos, entre 150 a 200 trabalhadores?

- Por que razão, ainda não explicada, a SATA agora pode competir e logicamente baixar preços e não o podia fazer com o modelo anterior?

- A três semanas da abertura do novo modelo de transportes aéreos, tudo corre sobre rodas, nas palavras do Sr. Secretário, e eu pergunto: já sabe onde é que as pessoas vão ser ressarcidas do seu dinheiro? Há 15 dias não sabia.

- Que garantias tem o governo de permanência das LOW COST a fazer a rota de Ponta Delgada no futuro, caso o negócio não corra, como o previsto?

- Tem o governo algum compromisso com as LOW COST de a financiar de forma indirecta consoante os parâmetros de fluxo turístico?

- Segundo notícias vindas a público, o Governo da República financia até 16 milhões de euros, a diferença entre o preço real das tarifas e o preço de custo, como funciona este modelo com as LOW COST? E em cada ano, quando acabar este plafond, como é e quem é que paga?

- Outras notícias apontam que o Governo da República descartou o pagamento dos reencaminhamentos (e já ouvimos isto aqui pela voz do Deputado Artur Lima) de turistas para outras ilhas que desembarquem em S. Miguel. Juntando a isto que a diminuição dos preços inter-ilhas é basicamente para residentes, não é este facto um poderoso contributo para acirrar ainda mais os níveis perigosos de desigualdade entre ilhas, aumentando o fosso entre as outras ilhas e S. Miguel.

- Queira um habitante de outra ilha (e isto também já foi aqui perguntado) fazer a viagem em LOW COST a Lisboa, quem paga a deslocação até à *Gateway*, neste caso, de Ponta Delgada, a SATA, nós contribuintes, o Governo da República?

- Como explica o Governo Regional que apesar das novas obrigações de serviço regional que, pouco desceu nos preços das viagens inter-ilhas, seja

comparativamente mais caro ir de Ponta Delgada à Terceira do que de Ponta Delgada a Lisboa?

- Não fazendo as LOW COST carga aérea, assim como a TAP, que já anunciou, fica a SATA obrigada a essa tarefa? Ou será feito concurso público, como anunciado? Em que moldes é que vai funcionar a carga? Quem assegurará os custos, são os contribuintes açorianos, mais uma vez?

- Mas, Sr. Secretário, a trapalhada mantém-se nos transportes marítimos.

Nos transportes marítimos, a novela dos barcos continua. Muitos de nós nos lembramos de um famigerado estudo que serviu de base à construção dos anteriores navios, que o Governo de então tornou público num debate em Ponta Delgada e no qual um membro da administração da Atlanticoline arrasou nessa própria reunião pública.

Será esse mesmo estudo que dá base à compra de dois navios?

Ou a base agora é o estudo mandado fazer pela direcção da atual empresa, que um destacado parlamentar socialista arrasa pela sua incongruência. O departamento comercial diz uma coisa, o departamento financeiro diz o seu contrário e o departamento operacional, Sr. Secretário, sem fundamentar, conclui pela decisão do Governo.

É com esta base que o Governo decidiu a compra de dois barcos? Para quando uma explicação séria e fundamentada desta teimosia governamental?

Não podia terminar sem mais perguntar ao Sr. Secretário, mais uma vez, para quando a fusão da Atlanticoline e da Transmaçor e a efectivação, por parte do Governo, de uma resolução aprovada, nesta casa, por unanimidade, para que se fizesse o mais rápido possível, reduzindo custos e aumentando operacionalidade?

Sr. Secretário, relativamente aos transportes terrestres, e até porque mais tarde falarei sobre os mesmos ou sobre a falta dos mesmos, e dado o pouco tempo que nós temos, gostaria apenas de abordar a questão da ligação entre aeroportos

e portos, sabendo nós que Ponta Delgada é a única que tem uma ligação do aeroporto à cidade.

Turismo, Sr. Secretário, que estratégia, pergunta o BE/A?

Os recursos naturais são o nosso maior património, o ouro da nossa Região. O Governo Regional muitas vezes não tem adotado medidas concretas e eficazes para a manutenção desse tesouro, como também, das muitas vezes que intervém ou autoriza intervenções que em nada valorizam o nosso património natural, ou até o depredam.

Podemos relembrar “mil e um exemplos”: desde a eutrofização das nossas lagoas, que tarde foram acudidas, os atentados ambientais, como as possíveis centrais de incineração que parece que aí vêm, a estrada da Fajã do Calhau – em pleno parque natural onde se destruiu parte da montanha para construir uma estrada, para amigos –, as, ainda, lixeiras a céu aberto na Reserva da Biosfera das Flores e Graciosa e em Sta. Maria.

Deputado Francisco César (PS): Onde isto já vai!

A Orador: Ao longo dos anos, têm-se feito inúmeras campanhas publicitárias, Sr. Secretário, no setor do turismo, muitas das quais improficuamente rentáveis, quer para a economia, quer para as pessoas da Região, se contabilizarmos os custos versus resultados.

O turismo de natureza deveria ser a oferta de excelência destas ilhas, dadas as nossas maravilhas naturais, mas devido ao grande investimento, errado, no entender do Bloco de Esquerda, da Região em grandes projetos de betão – muitos, hoje, fechados ou abandonados, como é o caso do casino em Ponta Delgada ou os inúmeros hotéis sem clientes – mas que, inexplicavelmente, a não ser interesses privados, continuam a ser este tipo de obras a vingar nos apoios do erário público. Os projetos de turismo rural, dizia eu, salvo algumas exceções, estão longe de ser a excelência nos Açores. Em muitas ilhas é quase inexistente.

Aliada à falta significativa de empreendimentos de turismo rural ou de habitação, temos falta de transportes públicos que permitam uma deslocação eficaz com menor pegada ecológica,...

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que termine.

A Oradora: Terminou já, Sra. Presidente.

... uma rede local de comércio de produtos regionais e, quase a parecer caricatura, continuamos com muitos percursos pedestres fechados, em más condições e muitos que não abriram.

Sr. Secretário, a não acontecer, rapidamente, um sinal de mudança do paradigma no turismo regional, só resta legitimamente questionar: afinal, qual é a estratégia do Governo Regional para o turismo? Turismo de natureza, vamos tê-lo? Existe essa estratégia?! Ou também são as LOW COST a resposta para o turismo, Sr. Secretário?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Anuncio que o Bloco de Esquerda terminou o seu tempo para este debate.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos lá explicar isso direitinho!

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação àquilo que foi aqui dito, eu gostaria de voltar a referir, e nomeadamente no que disse o Sr. Deputado Aníbal Pires, que não é por uma mentira ser dita muitas vezes que ela se torna verdade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou plenamente de acordo consigo, Sr. Secretário!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima colocou uma questão que eu julgo que fui direto e totalmente claro na sua resposta, que foi se o Governo tinha dado

indicações à SATA para não vender passagens abaixo de 200 euros. É mentira!

O Governo não deu qualquer indicação à SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é público!

O Orador: Isto seria totalmente improcedente da parte de quem tutela...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu também acho!

O Orador: ... uma empresa que está em concorrência com outras de dar indicações relativamente a *pricing* e nós temos que nos habituar. Eu percebo, Sr. Deputado, que isto lhe tira algum do terreno de movimentação em que o senhor gosta de se movimentar. Porque, a partir de agora, a política tarifária das companhias...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, Sr. Secretário, o Governo Regional abre cada vez mais o flanco!

O Orador: ... é definida por elas próprias com base naquilo que é a concorrência, porque elas vão ter que concorrer umas com as outras.

Agora, Sr. Deputado, todos nós sabemos que naturalmente uma empresa como a SATA ou como a TAP tem uma estrutura tarifária diferente das empresas de *low cost*, por isso é que umas são *low cost* e outras são empresas de bandeira.

Mas também, e para contrariar aquilo que o Sr. Deputado diz, eu tive oportunidade de ir aqui ao *site* da SATA, enquanto o senhor estava a falar, e verifico que, no dia 30 de abril, há uma ligação Ponta Delgada/ Lisboa a 44 euros e no dia 29 de maio, por exemplo, há uma ligação de Lisboa para Ponta Delgada a 75 euros, o que me parece que estamos aqui com preços fortemente competitivos face a oferta atual. Agora, é normal que, em determinadas situações, em determinados períodos, o preço que as companhias vão praticar seja diferente umas das outras. Isso depende da política comercial que cada uma implementar a cada momento e da resposta que entender que deve dar em termos de mercado.

Agora, a definição de *pricing* de uma companhia aérea, no caso da SATA, nunca será imposta pelo Governo. O Governo impõe Obrigações de Serviço Público, impõe as regras.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

O Orador: Uma questão muito concreta que o Sr. Deputado Artur Lima colocou, se a SATA ia ou não aplicar taxa de combustível. A SATA, como qualquer outra companhia, é livre de aplicar o que entender. O que está claramente definido é que nenhum açoriano pagará mais de 134 euros,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PSD não está aqui!

O Orador: ... quer tenha ou não tenha taxa de combustível. A estrutura tarifária, as companhias é que a define, como o senhor sabe.

O senhor sabe, inclusivamente, que, em termos de custo de taxas aeroportuárias, a abordagem que as companhias têm é diferente de umas para as outras. O que interessa aqui é que nenhum açoriano pagará mais do que 134 euros, independentemente da estrutura tarifária que as companhias possam executar.

Em relação aos encaminhamentos, para que fique claro,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É que há mais aqui!

O Orador: ... mais uma vez (eu tenho todo o gosto em explicar), para emitir bilhetes a custo zero é necessário ter um enquadramento legal, que está conseguido.

A partir de segunda-feira, qualquer pessoa, ao dirigir-se a um balcão da SATA ou ao *Call Centre* da SATA ou a um agente de viagens, no caso das companhias em que quer viajar não tenha acordo *interline*, tem acesso a fazer a sua reserva para o encaminhamento. As companhias que têm acordos de *interline* com a SATA Air Açores, o processo de encaminhamento é idêntico àquele que existe hoje, não há qualquer alteração.

As grandes alterações que existem em termos de encaminhamentos são duas. Deixa de haver obrigatoriedade na *Gateway* mais próxima, pode escolher. Os

exemplos que o senhor deu são verdade. Se tiver um voo direto Horta/ Lisboa, hoje, e optar por ir para um voo que tenha uma oferta tarifária ou uma oferta de serviço mais adequada às suas necessidades que saia pela Terceira, pode optar por ir pela Terceira e o encaminhamento está assegurado. Até, nas atuais Obrigações de Serviço Público, até ao dia 29 de março, os encaminhamentos eram pagos da seguinte forma. A companhia que efetuava a ligação para o exterior, a SATA Air Açores debitava a essa companhia o custo da ligação e essa companhia, por sua vez, ia buscar esse valor ao Estado. Como deixa de haver relação direta do Estado com as companhias que estabelecem a ligação para o exterior da região, esse montante é transferido para a região que, por sua vez, o transfere para a SATA para pagar os custos de encaminhamento. É um custo que é assegurado pelo Estado. A região é o veículo para passar o dinheiro para a SATA. O dinheiro e a forma de pagamento são as mesmas, a origem é a mesma.

Deputado Luís Maurício (PSD): E quem é que faz isso?

Deputado Joaquim Machado (PSD): E quem é que paga?

Deputado Luís Maurício (PSD): O Sr. Ministro da Economia!

O Orador: Apenas se altera os canais de pagamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que isso está escrito?

O Orador: E os...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que está o protocolo?

O Orador: ... 16 milhões de euros que se falou são o custo global do modelo. Os 16 milhões de euros que se falou são o custo global do modelo! O modelo está feito de forma a que, se houver redução das tarifas, haja mais tráfego; havendo mais tráfego e havendo redução das tarifas, paga menos em subsídio social de mobilidade, que liberta dinheiro para pagar os encaminhamentos e, por sua vez, liberta os 16 milhões de euros e inclui também o pagamento das Obrigações de Serviço Público para o transporte de carga aérea na região, com

um voo efetuado com um avião dedicado, a partir de 1 de julho, com ligação Lisboa/ Ponta Delgada, Terceira/ Lisboa, Lisboa/ Terceira, Ponta Delgada/ Lisboa, e tem uma capacidade diária de carga de 15 toneladas, que muda, e tem uma redução, em termos de custo da tarifa dos produtos que são mais exportados pela região no montante de 40%.

Isto é o que será implementado em termos de carga aérea.

Sra. Deputada Lúcia, chegou há muito pouco tempo ao Plenário, esta é a sua primeira sessão, mas eu recomendo-lhe que articule com a Sra. Deputada Zuraida Soares.

A Sra. Deputada Zuraida Soares, sua camarada, elogiou o Plano Integrado de Transportes.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Não! Não elogiou!

O Orador: A Sra. Deputada, afinal, diz que o Plano Integrado de Transportes não serve para nada.

Deixe que lhe diga aqui outra coisa, a si e ao Sr. Deputado Artur Lima.

Sra. e Sr. Deputado, eu não me movo na política por interesses pessoais nem ao serviço de ninguém.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Burburinho da Câmara)

O Orador: Eu não me movo na política nem por interesses pessoais nem ao serviço de ninguém. O único compromisso que eu tenho...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor foi à EasyJet!

O Orador: ... é servir os açorianos e é isso que eu farei.

Eu estive presente na apresentação pública da operação da EasyJet, como estive da Ryanair, como se for convidado para a TAP estarei, como se for convidado para a SATA estarei, como se for convidado por outra companhia aérea estarei.

Deputados Ricardo Cabral e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Porque, acima de tudo, o que interessa é servir os Açores e os açorianos.

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados da bancada do PS)

E o Sr. Deputado diz que a sua demagogia barata é para defender os açorianos. Oh, Sr. Deputado, a sua demagogia barata tem um intuito muito claro, é confundir os açorianos.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Acha que sim, Sr. Secretário? Quem paga são os açorianos!

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem agora a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha o modelo inteligente! Primeiro esclarece o PSD Faial!

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde que me lembro, na atividade política, se não a principal reivindicação, uma das principais reivindicações dos açorianos era precisamente poder ter acessibilidades a custo justo, reivindicação essa que, no mínimo, já tem 12, 15, 16 anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quinze!

O Orador: Aliás, desde sempre que os Açores penalizavam a mobilidade dos açorianos, quer pelo custo das passagens, quer o nosso turismo era fortemente

penalizado pelo custo das acessibilidades. E julgamos que, com o novo modelo, que foi possível construir, agora nós derrubamos uma espécie de muro que nos limitava, na acessibilidade ao exterior, mas que limitava os turistas na acessibilidade à nossa região, e nós bem precisamos da nossa mobilidade para podermos sair dos Açores, como bem precisamos de boas acessibilidades para que os turistas nos possam visitar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Explique lá essa parte dos turistas!

O Orador: Não há nenhuma área de negócio, que eu conheça (posso estar errado e admito que me corrijam), que se tenha processado uma transformação e que origine uma redução do preço do produto vendido da ordem dos 50%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Explique como é que os turistas vêm para o Faial!

O Orador: Não conheço. Não conheço nenhuma área de negócio onde, hoje, um produto custa 300 euros e, a partir do dia 1 de abril, ou 29 de março deste ano, daqui a poucos dias, passe para 134 euros, custo máximo. Não conheço.

Por isso mesmo, o PSD sempre disse que o modelo construído pelo Governo da República, pelo Governo dos Açores, com a colaboração de outros partidos, com a colaboração de outras entidades, foi um modelo que, para além da vitória dos açorianos, é um modelo inteligente. Permite libertar recursos, através da concorrência em algumas das *Gateways*,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Numa *Gateway*!

O Orador: ... para que esses recursos possam compensar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

O Orador: ... as *Gateways* não liberalizadas, onde os açorianos, aí também, não pagarão mais de 134 euros.

É um modelo inteligente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso foi uma imposição!

O Orador: O que foi conseguido foi uma espécie de quadratura do círculo, como já foi por diversas vezes afirmado por Duarte Freitas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Muito bem!

O Orador: Mas, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, o Governo está atrasado, porque se nós dissemos que foi uma vitória de todos, essa vitória já foi conseguida há largos meses. Essa vitória, já se sabia qual era o modelo que ia funcionar há largos meses e só hoje, V. Ex.^a, Sr. Secretário, chega aqui e diz que, a partir de segunda-feira, vai ser possível comprar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos ver!

O Orador: ... encaminhamentos a custo zero, para que qualquer açoriano de qualquer ilha possa utilizar uma qualquer companhia, uma qualquer *Gateway* para, quer por via do menor custo, quer por via da preferência de horário, poder ter acesso ao exterior.

É tarde, Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos ver!

O Orador: É muito tarde. Nós estamos a cerca de dez dias do início do modelo e só agora, ou melhor, só na próxima segunda-feira...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Vinte dias!

O Orador: ... é que é possível que um jorgense, que é possível que um faialense, um florentino ou um corvino possa adquirir uma tarifa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou um terceirense!

O Orador: ... através de uma *low cost* ou de uma não *low cost*, para sair através de uma *Gateway* liberalizada,...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Ou não!

O Orador: ... e só a partir de segunda-feira é que o poderá fazer, porque só a partir dessa data é que terá garantia de que chega a essa *Gateway* através da SATA Air Açores.

Sr. Secretário, é muito tarde o que se está a passar. Falo por mim. Eu, como habitante em São Miguel, já comprei uma viagem para o início de abril, para poder deslocar-me ao exterior. O jorgense ou o picoense não o poderiam fazer pela simples razão de que precisavam de ter garantias de chegar a Ponta Delgada ou à Terceira e não tinham essa garantia, não tinham a garantia de que iam ter o título de transporte gratuito.

Sr. Secretário, o Governo Regional está muito atrasado.

Já foram explicados como é que se vão processar os encaminhamentos, mas aquilo que se chama a operacionalização deste modelo está com meses de atraso. Nós, desde o final do ano passado, já sabíamos como é que o modelo ia funcionar, e o Governo, até agora, deu pouquíssimas informações aos açorianos.

Aliás, basta telefonar para o *Call Centre* da SATA para se perceber a confusão pegada e a ignorância, não por culpa dos funcionários, naturalmente, que a própria SATA tem quanto àquilo que vai ser feito, segundo o Sr. Secretário, a partir da próxima segunda-feira.

Vamos fazer fé que assim seja, mas, Sr. Secretário, o Governo está muito atrasado em todo este processo.

Mas as virtudes do modelo também permitem outra coisa, que é aquilo que se chama, na antestreia do modelo, as passagens, como por obra e graça do Espírito Santo, baixaram 28%, em média.

Deputado Francisco César (PS): Como é que o senhor sabe?

O Orador: Ou seja, na antestreia do modelo (o modelo ainda não entrou em vigor) e no período que mediou o anúncio de entrada das *low cost* até ao dia 29 de março, o preço médio das passagens (dos operadores que para cá operam, naturalmente) ...

Deputado Francisco César (PS): Mas como é que o senhor sabe que baixaram 28%?

O Orador: ... já baixou 28%.

Passageiros desembarcados nos Açores, na antestreia do modelo, no mês de janeiro, aumentaram 13%.

Deputado Francisco César (PS): Quer dizer que o problema não está no modelo!

O Orador: Por obra e graça do Espírito Santo, quando o ano passado aumentaram uns miseráveis 3%, no mês de janeiro deste ano de 2015, a dinâmica que foi possível conseguir pelas expetativas criadas com o novo modelo permitiu, supomos nós, especulamos nós, naturalmente (mas isso não é por obra e graça do Espírito Santo, alguma coisa aconteceu) que aumentassem 13%. Passaram de 46.900 passageiros para 52.986 passageiros.

Sr. Secretário, Sra. e Srs. Membros do Governo, nós temos dúvidas e temos perguntas que têm de ser respondidas também neste debate e as perguntas têm a ver, por exemplo, com aquilo que se vai passar com a *Gateway* do Pico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter lata!

O Orador: Neste momento, temos conhecimento que, durante largos anos, o aeroporto do Pico não era alternativa ao aeroporto do Faial para a SATA Internacional porque não tinha pilotos certificados. A pergunta é: neste momento, como é que vai ser, o que é que vai acontecer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter lata para perguntar isto!

O Orador: ... daqui a dez dias? Estão ou não os pilotos certificados? Mantém ou não a SATA as ligações que a TAP já executava para aquela *Gateway*?

Relativamente à *Gateway* do Faial, mantém ou aumenta o número de viagens? É porque há dúvidas relativamente às contas que a SATA faz e que, segundo essas dúvidas, não cumpre aquelas que são as exigências das Obrigações de Serviço Público quanto ao número de lugares oferecidos durante o verão e o inverno IATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E termino, Sr. Secretário, dizendo e lamentando o facto de aquilo que foi conseguido com o modelo de transporte aéreo para o exterior, com uma redução superior a 50%, não tenha sido possível conseguir também nas ligações inter-ilhas, é que o anúncio do pequenino abaixamento das tarifas inter-ilhas para o máximo de 120 euros é uma pura desilusão e aí, sim, coloca em pé de desigualdade...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... ilhas que, do ponto de vista turístico, para o turismo interno, deixam de ser competitivas, porque mais barato ou quase mais barato ou na relação custo/ benefício melhor será, por ventura, para alguns açorianos, pagarem mais 14 euros e poderem deslocar-se em todo o continente português do que pagarem menos 14 euros e deslocarem-se para qualquer uma das ilhas dos Açores.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só falta pedires perdão, Jorge Macedo!

Quando pedires perdão, Jorge Macedo, fazemos as pazes!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Ainda estão inscritos o Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado Francisco César e o Sr. Deputado Artur Lima, mas vou pedir ao Sr. Secretário que anuncie os tempos restantes para depois fazermos um intervalo.

Secretário: O Governo Regional tem 15 minutos e 35 segundos; o Partido Socialista 26 minutos e 30 segundos; o PSD 15 minutos e 45 segundos; o CDS-PP 16 minutos e 15 segundos; o Bloco de Esquerda já não tem tempo; o PCP 5 minutos e 45 segundos; e o PPM 10 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos então ao meio dia.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 15 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com o debate de urgência.

Estava inscrito e está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em boa hora, o CDS-PP agendou este debate. Não se trata de um debate gratuito, não se trata de uma matéria que esteja esclarecida aqui, neste Parlamento, e de uma matéria que esteja esclarecida junto da opinião pública. A verdade é que, ao longo destes meses, nós, os Deputados, como, certamente, também o Governo e os Membros do Governo, somos confrontados com dúvidas permanentes por parte da população em relação ao funcionamento concreto do modelo.

Já aqui se falou do reencaminhamento, já aqui se falou das regras do reembolso e a população continua a desconhecer, em grande parte, estas matérias.

Eu devo dizer que, estando de acordo com a liberalização dos transportes aéreos e com este modelo, na minha perspetiva, o Governo Regional deveria ter lançado uma grande campanha institucional no sentido de informar as pessoas, de informar as instituições,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque isso é absolutamente fundamental para que o modelo funcione e para que também a procura junto dos diversos operadores seja maior. A informação significa que as pessoas estão informadas e podem aceder a estes novos serviços, a estas novas rotas, a estes novos preços. E, por isso, eu considero que, neste momento, se há uma pecha que pode ser lançada ao Governo é esta: falta realizar uma grande campanha institucional para informar devidamente os açorianos de todas as dúvidas que permanecem em relação ao funcionamento do sistema. Uma coisa simples, que fosse transmitido nos jornais, nas televisões, nas rádios, e que permitisse a informação plena da população. Acho que, neste momento, é algo em que estamos a falhar.

Quanto ao resto, do ponto de vista da questão política, é evidente, o PPM defendeu, ao longo de todos estes anos, a liberalização do modelo, e o que nós podemos verificar é que o Partido Socialista (ao longo de todos estes anos) defendeu um sistema exatamente oposto, defendeu o sistema de monopólio. Eu até devo dizer-vos, Srs. Deputados, fiquei absolutamente surpreendido, tive que esfregar os olhos duas vezes quando vi o ex-Presidente do Governo Regional, num programa de opinião, nas nossas televisões (sim, porque o ex-Presidente do Governo Regional também já tem um programa de opinião),...

Deputado José Ávila (PS): E?

O Orador: ... defender acerrimamente o modelo de liberalização. Eu nem queria acreditar! Dezasseis anos de monopólio nos Açores e agora aparece o ex-Presidente do Governo Regional como um dos grandes defensores do modelo de liberalização no território continental. Eu considerei absolutamente espantoso. Ah! E a criticar o atual Governo pelos atrasos e tudo isto, ele que tem um atraso de 16 anos em relação à implementação deste modelo. Eu achei realmente impressionante.

É evidente que aqui, no nosso Parlamento (como, por exemplo, o PCP), existem sempre, em qualquer cenário, os velhos do Restelo, agarrados ao sistema de monopólio, onde se sentem bem, sem concorrência, e nós já sabemos que esse é um problema do PCP. O PCP gosta de modelos sem concorrência e, portanto, vamos ter sempre estas vozes dos velhos do Restelo.

Eu considero que este modelo vai funcionar, agora, a grande pecha que continua a existir é a falta de informação e a falta de definição deste modelo junto da opinião pública. Este, neste momento, é o principal problema que nós temos que enfrentar e essa responsabilidade, deixem que vos diga, deixem que diga ao Governo, é da parte do Governo, é uma responsabilidade do Governo, porque estamos a poucos dias da implementação do modelo e a população, eu diria que 90% da população desconhece as regras.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): 95%!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Eu já estranhava, neste debate, a postura do PSD. Eu bem percebo que custa, durante algum tempo, elogiar o trabalho que o Governo dos Açores fez na evolução de um modelo de acessibilidades de servisse verdadeiramente os Açores, mas o PSD, aos poucos, veio retornando àquilo que mais sabe fazer. Ou seja, este modelo de Obrigações de Serviço Público, de onde também reclama alguma paternidade, é um modelo inteligente, com coisas muito boas, e depois há umas coisas más. Então, como é que o PSD divide as responsabilidades?

As coisas boas são da responsabilidade do Governo da República e do Partido Social Democrata;...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É verdade!

O Orador: ... as coisas más são da responsabilidade do Governo dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Também é verdade!

O Orador: É sempre assim que acontece com o PSD.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Infelizmente, a tradição acaba sempre por vos puxar para a oposição e é isso que têm sabido fazer.

Permita-me, Sr. Deputado, que lhe diga. Se o Sr. Deputado critica o Governo Regional dos Açores por ter algum atraso na divulgação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Algum?

O Orador: ... deste novo modelo, também não vejo por que é que o Sr. Deputado não critica o Governo da República por ainda não ter definido qual a entidade e como funcionará o modelo de reembolso aos residentes? Por que é que o Sr. Deputado não refere isso? Quem faz uma crítica tem a obrigação, de uma forma séria, de fazer a mesma crítica ao seu Governo.

Pois, fique sabendo, Sr. Deputado, nós estamos a fazer aquilo que podemos fazer com base também nas dependências que temos das responsabilidades do Governo da República nessa matéria, não nos eximindo, obviamente, das nossas próprias responsabilidades.

Segundo lugar. Também não me parece muito correto da parte do Sr. Deputado, sabendo dos anúncios que já foram feitos da parte do Governo Regional e da própria companhia aérea, a nossa SATA, dizer que, “Bom, oxalá a SATA cumpra agora aquilo que está nas Obrigações de Serviço Público”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai, se não houvesse SATA!

O Orador: Sr. Deputado, a partir do momento em que a nossa companhia aérea assume como princípio concorrer para o modelo que ainda não está...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Concorrer?

O Orador: ... totalmente liberalizado, neste caso, voar para o Pico e para o Faial, era o que faltava que não cumprisse as Obrigações de Serviço Público. Aliás, se não cumprisse as Obrigações de Serviço Público, não poderia, obviamente, cumprir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são, Sr. Deputado? Explique lá!

O Orador: ... ou estar presente nessa rota.

Em terceiro lugar, e permita-me que lhe diga isso, com toda a amizade que lhe tenho, porque o Sr. Deputado é alguém a quem eu acho que tem a seriedade presente no seu discurso, mas o que me parece é que o raciocínio e a forma como o explicitou neste Parlamento não foi intelectualmente honesto neste raciocínio.

O Sr. Deputado não pode acusar as Obrigações de Serviço Público inter-ilhas de serem poucas, de praticamente terem um valor máximo muito pequeno e compará-las com as Obrigações de Serviço Público para o continente com uma baixa significativa das tarifas. Nós estamos a falar de preços máximos. Nós estamos a falar de um preço máximo para residente para o continente e estamos a falar de um preço máximo para o residente no inter-ilhas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estamos de acordo!

O Orador: Não estamos a comparar tarifas promocionais do continente com tarifas máximas no inter-ilhas. Isso é intelectualmente desonesto numa discussão. Nós podemos comparar tarifas promocionais num modelo para o exterior...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor não percebeu o que eu disse!

O Orador: ... e podemos comparar tarifas promocionais no inter-ilhas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu vou explicar-lhe!

O Orador: Nós fizemos um grande esforço no sentido de reduzir as tarifas aéreas inter-ilhas. Aliás, já no passado, nos últimos cinco anos, é a segunda vez

que o fazemos. Tivemos uma redução que vai até aos 25% das tarifas. Nós temos um preço máximo de 120€, de 100€,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): À conta do orçamento regional!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Isso não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

O Orador: ... 90€, 100€, tendo em conta as rotas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso não é competitivo!

O Orador: Nós estamos a falar de mais de 72 rotas *one way*. Nós estamos a falar de um sistema que é caro, que assegura uma mobilidade e acessibilidade a todos os açorianos, que assegura o transporte de carga, que assegura um serviço público...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas não é competitivo!

O Orador: ... e isso implica ter uma estrutura muito grande a funcionar...

Sr. Deputado, no inter-ilhas, não é uma questão de ser competitivo, é uma questão de ser sustentável.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Turismo interno!

O Orador: E ao mesmo tempo que é sustentável assegurar um serviço público em condições para os açorianos.

E algo que os senhores nunca podem negar. Nós, nos últimos anos (não querem falar dos dezoito anos, falamos dos últimos dez anos, falamos dos últimos cinco anos ou até dos últimos três anos),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou Quinze!

O Orador: ... temos vindo a melhorar acessibilidades nos Açores, dos Açores para o continente. Nos últimos anos, temos vindo a melhorar acessibilidades inter-ilhas. Nos últimos anos, temos vindo a reduzir, sucessivamente, os preços para todos os açorianos poderem viajar. Temos vindo, sucessivamente, a melhorar a acessibilidade dos turistas aos Açores. Temos vindo,

sucessivamente, a melhorar a competitividade das nossas empresas, tendo em conta o fator transporte nos seus custos de produção. E isso é inegável! Há aqui um trabalho que tem sido feito da parte do Governo dos Açores nesta matéria.

Portanto, nós temos orgulho nesse trabalho.

O que não me parece correto da sua parte é vir a esta Assembleia dizer, “Bom, a parte boa é nossa; a parte má é do Governo dos Açores”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu nunca disse isso!

Deputado André Bradford (PS): Disse, disse! Deu a entender!

O Orador: Disse isso há pouco.

Seja justo, nessa matéria, que isto não lhe fica bem, até porque não é este o tipo de discurso que costuma a ter.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu disse isso?

Deputado Francisco César (PS): Disseste!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ouviste mal!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, volto a dizer e a referir que pelo menos este debate já teve um contributo positivo para os açorianos, que foi o Governo Regional vir anunciar como serão feitos e pagos os encaminhamentos.

Deputado Francisco César (PS): É por avião, Sr. Deputado!

O Orador: Agora, ninguém sabe disto e a prova da demagogia barata é o que o senhor acabou de fazer com esse anúncio, porque dos operadores, aliás, recebi

uma série de sms a dizer que o senhor ponha por escrito essas regras para os operadores saberem o que vão fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Porque, até hoje, não sabem. Até ao minuto que o senhor anunciou isto aqui, não sabem. Portanto, demagogia barata foi o que o senhor acabou de fazer aqui, hoje, neste Parlamento, gozando com a cara de todos os açorianos que quiseram reservar e não puderam reservar,...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Isso não é verdade!

O Orador: ... até hoje. Até hoje, quem queria procurou a SATA, procurou as agências de viagens para fazer uma reserva, não pôde porque não tinha o encaminhamento gratuito. Essa é a realidade, até hoje. Isso é que demagogia barata.

Depois, Sr. Secretário, continuando a citar o seu parceiro de negócio, Sérgio Monteiro, ele diz o seguinte, naquele debate de televisão: “A questão dos reencaminhamentos para não residentes [continuando o que eu dizia há bocado] é uma matéria que tem sobretudo a ver com uma política de desenvolvimento sustentável e de coesão do território e, portanto, é uma política iminentemente de natureza regional que o Governo Regional entende que é importante fazer e que é em função dos limites financeiros que estão acordados entre os dois governos, e, como eu digo, o Governo da República mantém o apoio em função das decisões de natureza política que forem tomadas pelo Governo Regional dos Açores...”. Quais são? “... ou é suportado pelo Governo da República até àquele limite ou é suportado pelo Governo Regional diretamente”.

Portanto, em que é que nós ficamos? Em que é que o turismo dos Açores... Aliás, é curioso que os senhores agora é que estão a fazer um plano estratégico de desenvolvimento do turismo, que é a parte que falta. Mais um! Em que é que o turismo dos Açores (Dos Açores! Não estou a falar de uma ilha!) vai ganhar

com isto? Como são feitos os reencaminhamentos? Os senhores diziam, aliás, o Sr. Deputado Jorge Macedo também dizia que os turistas depois podiam ir às outras ilhas, que o reencaminhamento era gratuito. Também tenho aqui a sua declaração e o seu artigo. Mas o Sr. Deputado Jorge Macedo não decide nada, quem decide é o Sr. Secretário. Quanto é que equivale esse valor? Quanto é? Os reencaminhamentos? Qual é o acordo que o senhor tem com o Governo da República? O que é que o Governo da República não cumpriu? E por que é que o senhor não exigiu, até hoje, para não o cumprir? Aquele visto do Tribunal de Contas já está? Tem visto ou não tem visto? E como é que são feitos os reencaminhamentos de turistas que venham até São Miguel...

Deputado Francisco César (PS): É por avião, Sr. Deputado!

O Orador: ... nas *low cost* ou venham até à Terceira na TAP e queiram ir visitar São Jorge, a Graciosa ou o Corvo? Como é que são feitos? Quem paga, Sr. Secretário? Quem paga isso? Vai haver ou não vai haver reencaminhamentos de turistas para o aumento de turismo nos Açores ser equitativo e igual para todas as ilhas? O grande problema (ainda há pouco dizia um operador) é a promoção deficitária que o senhor fez do turismo, que andou a dar subsídios a companhias para voarem para São Miguel, milhões de euros, através da ATA...

Deputado Francisco César (PS): Mas foi o Governo Regional ou foi a ATA?

O Orador: ... e não fez uma promoção eficaz do turismo.

Ninguém sabe como se promove bem estas nossas ilhas. Trinta milhões de euros em quatro anos! Trinta milhões de euros em quatro anos, Sr. Deputado Francisco César!

E, portanto, Sr. Secretário, aqui, uns são mais iguais do que outros.

Eu tenho outra questão para lhe colocar. O senhor anunciou e depois? Os reencaminhamentos feitos no primeiro trimestre, também há dúvidas se vão ser

pagos ao abrigo das anteriores regras de serviço público. É preciso também ter atenção a isso.

Às perguntinhas que eu lhe fiz, ainda tem mais uma para lhe fazer.

Eu tenho uma viagem, partida da Terceira ou partida de Ponta Delgada, na rota liberalizada, e sou das Flores ou sou da Graciosa. A SATA atrasa, mas eu já paguei o bilhete na TAP ou na EasyJet ou na Ryanair. Quem se responsabiliza, Sr. Secretário? Isso não é o mesmo direito de qualquer açoriano. Quem se responsabiliza? Ou são só os da ilha grande que têm direitos?

O senhor trata açorianos de primeira e de segunda? Quem se responsabiliza se, por responsabilidade da SATA, eu perder o voo de ligação ao exterior?

E depois há aqui uma falácia, que insiste o Sr. Deputado Francisco César, insiste o Sr. Deputado Jorge Macedo e insiste o PSD que isso é um serviço público. Qual serviço público? Algum dos senhores me explica quais são as obrigações das companhias neste modelo? Não há Obrigações de Serviço Público! Há um modelo liberalizado e semi liberalizado nos Açores.

Há uma coisa que é positiva é que o passageiro, o Governo da República garante que ninguém paga mais do que 134 euros. Agora, Sr. Deputado Francisco César, veja o que aconteceu à Madeira.

Se não existisse nos Açores a SATA Internacional, o senhor sabe quem é que estava a voar para o Faial? Ninguém! Sabe quem é que voava para o Pico? Ninguém!

Deputado Francisco César (PS): Mas ainda bem que existe!

O Orador: Sabe quem é que voava para Santa Maria? Ninguém!

E, portanto, não há Obrigações de Serviço Público.

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que ela existe!

O Orador: Não há nenhuma Obrigação de Serviço Público!

Não, ela já existe antes do senhor existir e do PS existir.

Sim. A SATA Internacional foi com o PS.

Deputado Francisco César (PS): A SATA Internacional não!

O Orador: Mas a SATA já existe antes do PS existir e, portanto, vamos...

Deputado Rogério Veiros (PS): É a companhia mais antiga!

O Orador: A mãe da SATA Internacional, que é a SATA Air Açores, já existe, por isso é que é possível, Sr. Deputado.

Não há Obrigações de Serviço Público e por isso é que os senhores tratam açorianos de primeira e de segunda e de terceira. A não ser que chegue ao dia que os senhores liberalizem a rota do Corvo, que é uma rota altamente lucrativa para a SATA Air Açores, tem uma média de três passageiros por voo, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão defende uma liberalização acérrima deste modelo e, portanto, eu acho que a gente vai liberalizar a rota do Corvo que é para dar lucro à SATA e o Sr. Deputado Paulo Estêvão ficar satisfeito. Porque isto de vir defender a liberalização para os outros, mas ter um serviço público assegurado para si, é uma maravilha, é o melhor de dois mundos.

E, portanto, não há serviço público nos Açores. Os senhores acabaram com o serviço público. O Partido Socialista acabou (e o PSD, não é verdade?) com o serviço público nos Açores. Nenhuma companhia... O que é que a TAP ganha? Está tudo revoltado contra a TAP, mas, Sr. Deputado Luís Garcia, o que é que a TAP ganha em voar para o Faial?

Deputado Luís Garcia (PSD): Pergunte ao Pires de Lima!

Deputado Francisco César (PS): É pá! Mas vocês não são do mesmo Governo?

O Orador: Explique-me lá!

Não, não! Pergunte é ao Sr. Deputado Duarte Freitas e ao Sr. Primeiro-Ministro,...

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: ... quando fizeram os anúncios, ou ao PSD, Sr. Deputado. Não é ao Pires de Lima, é ao Sérgio Monteiro, Sr. Deputado! Está a perceber? É ao

Sérgio Monteiro, o Sr. Secretário de Estado. É ao Sr. Dr. Duarte Freitas e ao Sr. Dr. Passos Coelho! A esses é que eu pergunto. O senhor é que tem de perguntar...

Deputado Luís Garcia (PSD): Já perguntei!

O Orador: ... por que é que a TAP não vem para aqui.

Deputado André Bradford (PS): E a pista? Pergunte pela pista também!

O Orador: Por que é que a TAP não vem para cá. Ah! Os senhores só voam é com bandeira e companhia, já não lhe serve um avião!

E, portanto, Sr. Deputado Francisco César, há o modelo que efetivamente não se faz.

E há uma coisa muito interessante, Sr. Deputado Jorge Macedo, que eu gostaria que comentasse e o Sr. Secretário.

Eu tenho aqui as previsões da ANA para o aeroporto de Ponta Delgada. Crescimento, Sr. Deputado Jorge Macedo, de passageiros, de tráfego, no aeroporto de Ponta Delgada para 2015: 6,1%,...

Deputado Francisco César (PS): Excelente!

O Orador: ... 6,1%.

Deputado Francisco César (PS): Não é bom?

O Orador: O ano passado foi 5% e não tinha *low cost*.

Não! Eu quero é saber como é que está com os seus 40.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O turismo nos Açores não tem tido os melhores resultados, eu diria até que o turismo tem tido resultados catastróficos nos últimos anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É como a Base das Lajes!

O Orador: Enquanto no continente português os aumentos ascendem aos 12%, nos Açores, no final de dezembro, ascendiam a uns míseros 0.9%.

Deputado Francisco César (PS): Míseros?

Deputado André Bradford (PS): Não percebi! 0,9 a mais ou a menos?

O Orador: Desde 2007 que o turismo tem vindo a baixar vertiginosamente nos Açores. A estratégia para o turismo falhou.

Deputado Francisco César (PS): Falhou?

O Orador: Aliás, a realidade é que nunca existiu um verdadeiro plano estratégico para o turismo. Este Governo não foi capaz de atrair novos mercados e escorraçou os que cá estavam, nomeadamente o nosso mercado luso-americano, as comunidades de emigrantes que, no verão passado, foram o exemplo trágico desse mau tratamento dado pelo Governo açoriano aos emigrantes que nos visitam, que sabem para onde vêm, que são turistas que deixam uma rentabilidade considerável na região e, no entanto, parece que não são bem-vindos aos Açores.

O amadorismo com que o turismo tem sido tratado nos Açores trouxe-nos essa realidade. A chegada das *low cost* não é, certamente, uma solução para o problema, mas, certamente, fará parte da solução deste problema. Só na parte promocional, não podemos esquecer que as *low cost* abrangem mais de 160 milhões de passageiros. É uma promoção gratuita a contrastar com os mais de 150 milhões...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Gratuita?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é que é feito o reencaminhamento de turistas?

Deputado Francisco César (PS): É por avião!

O Orador: ... que o Governo gastou, nos últimos anos, e que nos trouxe praticamente nada.

No entanto, é preocupante o desnorte e a falta de organização do Governo em gerir as empresas de transportes internos, como é o caso dos transportes marítimos e aéreos.

Há mais de três décadas que se ouve dizer que os horários dos transportes marítimos têm de ser publicados atempadamente e continuam, teimosamente, a fazer orelhas mocas e a publicar os horários quando bem lhes apetece.

É surpreendente como este Governo apregoa a grande aposta na promoção *online*, quando nem capacidade tem para publicar um simples horário de barco.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Um caso de falta de sensibilidade nos transportes, que é incompreensível para o comum dos mortais, é a operação de *ferry* no triângulo. Sabemos que o serviço de rampas *roll-on* e *roll-off*...

Deputado Francisco César (PS): É melhor dizer rô-rô!

O Orador: ... na ilha do Pico, não está operacional. No entanto, Velas e Horta estão operacionais. O *ferry* que opera nas Velas e na Horta tem tido a rampa *roll-on roll-off* avariada, ficando impossibilitado de transportar viaturas. Ninguém se preocupou com a manutenção de prestar um bom serviço nestas ilhas,..

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o João Costa! Agora na comissão de inquérito!

O Orador: ... enquanto o *ferry* operacional está operando nos portos do Pico, que estão inoperacionais.

Se fosse uma empresa privada e estivesse preocupada em faturar e em servir bem os seus clientes, certamente teria solucionado o problema rapidamente, trocando os *ferries*, mas não. Depois de um chorrilho de reclamações, então, uma vez ao dia, vai o *ferry* avariado, outra vez ao dia, vai o *ferry* funcional. Quer dizer, não vão os jorgenses ficar habituados a um bom serviço e depois será muito aborrecido, cada vez que avaria alguma coisa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é para estimular as entidades locais!

O Orador: Os poucos turistas que nos visitam nesta época ficam surpresos, porque, de manhã, podem levar o carro, à tarde, já não podem e é uma imagem que eles levam de volta e que não é certamente positiva para o turismo dos Açores.

Mais ainda. Quando chegaram os *ferries*, todos novos, todos luminosos, com cores vivas, tinha uma moto 4 que transportava as bagagens com os vagões de carga. Surpresa minha, há algumas semanas, já não existia a dita mota, havia era uma carrinha de caixa aberta (tipo aquelas que os agricultores levam às vacas) carregada de bagagens. A mota deve ter avariado!

A semana passada, surpresa minha, já não existia nem moto 4, nem carrinha de caixa aberta. Eram os coitados dos funcionários da Transmaçor a empurrar os carrinhos da bagagem.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Luís Maurício (PSD): Um estímulo ao exercício!

O Orador: Eu só espero que agora, quando chegarem as antiguidades gregas, já não se veja trabalhadores indiferenciados com as malas à cabeça, como na época colonial.

Deputado Francisco César (PS): Se isso é a política de turismo do PSD para os Açores, estamos indo bem!

O Orador: Preocupa-nos, neste novo serviço de Obrigações de Serviço Público, o *incoming*, porque o *outgoing* está esclarecido. O *incoming*, há dúvidas, e há dúvidas pelo seguinte. Estas novas Obrigações de Serviço Público, eu diria que poderão ser o motor *rolls-royce* no desenvolvimento do turismo desta região. Agora, se nós colocarmos um motor *rolls-royce* numa mota de três rodas, não vai dar a rentabilidade pretendida. E o que eu vejo, na

organização interna dos transportes marítimos e aéreos açorianos, é que estão um bocadinho à dimensão de uma mota de três rodas, ou melhor dizendo, agora modernamente, um tuc-tuc.

Deputado Francisco César (PS): Isso é o que se chama de “verdadeiro artista”!

O Orador: Portanto, o Governo, que travou e boicotou, durante anos, o desenvolvimento do turismo nos Açores, com preços de passagens aéreas astronómicos, é o mesmo que agora terá de facilitar a distribuição interna, através de ligações aéreas e marítimas eficientes, e veremos se tem diligência para tal.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Agora é que vai ser!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Reencaminhamento de turistas, explique lá!

O Orador: ... Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Chegado a este momento do debate, algumas das dúvidas já foram esclarecidas e uma conclusão julgo que é possível tirar, a de que em cima do modelo que construímos açorianos, construímos todos, não elogiando o Governo A, o Governo B, o Partido A ou o Partido B,...

Deputado Francisco César (PS): Foi o que o senhor teve a fazer até agora!

O Orador: ... todos construímos esta solução, chegamos a esta hora e, em cima do modelo inteligente, verificamos e percebemos que temos um Governo atrasado.

Não é imaginável que, mesmo com todas as dificuldades legais, com todos os pressupostos legais que se possam encontrar, que já há duas semanas, três semanas, um mês ou dois meses, se pudesse dizer que, a partir da próxima segunda-feira, os açorianos podem ter o título de transporte gratuito para os seus encaminhamentos quando se dirigem a uma *Gateway*, qualquer que seja, da sua escolha, para acederem ao exterior da região. Não é possível, não é compreensível que o Governo tenha mantido esse silêncio até agora.

Deputado Francisco César (PS): É como as estradas!

O Orador: Isso, sim, diferenciou açorianos de ilhas que estão servidas com *Gateways* de açorianos de ilhas que não estão servidas com *Gateways* e que precisam do título de transporte gratuito para chegarem à *Gateway* da sua escolha ou da sua preferência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vais engolir os artigos que escreveste!

O Orador: Sr. Secretário Regional, todas as justificações que V. Ex.^a quiser dar relativamente ao enquadramento legal que impossibilitou que a operacionalização do título gratuito de encaminhamento só possa acontecer a partir da próxima segunda-feira, todos esses pressupostos não invalidam que pudesse ter anunciado, há um mês ou há dois meses, que a data para o início da obtenção desses títulos de transporte começava na próxima segunda-feira. Porque os açorianos, as companhias aéreas, os agentes de viagens, os operadores turísticos precisavam dessa informação e V. Ex.^a não tinha o direito de a omitir, até hoje, aqui, neste debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi só ele! Foi o Sérgio Monteiro também!

O Orador: Mas gostaria também de esclarecer o seguinte, não querendo alimentar polémicas.

Quando nós elogiamos a solução, já o referi, não elogiamos uns em detrimento de outros. Dissemos que foram os açorianos os grandes vencedores desse desafio...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobretudo os do Faial! Os açorianos do Faial e Pico!

O Orador: ... com a entrada em vigor das novas Obrigações de Serviço Público. Mas, deixem-me recordar o seguinte, é que, se numa primeira fase, a partir do momento em que o Governo Regional enviou a sua proposta de Obrigações de Serviço Público para a República, se num primeiro momento o Governo da República, através do anterior Ministro da Economia, arrumou a proposta na gaveta, é verdade, já o afirmei diversas vezes, reconheço que é verdade, numa segunda fase, todo o processo se atrasou...

Deputado Francisco César (PS): Ah! O senhor reconhece que é verdade!

O Orador: ... porque o Governo Regional não queria falar, não queria ouvir sequer falar de liberalização...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Isso é mentira!

O Orador: ... porque, como nós todos sabemos (e talvez não cabe neste debate porque o tempo já é limitado), foi o Governo Regional que criou um problema, problema esse que o condicionava na aceitação de condições que pudessem liberalizar o mercado porque tinha em casa um problema que criou, por ingerências políticas, porque não fez uma companhia criar músculo, porque não fez a SATA ser competitiva. Não queria falar de liberalização, dizia eu, porque tinha um problema grave em casa. Esperemos agora que a nova administração da SATA, que a tutela ponha a mão na consciência e perceba o problema que tem em casa e que seja capaz, juntamente com todos os colaboradores da empresa, de ultrapassar os constrangimentos que a empresa tem num mercado

que, até agora, foi de duopólio ou, pelo menos, é de monopólio com a SATA e que, a partir de agora, será um mercado concorrencial e, por sinal, muito mais difícil.

Que, a partir do dia 1 de abril, nós possamos ter acessibilidades mais baratas. Foi um muro que deitámos ao chão, foi um muro que derrubámos, para que as acessibilidades aos Açores possam ser uma realidade, não só para melhorar a acessibilidade dos açorianos, mas para que seja o verdadeiro motor do turismo dos Açores. Não resolve os problemas todos, temos nós que fazer o nosso trabalho de casa, é verdade, mas temos a certeza que vai haver um turismo antes do modelo que vai entrar em vigor no dia 1 de abril e um turismo depois do modelo que vai entrar em vigor no dia 1 de abril.

Obrigado.

Deputada Judite Parreira e Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Agora vai!

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se iniba!

O Orador: ... para, por um lado, mostrar o facto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista estar surpreendido com a adjectivação utilizada pelo Sr. Deputado António Pedroso em relação ao estado em que está o turismo na região. Nós tivemos esse debate aquando do Plano e Orçamento, da discussão e aprovação do Plano e Orçamento. Na altura, os resultados eram piores e o Sr.

Deputado não foi tão veemente como foi agora quando os resultados, de facto, subiram e melhoraram.

O Sr. Deputado acha que é catastrófico termos subido 0,9% no número de turistas na região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Em comparação com os 11 nacionais, é catastrófico!

O Orador: Eu acho que catastrófico seria um cenário negativo e não um cenário desta natureza.

Deputado António Pedroso (PSD): Vá dizer isso aos funcionários que foram despedidos e os hotéis encerrados!

O Orador: Mas como eu lhe disse e como disse aqui, transmitindo o que é o entendimento do PS sobre esta matéria, aquando do debate do Plano e Orçamento, nós achamos que a análise da evolução turística na região não se deve fazer trimestre a trimestre, comparando apenas trimestre a trimestre, quando dá jeito ou quando não dá jeito; nós achamos que se deve fazer por períodos mais longos, analisando a tendência e nós continuamos numa tendência de estabilização da subida, o que é, para nós, relevante.

Há agora um conjunto de expectativas que se voltam a gerar, é verdade, e há também uma clara movimentação neste setor, na região, que o Sr. Deputado ignorou na sua intervenção, não quis lembrar na sua intervenção: há hotéis a ponto de reabrir, há novos projetos hoteleiros (nós até visitamos, há pouco tempo, um novo projeto hoteleiro em plena cidade de Ponta Delgada), há, da boca dos responsáveis pelo setor na região, uma clara convicção de que as coisas estão a retomar o bom caminho e, portanto, não fica bem, não é adequado, nem sequer é intelectualmente honesto vir falar em catástrofe no turismo, numa fase destas em que nós todos percebemos que há uma reanimação do setor e uma vontade muito grande de que as coisas deem certo e melhorem. E, portanto, eu acho que é desadequado.

Mas, apelando à minha costela jornalística, se eu tivesse que tirar daqui a notícia deste debate, a notícia deste debate veio da boca do Sr. Deputado Jorge Macedo, há pouco tempo, na sua última intervenção. O Sr. Deputado assumiu aqui, pela primeira vez, que eu me lembre, que o Governo da República, neste processo do novo sistema de Obrigações de Serviço Público,...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É a terceira vez que digo isso aqui! Deve estar distraído!

O Orador: ... meteu na gaveta, durante algum tempo, a proposta existente por parte do Governo Regional. É fantástico! É ótimo saber, é corajoso, diria eu, o senhor assumir isso dessa forma e vir aqui, ao Parlamento, finalmente dizer aos açorianos, “É verdade, isto não andou, durante muito tempo, porque o meu Governo da República meteu a proposta do Governo Regional numa gaveta”. E, portanto, ficaram os açorianos, nesta fase, a saber claramente o que foi o processo para trás.

Mas não é isso que nos preocupa verdadeiramente. Eu percebo o problema estratégico do PSD num debate desta natureza. É que o PSD sempre quis fazer parte dos responsáveis pela consecução deste novo modelo e, portanto, sempre quis estar associado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E essa é a sua dificuldade!

O Orador: ... ao que o modelo tinha de bom. O problema é que quando surgem dúvidas no eleitorado, quando grupos de pressão ou de interesse que se começam a manifestar e a suscitar dúvidas sobre o modelo, o PSD já não se sente confortável e já não quer fazer parte daqueles que foram responsáveis pelo modelo.

Portanto, naquilo que ele é bom, foi o telefonema do Sr. Deputado Duarte Freitas; naquilo que ele é mau, é culpa do Governo Regional...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e do PS, que não sabem fazer dali (daquilo que era tão bom) uma coisa, de facto, boa para os açorianos.

E, portanto, isso também diz um bocadinho da forma como cada partido encara a sua missão de representação e defesa dos interesses dos Açores.

Nós encaramos com capacidade de luta, com vontade de implementar as coisas, umas vezes fazendo bem, outras fazendo menos bem. Os senhores, à primeira dificuldade, renunciam. Renunciam àquilo que tinham dito, renunciam à defesa dos açorianos, renunciam sempre que aparece alguém, algum grupo de pressão, algum grupo de interesse a falar ou a suscitar alguma dúvida. E isso é muito visível, por exemplo, no caso recente dos posicionamentos do PSD do Faial sobre essas questões que nós temos vindo a falar.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado Luís Garcia (PSD): Vai falar da Estação Radionaval do Faial?

O Orador: Contra que Governo é que o PSD do Faial acha que tem que reclamar? Contra o Governo que tutela a TAP e que não disse à TAP para continuar a prestar o serviço que prestava aos faialenses?

Deputado Luís Garcia (PSD): Contra os dois!

O Orador: Contra o Governo que tutelou a ANA, anos e anos,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Contra os dois!

O Orador: ... que privatizou a ANA e que não disse à ANA para fazer o alargamento da pista? Não! Não é contra esse Governo! O PSD do Faial não está incomodado contra esse Governo, está incomodado contra o Governo Regional, que não tutela a TAP, que não teve nunca capacidade de tutelar a ANA, que não tem nenhuma responsabilidade no processo e, mais, e critica a SATA, uma empresa que se prestou...

Deputado Luís Garcia (PSD): Que acordou com a SATA!

O Orador: ... a vir fazer o serviço que a TAP, tutelada pelo Governo da República do PSD, decidiu a não fazer. E, portanto, os senhores têm...

Deputado Luís Garcia (PSD): E o acordo que os senhores estabeleceram?

O Orador: ... um grave problema para resolver,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... é um problema de posicionamento estratégico, é um problema de política pura, é verdade, mas também é um problema de verdade, é um problema de caráter e de essência política, que eu acho que os senhores precisavam de resolver em nome dos interesses dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas e só para precisar duas questões referindo que, provavelmente, o Sr. Deputado André Bradford, ou não estava presente ou, por algum motivo, não ouviu, por diversas vezes, eu ter afirmado que o Ministro Álvaro Santos Pereira, durante muito tempo,...

Deputado Francisco César (PS): Fica-lhe tão bem isso!

O Orador: ... arrumou a proposta do Governo na gaveta. Já o referi para aí duas ou três vezes, neste Plenário, não tenho qualquer problema em reafirmá-lo.

Deputado André Bradford (PS): O problema foi meu! Nunca tinha percebido!

O Orador: Mas há uma coisa que é bom nós sermos intelectualmente inteligentes e honestos, Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Diga!

O Orador: É importante que sejamos intelectualmente honestos. É que o posicionamento do PSD é, hoje, aquilo que sempre foi. O modelo é inteligente, já o afirmamos por diversas vezes e já o referimos e justificamos o porquê...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem é umas tolices, mas é inteligente!

O Orador: ... o modelo é inteligente. Foi uma construção de muita gente, não é do Partido A, do Partido B, do Governo A ou do Governo B. Este foi, desde o princípio, o posicionamento do PSD.

Deputado André Bradford (PS): Foi, mas deixou de ser!

O Orador: Se dúvidas houvesse, provavelmente nós não nos fizemos explicar bem para não dizer que, eventualmente, o Sr. Deputado não nos entendeu bem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado Jorge Macedo, explique como é o encaminhamento para o Faial!

O Orador: Mas o nosso posicionamento é também o mesmo quando nós dizemos que em cima do modelo inteligente,...

Deputado André Bradford (PS): Vieram os socialistas e estragaram tudo!

O Orador: ... que já podia, neste momento, estar a servir todos os açorianos, a nove dias (a nove dias!) do início da operação é que o Governo diz assim: “Senhores cidadãos dos Açores, nossos caros concidadãos, a partir de segunda-feira [ou seja, a uma semana do início do modelo], podem ir comprar os seus títulos gratuitos para, a partir da *Gateway* que escolherem, poderem escolher a operadora e a companhia onde querem voar”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que é o responsável por isso!

O Orador: Sr. Deputado, o posicionamento do PSD é o que foi antes e,...

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não, Sr. Deputado!

O Orador: ... a partir de agora, exerce e exercerá a crítica que tem que fazer, porque não é concebível que, a nove dias do modelo, do início da entrada do funcionamento do modelo, o Governo Regional não tenha informado aos açorianos como é que chegam à Terceira ou chegam a Ponta Delgada. Isso é

que não poderia nunca ter acontecido e foi aquilo que, hoje, percebemos que aconteceu.

Obrigado.

Deputada Judite Parreira e Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa tem várias inscrições, que ficarão, naturalmente, para a tarde.

O Sr. Secretário da Mesa vai fazer o favor de informar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional tem 15 minutos e 35 segundos; o Partido Socialista tem 14 minutos e 20 segundos; o PSD tem 3 minutos; o CDS-PP tem 7 minutos e 45 segundos; o Bloco de Esquerda já não tem tempo; o PCP tem 5 minutos e 45 segundos; e o PPM tem 6 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Uma boa tarde a todos e bom almoço.

Eram 12 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 06 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Sr. Deputado António Marinho, pede a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Para solicitar um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Trinta minutos?

Regressamos então às 16 horas e 40 minutos.

Eram 16 horas e 07 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pediu a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação, Sra. Presidente, para justificar perante si e a Mesa e também a Assembleia e os açorianos a razão de ser de alguns atrasos, que foram da responsabilidade, naturalmente que o pedido de intervalo do PSD-Açores...

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas...

O Orador: Mas para lhe explicar, Sra. Presidente, se me permite, porquê...

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, peço desculpa de interrompê-lo, mas o motivo do intervalo foi devidamente debatido e discutido na nossa Conferência de Líderes. Eu penso que, neste momento, não há lugar,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: ... até porque a interpelação à Mesa tem a ver com os trabalhos que estão a decorrer e penso que...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: ... não devíamos passar para o Plenário aquilo que foi a discussão e o debate que houve ao nível da Conferência de Líderes.

O Orador: Sra. Presidente, muito obrigado.

Só para dizer então que se marca hoje, aqui, uma das páginas mais negras da democracia parlamentar nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Francisco César (PS): Os senhores demitiram um Presidente da Assembleia sem motivo nenhum!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, mas se for para falar sobre a questão dos trabalhos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Naturalmente, Sra. Presidente, muito obrigado, que é para falar sobre a questão dos trabalhos, que, naturalmente, foram interrompidos durante duas horas, e os açorianos têm o direito que a Sra. Presidente lhes explique por que é que houve esse atraso de duas horas na condução dos trabalhos da Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, conforme tive oportunidade de explicar ao Sr. Deputado Duarte Freitas, e posso já dizer que não darei a palavra a mais nenhum partido para uma interpelação sobre esta matéria, nós interrompemos os trabalhos porque foi feita uma Conferência de Líderes para debater assuntos relativos a uma matéria que nada tem a ver com os trabalhos que estão, neste momento, a decorrer. E foi por isso que interrompemos, para fazer uma reunião de líderes, como, aliás, já em outras sessões aconteceu, sempre que foi necessário os líderes reunirem para tratarem de matérias que em nada tinham a ver com os trabalhos parlamentares, neste caso, com a Agenda que está em debate.

Feito este esclarecimento, vamos continuar com as intervenções e as participações no debate de urgência.

Está inscrito o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência do debate que aqui estávamos a ter sobre as matérias de transportes, acessibilidades e turismo, houve aqui algumas questões levantadas que, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, merecem alguma intervenção em relação a essas situações.

Em primeiro lugar, falar sobre turismo.

A nós e ao comum dos açorianos, quando o turismo cresce, existe satisfação; para o PSD, e como disse o Sr. Deputado António Pedroso, falou em catástrofe. Eu diria que o Sr. António Pedroso não deve andar no mesmo mundo que nós andamos,...

Deputado António Pedroso (PSD): Não, não! Por acaso não ando!

O Orador: ... porque, Sr. Deputado António Pedroso, nós, em São Jorge, o que assistimos foi, o ano passado, e na época de turismo do verão passado, tanto hoteleiros como diversos empresários do setor, todos são unânimes em reconhecer que houve crescimento na ilha de São Jorge.

Deputados Joaquim Machado e António Pedroso (PSD): Em relação a quê?

O Orador: E crescimento esse que, na opinião de alguns, foi extremamente positivo para aquele setor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Positivo? Foi o pior de sempre!

O Orador: E hoje fala-se, em muitos dos empresários, em já aumentarem os seus investimentos e a sua capacidade de resposta. Ainda bem que os empresários têm uma visão diferente daquela visão catastrófica que é a visão do PSD sobre o futuro dos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É uma pobreza franciscana!

O Orador: Mas o Sr. Deputado falou sobre outras matérias e falou sobre a avaria da rampa dos novos navios. Sr. Deputado, nós, até há bem poucos anos, tínhamos os velhinhos Cruzeiros,...

Deputado António Pedroso (PSD): Ainda temos!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já foram novos!

O Orador: ... que, como o senhor bem sabe, foram bons, sim, senhor, e continuam a ser grandes navios e bons navios...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Então, qual é o problema?

O Orador: Oh, senhor, tenha calma! Deixe-me acabar a minha intervenção. Está nervoso, Sr. Deputado?

O que acontece é o seguinte. O senhor, antigamente, viajava no Cruzeiro,...

Deputado António Pedroso (PSD): E ainda viajo!

O Orador: ... como eu viajava (e ainda viaja), e quando o navio encosta, o que é que acontece? Abre-se uma tramela, abre-se o portão e os passageiros saem. Hoje, nós vivemos com navios completamente diferentes, mais sofisticados, com rampas hidráulicas, com desenvolvimento tecnológico e, por isso, Sr. Deputado, quando isso acontece, é normal que as avarias também aconteçam.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só não é normal é serem velhinhos!

O Orador: E o Governo não pode ser responsabilizado por isso nem os operários da Transmaçor podem ser responsabilizados por isso.

Deputado António Pedroso (PSD): Não, não!

O Orador: Essas avarias acontecem e acontecerão no futuro.

Quanto à questão da troca do navio, Sr. Deputado, é verdade que o senhor, dizendo em São Jorge que o navio, não conseguindo transportar carros entre a Horta e a Madalena, deveria fazer as duas viagens a São Jorge, os jorgenses vão aplaudi-lo, mas também é verdade que se o senhor explicar aos jorgenses que o navio da manhã, que vai à Madalena e que transporta sempre, todos os dias, mais de duas centenas de passageiros e que todos os dias de manhã, ou quase

todos os dias de manhã, tem que transportar passageiros que estão acamados, que estão em macas e que a ambulância na Horta tem outras facilidades para transportar esses passageiros, o senhor vai perceber que há que haver aqui uma atitude, por parte da Transmaçor, de equilíbrio de serviço a toda a população dos Açores. E nós não podemos entrar numa moda, que me parece que está a entrar, de que cada ilha só olha para si, esquecendo-se que tem de ser solidária com todos os açorianos e a Transmaçor tem que servir os passageiros todos do triângulo e não exclusivamente os de uma ilha em particular.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A sua falta de solidariedade com os jorgenses é gritante!

O Orador: Relativamente a outros pormenores. Sr. Deputado, a mim, eu não perco nenhuma costela de jorgense por ser solidário e por querer ser correto...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... nestas matérias e acho que a si também não lhe ficaria mal e o que fica mal a muitos açorianos é, hoje em dia, estarem a criar clivagens entre ilhas e entre discussões que acho que não devem acontecer e nós devemos ser uma região num todo e não como aqui se está às vezes a tentar defender.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, outras questões que têm a ver com o facto de haver moto 4, de não haver moto 4. Oh, Sr. Deputado, eu viajo tal qual como o senhor. As malas saem, a comunidade que nós temos como passageiros mantém-se e as coisas estão a correr muito melhor.

Deputado António Pedroso (PSD): Fantásticas!... Estão tão boas que nem querem uma Comissão de Inquérito!

O Orador: E estão a correr muito melhor no triângulo como nos Açores todos e São Jorge, há bem poucos anos, não tinha as acessibilidades que hoje tem. E se há investimento que é feito em São Jorge, foi em acessibilidades. Temos um aeroporto com melhores condições de segurança e de operacionalidade; temos a

obra do porto comercial das Velas que, em breve, arranca e já os empreiteiros estão a montar o estaleiro e a preparar-se para o início dessas obras; temos novos navios;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o heliporto?

O Orador: ... e temos mais ligações de São Jorge ao exterior.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o porto do Topo?

O Orador: Não saber reconhecer que as...

O porto do Topo, também arrancará a obra, Sr. Deputado.

Não reconhecer que São Jorge tem melhores acessibilidades, Srs. Deputados, é não ser correto, é não estar a olhar para a realidade que São Jorge hoje vive.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o heliporto?

O Orador: E, francamente, todos nós devemos querer melhor, todos nós devemos lutar por melhores condições de cada um dos açorianos. Agora, Sr. Deputado, não reconhecer os factos e aquilo que acontece e que tem acontecido verdadeiramente, nos últimos anos, no domínio das acessibilidades, na ilha de São Jorge, acho que não lhe fica bem, até como jorgense e sobretudo como deputado.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Sobretudo porque lá o turismo cresceu 11%, digo eu!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O debate de hoje já trouxe algo de positivo para os açorianos. O Sr. Secretário já anunciou como serão feitos os reencaminhamentos, mas recebi também alguns mails de açorianos atentos (felizmente, alguém vê o nosso Plenário) e também não queria deixar de...

Não costumo responder a mails anónimos, mas, por respeito à ilha do Faial, vem aqui um grupo de faialenses, eu, por acaso, vou responder, e sobretudo ao Sr. Deputado Luís Garcia, que ele, em aparte, mandou...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não fui eu que mandei!

O Orador: ... que o Ministro Pires de Lima tinha garantido.

Oh, Sr. Deputado, eu vou explicar-lhe...

(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, dá-me licença? É porque eu preciso explicar isso e não tenho muito tempo. E sobretudo ao PSD e ao Sr. Deputado Luís Garcia, que são os pais do modelo...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Chega!

O Orador: ... para aquilo que interessa, mas para aquilo que não interessa, já não são pais do modelo e já não é do PSD nem de Duarte Freitas,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Eu só sou pai de um!

O Orador: ... como disse o Sr. Deputado Jorge Macedo.

E, portanto, Sr. Deputado Luís Garcia, assumo-se. Ou o senhor é do PSD e é parente desse modelo e prejudica a sua ilha, que eu disse desde o início, não foi hoje nem agora, nem em comissão extemporânea política, Sr. Deputado. E o que o Sr. Ministro Pires de Lima disse foi que a TAP continuará a ser uma companhia de bandeira, com o *hub* em Lisboa, garantindo ligações às Regiões Autónomas e não à ilha do Faial, o senhor seja correto, e mais o grupo de faialenses que escreveram para aqui (Curiosamente quem será, Sr. Deputado?).

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, não sei quem será!

O Orador: E, portanto, às ligações (O senhor ouça!) às Regiões Autónomas, à diáspora, à Guiné e aos países onde tem comunidades. Foi o que o Sr. Ministro

disse e disse mais, Sr. Deputado, enquanto o Estado tiver 34% da TAP, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): E ainda tem!

O Orador: Mas sabe quem é que impôs que a privatização fosse só 66%, Sr. Deputado? Foi o Sr. Ministro Pires de Lima e o CDS, porque o Sr. Primeiro-Ministro e o seu partido queriam privatizar a 100%, Sr. Deputado Luís Garcia. Essa é que o senhor tem que saber e tem que explicar aos seus conterrâneos faialenses por que é que eles estão na situação que estão, Sr. Deputado Luís Garcia, e não vale a pena a demagogia barata que o senhor aqui tentou fazer e que o PSD Faial tenta fazer, pondo as culpas para cima dos outros.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós bem sabemos a posição do PSD sobre esta matéria. Aquilo que é bom do modelo, aceitam como sua responsabilidade; aquilo que é mau do modelo, chegam a um ponto de deitar para o Governo Regional e, pelos vistos, para o CDS-PP. Não lhes fica bem.

Em segundo lugar, dizer que, em matéria de turismo, o Sr. Deputado de São Jorge, de facto, não vive no mundo em que nós estamos a viver. O Sr. Deputado até se esqueceu que, na sua própria ilha, o turismo, o ano passado, cresceu 11% (11%!).

Deputado Joaquim Machado (PSD): Em relação a quê? Em quatro anos, e no outro, no outro e no outro? Seja honesto!

O Orador: Em relação ao ano anterior, Sr. Deputado. Claro!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga em relação ao melhor ano de São Jorge! Seja honesto!

O Orador: Oh, Sr. Deputado! Por favor! Digo-lhe só isto, Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)

O Orador: Eu bem percebo os seus tiques dos velhos tempos, de não querer deixar que outros falem, mas neste Parlamento, neste tempo,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga se sabe!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... eu falo quando a Sra. Presidente me der a palavra e não quando o senhor me der a palavra. Esses tempos de controlo da comunicação social já passaram.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não diga isso! Isso que o senhor acabou de dizer fica-lhe muito mal!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Posso dizer-lhe também outra coisa. Os números do turismo da Região Autónoma dos Açores, os números do turismo que estão a fazer que muitos hotéis reabram, que hotéis novos estejam a ser construídos, que hotéis que...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não tem autoridade para dizer isso!

O Orador: ... já estão em funcionamento estejam a ter obras para se adequarem às novas circunstâncias, são o quinto melhor resultado da história dos registos em termos turísticos.

O ano de 2014 é o quinto melhor ano da história do turismo dos Açores. Nós sabemos que há dificuldades, nós sabemos que as coisas não têm sido fáceis, mas, verdade seja dita, desde que há registos nos Açores, este foi o quinto melhor ano de sempre no turismo dos Açores. E nós não temos vergonha disso,

porque, apesar de todas as dificuldades, nós tivemos sempre ao lado da indústria hoteleira e de quem depende deste mesmo setor.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): E os hotéis que fecharam!

O Orador: Mais lhes digo. Em matéria de transportes, o PS manteve a sua coerência, ou seja, manter um modelo nos Açores que tivesse em primeiro lugar a defesa do passageiro residente para que não acontecesse...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: ... como aconteceu com a Madeira, que é o caso em que a liberalização não protegeu o passageiro residente.

Nós conseguimos isso mantendo a nossa posição e evoluindo-a de forma a que os açorianos pudessem ser protegidos, o que não acontece em relação ao PSD. E o Deputado Jorge Macedo, que diz que a sua posição foi exatamente a mesma desde sempre, eu posso dizer-lhe aqui que isso não corresponde à verdade.

O PSD inicialmente defendeu o modelo da Madeira e depois negou o modelo da Madeira e defendeu que, “caso [e estou a citar] o PSD-Açores ganhe as eleições, ele tenciona apresentar a Bruxelas um programa chamado POSEI Transportes, para reduzir o preço das passagens aéreas, porque acha que a subsídio é a solução”. Mais! “Diz Macedo [calculo que Jorge, Jorge Macedo], enquanto isso não acontecer, é intenção dos sociais-democratas que afetar 1% do orçamento regional, 12 a 15 milhões de euros, para assegurar que as passagens sejam mais baratas”.

O que lhe posso dizer, Sr. Deputado, é que não precisamos de tirar dinheiro aos contribuintes açorianos, exigimos à República o que era devido, exigimos um sistema que fosse justo:...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... ao mesmo tempo que protegemos os passageiros residentes asseguramos as vantagens da liberalização.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Mantivemos a nossa posição, trouxemos frutos para a nossa terra, há resultados que estão à vista. É certo que não será a solução para tudo, há muito trabalho para fazer no setor turístico, agora, o que lhe posso dizer é que o nosso trabalho foi coerente e foi feito em prol dos açorianos e não andamos a zigzaguear entre uma liberalização POSEI Transportes e agora cantar os louros por uma vitória que não tem nada a ver com o PSD para ter algum proveito político.

Muito obrigado.

Deputados Rogério Veiros e André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O hotel da Sardinha vai abrir, Sr. Deputado?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Eu venho novamente a debate para tentar esclarecer algumas das questões que foram aqui levantadas, nomeadamente pelo Sr. Deputado Artur Lima, e gostaria de referir que em relação aos encaminhamentos, para que não haja confusões, há que distinguir o que é que são os encaminhamentos que o senhor denomina por encaminhamentos de turistas, que são os encaminhamentos de não residentes, que é algo que existe hoje. Ou seja, uma pessoa que, hoje, está em Lisboa, que pretende que o seu destino final seja a ilha da Graciosa ou a ilha de

São Jorge ou qualquer outra ilha, o seu custo de acessibilidade é idêntico a se for para uma ilha que seja *Gateway*. E é isto que nós estamos a falar. Nós não estamos a falar de encaminhamentos de turistas na perspetiva de alguém se deslocar para a região, está dois ou três dias numa ilha e se deslocar para outra ilha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas é disso que estamos a falar!

O Orador: Isso não é encaminhamento e isso não está abrangido por este modelo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, não está?! Oh, Sr. Secretário, até que enfim!

O Orador: O que está abrangido por este modelo é encaminhamentos e os encaminhamentos são a ligação para a ilha de destino por via de uma ligação que é feita pela transportadora aérea regional, que é similar ao regime de encaminhamentos que existe hoje, para que isto fique claro.

O que o senhor está a dizer são outras questões que têm a ver com tarifas turísticas que são negociadas pelas operadoras com os agentes do setor do turismo e que existem vários acordos deste género.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Como é que vai haver aumento de turismo nas outras ilhas?

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, o senhor pode insistir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu insisto!

O Orador: ... em tentar dizer aquilo que eu não disse. Não foi isso que eu disse. E não há dúvida nenhuma que o regime de encaminhamentos como existe hoje e que irá existir no novo modelo de acessibilidades à região potencia as deslocações para outras ilhas, porque o custo da acessibilidade para o destino final é idêntico ao custo da acessibilidade para uma *Gateway*.

Em relação às considerações feitas sobre as tarifas inter-ilhas, eu gostaria de dizer que nós não podemos comparar aquilo que não é comparável.

As Obrigações de Serviço Público inter-ilhas, não sei se as Sras. e os Srs. Deputados já tiveram a oportunidade de verificar, assentam numa rede que potencia 72 percursos *one way*, ou seja, uma rede que garante a ligação entre todas as ilhas cujo custo, como todos devem bem compreender, é totalmente diferente de quando estamos a falar de ligações ponto a ponto. Nesta definição das Obrigações de Serviço Público no inter-ilhas havia vários pressupostos: aumentar a interligação entre todas as ilhas, por um lado, garantir maiores níveis de acessibilidade para o exterior da região e reduzir o custo. A este propósito foi introduzido um conceito novo que é o custo máximo de bilhete.

Eu ouvi aqui, neste debate, falar-se em tarifas. Com as novas Obrigações de Serviço Público o conceito de tarifas desaparece na perspetiva do utente, o que existe é o custo máximo de bilhete, que envolve a tarifa e toda e qualquer taxa aplicável. E esse custo máximo de bilhete tem quatro grandes blocos: um a 120 euros, um a 100 euros, outro a 90 euros e, por fim, um a 60 euros.

Também em relação às questões que foram levantadas nomeadamente relativas à *Gateway* do Faial e à *Gateway* do Pico, eu gostaria de dizer que, em relação à *Gateway* do Faial, aquilo que é a oferta que a SATA irá disponibilizar cobre as Obrigações de Serviço Público que estão impostas e assegura que, face ao número de lugares utilizados em 2014, tem uma margem de progressão, uma margem de crescimento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem paga?

O Orador: ... de 27%, ou seja, cobre claramente as necessidades que são conhecidas, bem como ainda tem uma margem de progressão de mais 27%.

Em relação à *Gateway* do Pico, também cabe-me esclarecer que no dia 29 a SATA estará em condições operacionais de executar as ligações para o Pico, *Gateway* esta onde as obrigações impõem o dobro daquilo que estava estipulado nas ainda atuais Obrigações de Serviço Público.

No entanto, também gostaria de referir que, naturalmente, e face a incrementos de procura, a operadora, neste caso a SATA Internacional, que foi quem se predisps a fazer estas Obrigações de Serviço público, responderá...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há Obrigações de Serviço Público!

O Orador: ... com a correspondente disponibilidade ao nível da oferta para fazer face a estes incrementos de procura.

Gostaria também de me pronunciar em relação àquilo que foi dito sobre o setor do turismo.

Nós, no setor do turismo, temos que olhar com seriedade para a nossa realidade. O setor do turismo é o setor que foi construído numa década e meia, como todos sabem. Há uma década e meia é que foi imposto, ou foi definido que o setor do turismo era o setor estratégico para a região, o setor de desenvolvimento económico para a região. E o setor de atividade não se constrói numa década e meia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, o senhor está a fazer o Plano Estratégico para o Turismo!

O Orador: Leva muito tempo a construir. E quando se olha para os números, nomeadamente das estatísticas, há dois objetivos para os quais se pode olhar. Um, uma perspetiva de fazer *show off* político, o outro, utilizar os números para afinar a nossa atividade e conseguirmos incrementar os resultados, que é isso que se pretende.

E gostaria apenas de referir que, em 2013, a região cresceu a dois dígitos, cerca do dobro da média nacional. Em 2014, e fruto das circunstâncias que já tive a oportunidade de explicar anteriormente, conseguimos um crescimento de cerca de 1%. Se nós compararmos este período de dois anos,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a nível nacional?

O Orador: ... de 2013 a 2014, a taxa de crescimento da região, ao nível das dormidas, foi de 11,4%.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E nacional?

O Orador: Portanto, uma taxa de crescimento a dois dígitos, o que demonstra que nós estamos perante um crescimento sustentado e que nos permite responder às adversidades.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E nacional?

O Orador: Oh, Sr. Deputado Joaquim Machado, eu posso explicar-lhe e o senhor deveria saber por que é que a região teve os decréscimos ao nível do turismo, nomeadamente nos anos que vão de 2010...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Desde quando?

O Orador: ... a 2013. É facilmente perceptível e todos nós sabemos qual era...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a nível nacional? Não acontece a nível nacional!

O Orador: A nível nacional esteve sempre a descer.

O senhor, em 2013, quando a região cresceu a dois dígitos e ao dobro da média nacional, não se levantou para falar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É mais fácil crescer!

O Orador: Agora levanta-se, sabe-se lá porquê.

Nós sabemos todos porquê.

Oh, Sr. Deputado, do maior partido da oposição não se espera que tenha uma posição de quanto pior melhor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não!

O Orador: Para nós, nós trabalhamos consistentemente a favor do desenvolvimento da região.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Meter a cabeça na areia também é que não resulta.

O Orador: E também gostaria de referir, em relação àquilo que foi dito, no ano de 2014, Sr. Deputado António Pedroso, nos mercados estratégicos, nomeadamente o mercado dos Estados Unidos e o mercado do Canadá, o

crescimento ao nível de dormidas foi de 22,1%, no caso dos Estados Unidos, e de 34,6% em relação ao Canadá.

No mercado espanhol, o crescimento foi de 26,5% e na Alemanha foi de 7,4%, o que demonstra bem que a estratégia de promoção que tem sido utilizada junto dos principais mercados emissores tem vindo a resultar.

Mas o turismo não se fecha nestes números, Sr. Deputado. Eu acho piada os senhores agora, pelo menos em aparte, criticarem o facto de a região estar a fazer um plano estratégico. Todos nós sabemos que a realidade para o setor do turismo, a partir de 29 de março, será diferente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas porquê? Por que é que é diferente?

O Orador: ... e que o plano estratégico que existiu carecia de ser revisto e adaptado à nova realidade. É neste sentido que está a ser desenvolvido esse plano estratégico. Aliás, um plano estratégico que tem como princípio a participação ativa de todos, um plano estratégico transparente que é feito com todos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim!

O Orador: ... tanto os decisores políticos, como a população em geral.

E a este propósito, Sr. Deputado, para ver que a posição que muitas vezes é transmitida pelo PSD não é coincidente com as pessoas, com os cidadãos, eu gostaria de lhe referir que no âmbito da elaboração do plano estratégico foi efetuado um estudo junto dos residentes, com 1226 entrevistas, uma margem de erro de 3% e um intervalo de confiança de 95%.

Deputado Francisco César (PS): Isso é uma sondagem!

O Orador: E nesse estudo diz que 81,6% dos residentes considera que o turismo tem gerado riqueza para o arquipélago; cerca de 60% afirma que tem melhorado a qualidade de vida dos residentes; 68,1% que o turismo tem gerado postos de trabalho e 71% considera que o turismo não está a degradar o meio ambiente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tem, tem! Com os hotéis a fechar! Tem, tem!

O Orador: Sr. Deputado, isto não é a opinião do Governo, isto é a opinião dos açorianos, isto é o fruto do estudo que foi feito junto dos açorianos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que mandou fazer o estudo?

O Orador: Também cabe dizer, Sr. Deputado, e o senhor, que está por dentro do setor, sabe perfeitamente que a promoção é um investimento continuado e nós não podemos deixar a promoção nas mãos de ninguém, temos de ser nós a fazer a promoção de uma forma consistente, continuada...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

O Orador: ... junto dos nossos principais mercados emissores.

E não nos podemos esquecer também que, ao nível das boas práticas, a região, ainda recentemente, ficou em número 1 na lista dos cem destinos mais sustentáveis do mundo.

E já que o senhor criticou...

Deputado António Pedroso (PSD): Não critiquei!

O Orador: ... a estratégia de promoção *online*, que não está a ser, na sua opinião, devidamente correta, eu digo-lhe que no recente barómetro publicado pela *European Best Destination*, os Açores ficaram na terceira posição ao nível dos maiores progressos na promoção *online*.

Sr. Deputado, isto não é a opinião do Governo, isto são dados concretos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É aquele site que custou milhões e vai ser deitado ao lixo!

O Orador: ... por entidades idóneas que nos têm divulgado em relação aos Açores.

Muito obrigado.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem, Sr. Secretário! Quem fala assim não é gago!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então, a grande mudança no turismo são as *low cost*?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em aparte, perguntava-me o Sr. Deputado Aníbal Pires se eu tinha coragem de defender a liberalização. Já o faço, nesta Casa, há quase oito anos, e, por isso, aumentei há seis anos. Já o faço, nesta casa, há seis anos, defendendo a liberalização.

Sr. Deputado, o que eu fico surpreendido é, por exemplo, ver o Sr. Deputado André Bradford, que eu pensei que desse e que viesse proporcionar para o jornal *O Breves* uma foto assim deste tipo,...

(Neste momento, o orador mostra o referido jornal à Câmara)

... assim com as mãos nesta posição,...

Deputado André Bradford (PS): É, mas eu não sou crente!

O Orador: ... porque o Sr. Secretário da Presidência esteve ali uma legislatura inteira a dizer, “Não, não! Liberalização não! Não é o nosso modelo! Não, não! Nem pensar nisso!”. Grande parte dessa bancada parlamentar esteve na mesma posição a dizer, “Liberalização, nem pensar! Nós queremos manter o atual regime de monopólio,...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... que é o que defende os interesses da população açoriana e da empresa da SATA”.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Portanto, o senhor agora veio aqui uma transição de uma televisão a preto e branco, nós tivemos aquela imagem ali durante quatro anos, a preto e branco, e vem agora o Sr. Deputado André Bradford a chegar-se também à frente. Também é um dos ideólogos...

Deputado André Bradford (PS): Não sou ideólogo! Ideólogo é o Sr. Deputado Duarte Freitas!

O Orador: ... desta liberalização.

Sr. Deputado, quero dizer-lhe o seguinte. Estão ali os registos do que o senhor disse e eu tenho os registos do que o senhor disse na legislatura anterior sobre esta matéria. E o Sr. Deputado não vem agora buscar taça nenhuma, não vem agora atrás da liberalização, que o senhor esteve sempre contra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Já aqui disse que o ex-Presidente do Governo Regional, em programa televisivo, também veio dizer que afinal aqueles 16 anos, esqueçam.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Dezasseis anos de Governo dos Açores,...

Deputado Francisco César (PS): É o quinto melhor da história!

O Orador: ... esqueçam, a defender o monopólio, porque afinal eu também sou um liberal nos transportes aéreos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não só!

O Orador: E, portanto, o que nós temos agora é a bancada governamental, ex-governantes, ex-deputados, todos a vestirem o fato liberal. Mas a verdade é que os senhores chegam aqui porque a economia dos Açores viu destruída grande parte da sua capacidade e em termos de captação de emprego e de criação de emprego na construção civil, na agricultura, nas pescas e os senhores chegam aqui por autêntico desespero. É necessário fazer crescer este setor. É evidente que quando o Sr. Secretário refere os números do crescimento, são números de crescimento a partir de valores absolutos muito baixos, porque o potencial dos

Açores na área do turismo é muito maior. É muito maior! Nós podemos ter, no âmbito do setor turístico, um potencial e podemos alcançar valores muito mais altos. E o que eu espero é que, partindo deste novo modelo, que eu apoio, se possa alcançar um crescimento muito mais significativo (um crescimento muito mais significativo!). E sabe porquê, Sr. Secretário? Porque partimos de valores muito baixos, muito abaixo do potencial de uma região tão maravilhosa como os Açores.

Por isso, eu espero que o crescimento seja um crescimento muito acentuado. Espero e tenho a certeza que vamos alcançar um crescimento bastante significativo.

Por fim, nesta intervenção, eu quero dizer-lhe o seguinte, Sr. Secretário.

Eu estou preocupado, e trago-lhe aqui a preocupação dos meus eleitores, nós, na ilha do Corvo, estamos preocupados no sentido de que o reencaminhamento, a partir da ilha do Corvo, nos permita...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai, vai!

O Orador: ... ter acesso a estas tarifas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No ARIEL!

O Orador: ... a estes preços baixos sem ter que pernoitar na ilha de São Miguel. E é esta garantia que eu quero que o Sr. Secretário me dê e dê aos meus eleitores, aos eleitores da ilha do Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, defenda os seus eleitores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Garcia.

Alerto que dispõe apenas de três minutos.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente. Prometo ser breve.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Demora o tempo que quiseres!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por diversas vezes, neste debate, a posição do PSD Faial tem sido referida, tem sido citada, tem sido debatida e eu quero vir aqui reafirmá-la,...

Deputado Francisco César (PS): O seu líder é que é o “pai” da criança!

O Orador: ... com toda a clareza. Aliás, ela é pública, é consultar a comunicação social. Tenho os documentos que posso facultar aos Srs. Deputados. E ela resume-se em quatro pontos essenciais, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, nós discordámos e condenámos a companhia TAP quando anunciou...

Deputado Francisco César (PS): E o Governo da República não?

O Orador: ... a saída da Horta.

Em segundo lugar, nós condenámos, com a mesma veemência, o Governo da República por não garantir as condições para que a TAP pudesse continuar aqui, na Horta, e fizemo-lo com a mesma veemência, com a mesma firmeza, criticando o Governo da República, que é do PSD, criticando todos os seus ministros, todos os seus membros por esta decisão, que é nefasta para o Faial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é o que se nota no mercado!

O Orador: Em terceiro lugar, nós condenámos que a saída da TAP da Horta acontecesse após um acordo comercial feito entre a SATA e a TAP com a cumplicidade...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: ... dos dois Governos, o da República e o da região, e feito nas costas dos faialenses.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Isso não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): O que é que o presidente do conselho de administração disse?

O Orador: Em quarto lugar, nós exigimos à SATA e ao Governo Regional que cumpram aquilo que se comprometeram. Em primeiro lugar, que garantam a qualidade do serviço que era prestado pela TAP, nesta rota, e que garantam, pelo menos, o mesmo número de ligações diretas que a TAP fazia a esta ilha, o que, aliás, não acontece, Sr. Secretário. O número de ligações diretas diminui e o número de lugares oferecidos diminui, em comparação com aqueles que a TAP oferecia.

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Portanto, a posição do PSD Faial é clara, frontal. Tomara que todas as estruturas partidárias de todos os partidos representados nesta Casa tivessem posições e assumissem com coragem posições claras e objetivas sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Muito mau!

O Orador: Mas esta é a forma, Sr. Deputado André Bradford, que nós encontramos para defender o Faial. É que quando nós não concordamos, não ficamos calados. Nós assumimos frontalmente que não concordamos, independentemente de estar em causa o Governo da República ser do PSD ou do PS,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estás a ouvir, Lúcio?

O Orador: ... independentemente do Governo Regional ser do PSD ou do PS, independentemente de ser a TAP ou a SATA. Nós não concordamos...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... com algumas implicações deste modelo, nós dizemo-lo frontalmente que não concordamos e aqui estamos a assumir essa posição.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Vai chorar?

Presidente: Sr. Deputado, já esgotou o seu tempo.

O Orador: Eu já termino, Sra. Presidente. É mesmo a concluir.

E, Sr. Deputado, quem é que se levanta neste Parlamento para me dar lições de defesa do Faial? O Sr. Deputado André Bradford.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado que, enquanto governante, assinou o memorando que roubou a esta terra, que retirou a esta terra a Estação Rádio Naval, para a levar daqui para fora, o senhor tem a coragem de se levantar e de me vir dar lições sobre a defesa do Faial. Oh, Sr. Deputado, tenha vergonha!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Oh, Sr. Deputado, tenha memória. Eu tenho memória e os faialenses não se esquecem disso.

Disse.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou também o seu tempo para este debate.

Sras. e Srs. Deputados, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já é tarde, os trabalhos reiniciaram-se muito tarde, hoje, devido ao posicionamento da ditadura da maioria absoluta, e, portanto,...

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: ... eu vou colocar umas questões muito curtinhas ao Sr. Secretário.

Desde logo, relativamente aos encaminhamentos, já começámos a perceber. Eu ainda tenho aqui uma dúvida. Se, por exemplo, um passageiro que sai de Lisboa, na EasyJet ou na Ryanair, com destino à Graciosa, o encaminhamento também é suportado ou não?

Deputado Francisco César (PS): Como é?

Deputado José Ávila (PS): Também já foi explicado!

O Orador: Também é suportado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro!

O Orador: E, sendo suportado esse encaminhamento, quem é que suporta esse custo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! Vamos lá explicar isso!

O Orador: Porque isto significa o seguinte. Significa que alguém que é transportado numa empresa privada, depois, é compensada, com dinheiros públicos, sejam eles da República, sejam eles da região, para chegar a determinado destino. Eu preciso que V. Ex.^a, Sr. Secretário, me explique esta questão. Quero saber quem é que paga. Ou melhor, quem é que fica com o encargo, porque, depois de pagar, nós sabemos que quer a República quer a região devem muito dinheiro à transportadora aérea regional.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vítor Fraga): Isso não é verdade!

O Orador: Mas há aqui uma outra questão que eu gostava de lhe perguntar, Sr. Secretário.

Qual é que é o valor que a Associação de Turismo dos Açores, que é a ATA, pagou à EasyJet e à Ryanair para a promoção da sua operação para São Miguel? Quanto?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga lá!

O Orador: Queria também confirmar com V. Ex.^a se o Grupo SATA é associado da ATA, da Associação de Turismo dos Açores. É porque se a SATA

também é associada da ATA, e, portanto, tem algum capital na ATA, isto quer dizer que a própria SATA colaborou com algum capital para pagar a publicidade das operações de duas companhias privadas. Porque as açorianas e os açorianos têm que perceber isto. Por onde é que anda o dinheiro público? Quem é que está a pagar às companhias privadas?

Relativamente ao PSD e à intervenção do Deputado Luís Garcia, eu não posso deixar de dizer aqui o seguinte.

Então, o PSD é a favor da privatização da TAP, assumidamente, é uma posição. Mas, entretanto, a TAP, como está num percurso para a sua privatização, começou a abandonar as rotas que lhe dão obrigações e quer mercado. E faz muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Eu acho que faz muito mal!

O Orador: Mas o que seja obrigações, não quer! Mas vejam uma coisa, vejam a vossa contradição. São a favor da privatização, mas depois exigem à companhia pública, à SATA, que cumpra aquilo que a TAP não quer fazer. Vejam bem este paradoxo:...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não há paradoxo nenhum!

O Orador: ... privatize-se aquela, mas queremos aqui a pública, porque a pública é importante, porque é a pública que tem que cumprir as obrigações, independentemente de ter resultados positivos ou negativos, não é, Sr. Deputado?

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Quem é que fez este arranjinho?

O Orador: Vejam bem estes paradoxos. Não é assim que se defende os interesses, nem do Faial, nem é assim que se defende os interesses dos Açores. Aliás, também não o ouvi dizer nada sobre a privatização da ANA e, como sabe, uma das reivindicações do PSD e, certamente, da maioria, se não de todas as bancadas deste Parlamento, é que sejam melhoradas as condições de operacionalidade da pista do aeroporto da Horta. Mas a verdade é que com a

ANA não vai haver. E também não os ouvi, em momento nenhum, tomarem uma posição contra a privatização da ANA.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não ouviu?!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, veja uma coisa, veja,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, o senhor é que tem o papão do privado e do público!

O Orador: ... e isto tem efetivamente a ver com opções ideológicas. Se V. Ex.^a quer a privatização e o mercado, então, assumo isso e assumo todas as consequências.

Portanto, Sr. Deputado Luís Garcia e Srs. Deputados do PSD, a questão é tão simples como esta: não podem querer o melhor de dois mundos. E relativamente à Região Autónoma dos Açores, têm que perceber o seguinte: não tem mercado e, como tal, aqui o mercado não funciona, só funciona quando há dinheiro público, como o Sr. Secretário agora nos vai confirmar respondendo às perguntas que lhe fiz.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E outras!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que também já esgotou o seu tempo.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estava a ver que estava a evitar-me.

Presidente: Claro que não, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Era uma brincadeira.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários:

Eu devo dizer uma coisa. Eu queria dizer aqui uma coisa, que eu acho que é fundamental.

Defender o Faial é defender tarifas mais baratas e acessibilidades melhores ao exterior, seja na TAP ou seja na SATA. Por mim, o que me interessa é que as

peessoas tenham tarifas mais baratas e em condições de equidade e de igualdade. Agora, se eu vou num banquinho da SATA ou se vou num banquinho da TAP, o avião é exatamente igual,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Desde que não seja a EasyJet ou a Ryanair!

O Orador: ... é um 320, não vejo diferença. Agora, o que me parece é que o Sr. Deputado Luís Garcia é contra a SATA,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... que é uma coisa absolutamente extraordinária.

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: E, portanto, se a SATA serve, com tarifas iguais às de Ponta Delgada, às da Terceira, o Faial, esse é que é o dever da SATA, isso é que eu exijo à SATA, isso é que se exige nas condições que foram negociadas, que os senhores chamam de serviço público. Eu nunca chamei, nesta Casa, que aquilo eram Obrigações de Serviço Público. O senhor, o seu partido, a sua bancada e os seus líderes é que o disseram. Assumam! Agora, o que eu estou a ver é que a criança vai ficar sem pai, a criança vai ficar órfã, porque quando passarem na rua e disserem, “Esse menino é seu? Não, não, não, não! Este não é, porque este é muito feio. O nosso é o modelo de São Miguel”.

Sr. Secretário, então o plano estratégico do turismo vai ser feito porque vêm as *low cost*?! Oh, Sr. Secretário, eu vou só ler-lhe aqui de um empresário que diz, sobre a vinda das *low cost*: “Bom, ao fim de 15 anos, isto há de dar alguma coisa. Estamos à espera há 15 anos”, diz no jornal *O Público*. E, depois, mais abaixo, sobre o melhor ano de sempre...

Deputado Francisco César (PS): Nunca disse isso!

O Orador: ... do turismo, também diz assim: “Naquele ano, o ano recorde para a hotelaria nacional, com o crescimento global de 11% nas dormidas [11% a nível nacional], foi apenas uma tímida subida de 0,9% na Região Autónoma dos Açores”.

Sr. Secretário, se isto é o melhor ano de sempre nos Açores,...

Deputado Francisco César (PS): O melhor ano de sempre!

O Orador: ... os senhores contentam-se com pouco.

Pergunto-lhe: O senhor já assinou o protocolo com o Governo da República para o reencaminhamento dos passageiros e o Tribunal de Contas já deu visto a esse protocolo? O senhor vai ter que me responder a esta pergunta! Onde está, quanto é, se já foi assinado pelos senhores e se já foi visado pelo Tribunal de Contas.

Segundo ponto, o turismo dos Açores são nove ilhas. Começa no Corvo e acaba em Santa Maria. Nove ilhas! Não é uma! Nove! Como é que virão mais turistas para as outras ilhas se as tarifas não mudam? Porque quem vai fazer a promoção verdadeira, até de outras ilhas, curiosamente, é a TAP. E o senhor responda quanto é que já deu às companhias de baixo custo que voaram para Ponta Delgada, até agora, quanto a ATA já deu, até agora,...

Deputado Francisco César (PS): Afinal não eram 15 anos?

O Orador: ... e quanto é que já deu agora, quanto deu no passado, que o senhor sabe que está publicado no site dos contratos públicos, quanto é que a ATA deu a essas companhias para voarem para Ponta Delgada para manterem artificiais os números do turismo, diga quanto é que foi (e para a Terceira também), diga quanto é que o senhor deu e diga quanto é que deu agora, neste momento, no presente, à EasyJet e à Ryanair, como perguntou o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Francisco César (PS): Já vamos responder a isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues. Dispõe apenas também de três minutos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estava a ver que não ias falar!

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a essa questão da defesa do Faial, que já foi hoje, aqui, levantada por vários deputados, como todos nós sabemos, nós somos deputados dos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah!... Posso pedir a defesa da honra?

O Orador: ... eleitos por círculos de ilhas e, como é obvio,...

(Apartes inaudíveis de vários Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues continue a sua intervenção.

O Orador: ... eu fui deputado eleito pelo círculo do Faial e com todo o gosto defendo a minha terra e com todo o gosto trabalho todos os dias para o bem dos faialenses.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fico sensibilizado com o seu apoio!

O Orador: Relativamente a esta questão do abandono da TAP da rota Horta/ Lisboa/ Horta, gostava de tecer algumas considerações que me parecem pertinentes no desenvolvimento de todo este processo, quer numa lógica local, das estruturas locais, quer numa lógica da estrutura regional.

Ora vejamos. O Partido Socialista e o seu secretariado de ilha do Faial...

Oh, Sra. Presidente, eu agradeço que me desconte depois o tempo nas paragens que eu faço, porque sempre que falo é uma alegria nesta casa...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É o que o senhor faz quando os outros falam!

(Burburinho)

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito bem. Muito obrigado, Sra. Presidente.

O PS do...

(Burburinho)

O Orador: ... Faial...

Deputado Luís Maurício (PSD): Já não pode responder! Já não temos tempo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): A gente já percebeu!

O Orador: ... reuniu com a SATA, reuniu com o Sr. Secretário do Turismo e Transportes, reuniu com a TAP, colocou os seus comunicados com as conclusões destas reuniões e o Sr. Deputado Luís Garcia disse-o aqui que “tomara que todas as forças políticas tivessem feito o que o PSD fez”. Eu não diria assim, eu diria que tomara que o PSD não tivesse tomado as posições públicas que tomou, baseado principalmente numa questão que nunca existiu e que os senhores sempre o defenderam sem, de forma alguma, o provarem, que é um suposto acordo entre a SATA e a TAP.

Ora vejamos.

O PSD lançou esses comunicados e eu pergunto ao PSD do Faial ou ao PSD Açores se realmente utilizou os seus contactos privilegiados na República, aliás, como utilizou, por exemplo, na privatização da ANA...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou no aumento da pista do aeroporto da Horta, eu pergunto ao PSD Açores e eu pergunto ao PSD Faial se estão realmente em sintonia? É porque o Sr. Deputado Jorge Macedo diz algo que me parece importante,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): A gente ainda consegue perguntar algo!

O Orador: ... que é: as Obrigações de Serviço Público são da paternidade do PSD, são um grande modelo, aliás, tem sido,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não, não! Nunca disse isso!

O Orador: ... ao longo de vários tempos, essa questão, e o Sr. Deputado Luís Garcia contraria-o, e eu explico por que é que o contraria.

Ora vejamos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual é o problema disso?

O Orador: A decisão de abandono da TAP é uma decisão da TAP. É uma decisão da TAP, que é tutelada pelo Governo da República! Todos nós sabemos, nesta Casa, o porquê dessa decisão. Tem a ver com algo que os senhores têm vindo a defender para várias empresas públicas no nosso país que se chama privatização, Srs. Deputados.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, eu agradeço que me desconte o tempo que eu não consegui falar.

Presidente: Já está descontado, Sr. Deputado.

O Orador: E esta falta de sensibilidade ficou sempre patente em todos os comunicados do PSD Faial.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já percebemos!

O Orador: E o PSD Faial quando percebeu que não havia acordo nenhum, que não havia forma nenhuma de explicar o seu volte face naquilo que é verdadeiramente importante para os açorianos e para os faialenses, que é viajar mais barato,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já percebemos! Muito obrigado, Sr. Deputado!

O Orador: ... a verdade é que os senhores não se aguentaram, vieram criticar a TAP, mas a crítica foi feita para o Governo Regional e para a SATA.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade! Não critiquei a SATA!

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Desculpe lá! O que a gente tem de fazer é criticar a TAP porque a SATA esteve presente e está presente e o que o senhor fez hoje, aqui (e elevou o seu tom de voz, não conhecia esse seu registo, parece-me interessante) ...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: Já acabo, Sra. Presidente. Já acabo.

Tentam agora incutir esta decisão, que é uma decisão do Governo da República, aliás, que é preciso também que fique explicado, porque eu não percebi, ao longo de todo o debate.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já percebemos!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima fala no Sr. Ministro Pires de Lima, os senhores falam no Secretário de Estado Sérgio Monteiro e eu, sinceramente, acho que são todos do mesmo Governo e devem entender-se. Agora, incutir esta decisão e incutir...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, não se esqueça de desligar o microfone!

O Orador: ... essas responsabilidades ao Governo Regional, isto, sim, Sr. Deputado, é que é demagogia barata e é populismo e é o que os senhores tentam fazer sempre que o Governo da República faz algo mal.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Garcia (PSD): Defenda o seu Governo Regional!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Peço desculpa, Sr. Deputado André Bradford. Não tinha feito a sua inscrição.

Tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente...

Presidente: Peço desculpa, Sr. Deputado André Bradford, mas é que a bancada do PS esgotou o seu tempo com a intervenção do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Se me permite, Sra. Presidente, faria uma interpelação à Mesa só para dizer que não repondo ao Sr. Deputado Luís Garcia não porque não tenha argumentos ou não queira, mas porque não tenho tempo. Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, o novo modelo de acessibilidades naturalmente traz novos desafios para o turismo dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É uma verdade inegável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Explique como!

O Orador: Não é a solução dos problemas do turismo dos Açores, mas traz novas oportunidades...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Explique!

O Orador: ... para o turismo dos Açores, nomeadamente com o acesso a novos segmentos de mercado, que, até agora, não tínhamos oportunidade de chegar.

E esta é uma das razões que leva a se desenvolver um novo plano estratégico que dê resposta àquilo que se pretende para o desenvolvimento do setor na região.

Muito rapidamente.

Sr. Deputado Aníbal Pires, o Governo dos Açores nem a ATA financia qualquer tipo de operação das companhias *low cost* nas ligações do continente para a Região Autónoma dos Açores. A única coisa que existe é uma campanha de marketing conjunto...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu faço a pergunta depois por escrito!

O Orador: ... com uma das companhias *low cost* para fazer promoção da região na Europa, nomeadamente no Reino Unido e na Alemanha e teve um custo de 90 mil euros. É a única verba que foi alocada nesta operação para uma campanha de marketing conjunta.

Em relação à questão dos encaminhamentos, vou repetir. O modelo dos encaminhamentos é aquele que eu já expliquei, o financiamento é assegurado pela República, que transfere o dinheiro para a região,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mesmo para as *low cost*!

O Orador: ... e a região paga à companhia aérea regional.

Não paga a *low cost* nenhuma. Paga... Não há dinheiro...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mesmo para os passageiros transportados pelas *low cost*!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Obviamente!

Presidente: Sr. Deputado, vamos permitir que o Sr. Secretário possa concluir a sua intervenção.

O Orador: Espero que me desconte o meu tempo.

O modelo de financiamento, quer de subsídio social de mobilidade, quer do regime de encaminhamentos, é independente da companhia em que o passageiro efetuar a sua viagem. Não há qualquer tipo de financiamento direto às companhias, há ao passageiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Boca santa! Sr. Deputado Jorge Macedo, percebeu agora?

O Orador: Na questão dos encaminhamentos, o dinheiro é transferido da República para a região que, por sua vez, paga à concessionária que tiver as ligações inter-ilhas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ligações e pernoitas!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem apenas dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu volto a colocar a questão ao Governo que me preocupa.

Como deve compreender, acho que é uma preocupação do Corvo, mas será também a preocupação da Graciosa e das outras ilhas. Nós, neste momento, tínhamos três ligações a Lisboa por semana. O que eu lhe quero perguntar é se, durante o inverno, neste novo modelo vamos manter estas ligações e se isto está garantido? É esta a minha preocupação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, também dispõe de dois minutos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Para uma última intervenção sobre esta matéria e para salientar que o mito, em julho, que todo o setor do turismo nos Açores ia ganhar, afinal de contas não vai,...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Vai!

O Orador: ... porque não há encaminhamento de turistas de São Miguel para as outras ilhas. Portanto, o mito do turismo, não há quem pague. Pelos vistos, ninguém paga. E, portanto, se não paga,...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): O senhor não esteve aqui!

O Orador: ... não há. Fazem um ponto a ponto nas *low cost* para a ilha de São Miguel. Ponto final parágrafo. Como é que se faz, se há reencaminhamento para outro lado, não há acordos *interline* com a SATA.

E, portanto, já se percebeu que o turismo vai aumentar, ainda bem, mas apenas e só para uma ilha.

Agora, que isso trouxe um abaixamento de tarifas, espero bem que traga. Agora, há uma coisa aqui. O Sr. Secretário disse uma coisa muito importante é que o senhor acaba de reconhecer aqui que não há serviço público para os Açores, porque as companhias deixaram de ter indemnização compensatória e, se não têm, é claro que não vão voar. E aí está a explicação da TAP deixar de voar para o Faial, porque não tem indemnização compensatória.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Demagogia!

O Orador: Aí está a explicação da TAP ter deixado de voar para o Pico, porque não tem indemnização compensatória, não tem serviço público, porque o Governo da República, o pai do modelo, o tio do modelo, Deputado Luís Garcia, que também é tio do modelo, e todos os tios que tem ali, o Deputado Jorge Macedo é o padrinho, todos eles apadrinharam este modelo. Portanto, não há serviço público (tenho que lhe arranjar uma madrinha) e, não havendo, o Sr. Secretário reconheceu, ainda bem que o reconhece, porque a indemnização compensatória às companhias, o que passa a ver é subsídio à mobilidade do passageiro, o resto, estamos a assistir ao princípio do fim daquilo que o PS criou com muito orgulho nos Açores, foram cinco *Gateways*. O futuro vai ditar que nos Açores vão passar, no máximo, a haver duas. No máximo, vão passar a haver duas *Gateways* nos Açores, porque a política errada de transportes do PS está agora bem à vista.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Cumpri o tempo à risca.

Presidente: Cumpriu, sim, senhor, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Muito pouco tempo, mas tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como?

Presidente: Tem pouco tempo, mas tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário teve a oportunidade de explicar várias questões. Eu, por mim, estou elucidado. Esta questão para mim é fundamental. Eu quero saber se a acessibilidade, por exemplo, para as *low cost*, está garantida. Eu sei, por exemplo, que há empresas que vão fazer três voos diários, é evidente que não podemos ter acessibilidade ao conjunto dos três voos, mas a minha pergunta específica é se está assegurado que nós temos acessibilidade a pelo menos um voo nos três dias em que temos ligações ao exterior? Esta é a questão e é a questão que me preocupa a mim e também à população do Corvo e também, com certeza, às Flores, à Graciosa, que estão na mesma situação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra. Dispõe de pouco mais de dois minutos.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que estou perplexo com as afirmações do Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está perplexo?

O Orador: Desde o primeiro minuto que foi apresentada a nova solução de acessibilidades à região, foi dito que uma das alterações fundamentais do modelo passava pela subsidiação ser feita diretamente ao passageiro e não às companhias. Oh, Sr. Deputado, isto foi em julho. O senhor só agora é que chegou a esta conclusão?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Antes! O senhor já ouviu!

O Orador: Há de dizer-me também onde é que o modelo de financiamento com subsidiação ao passageiro tem alguma coisa a ver com existir ou não existir serviço público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem! Indemnização compensatória!

O Orador: O modelo de acessibilidades à região contempla quatro rotas liberalizadas e quatro rotas sujeitas a Obrigações de Serviço Público. É um modelo misto...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quatro rotas!

O Orador: ... que contempla obrigações para determinadas rotas e há quatro rotas que estão liberalizadas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

O Orador: Portanto, não percebo qual é a perplexidade nem o que é que o senhor descobriu...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já descobri há meses!

O Orador: ... de novo com todo este debate, Sr. Deputado. Confesso que nem consigo perceber o que é que isto tem de negativo e o que é que isto implica com as companhias aéreas e com o facto de elas quererem ou não quererem prestar serviço público.

Atualmente, nas atuais Obrigações de Serviço Público, o dinheiro era pago diretamente às companhias, mas era de acordo com o número de passageiros que lá viajavam. Era pago um valor fixo de 86 euros à companhia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cento e cinco no caso do Pico!

O Orador: A partir de agora, as companhias têm liberdade de aplicar a política tarifária que entenderem e é o passageiro que recebe o diferencial para os 134 euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por isso mesmo!

O Orador: As opções das companhias de concorrerem ou não concorrerem para rotas sujeitas a Obrigações de Serviço Público têm a ver com as suas definições e com as orientações que têm.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Exatamente!

O Orador: Agora, não é o Governo dos Açores que é responsável pelas orientações ou pela política que a TAP definiu para a região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: E também posso garantir, ao contrário do que foi aqui dito, não há nem houve nenhum acordo estabelecido entre o Governo dos Açores e o Governo da República para que a TAP operasse ou deixasse operar em qualquer rota.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Mas houve entre a TAP e a SATA!

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores não é que acordaram mas concordaram!

O Orador: Porque esta é uma decisão que não compete ao Governo Regional nem esta foi a nossa posição.

Oh, Sr. Deputado, quem resolveu abandonar o Faial não foi o Governo dos Açores, quem resolveu abandonar o Faial foi a TAP e foi o Governo da República. Foi o Governo da República que deixou cair o aumento do aeroporto da Horta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Essa é a verdade! E foi a TAP que resolveu não voar para a Horta. No momento da verdade, a SATA chegou-se à frente...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e disse que estava presente.

Presidente: Sr. Secretário, tem de terminar.

O Orador: E há mais, Sr. Deputado, eu não tenho dúvida nenhuma que a SATA terá condições para prestar um serviço de qualidade e de segurança,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Barato!

O Orador: ... ao mesmo nível ou superior àquele que a TAP presta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra, mas o Governo já não poderá responder porque já não dispõe de tempo.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou verdadeiramente preocupado.

Eu fiz três vezes uma pergunta ao Governo Regional...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas gosta ou não gosta?

O Orador: ... e eu não obtive resposta para a pergunta que fiz.

Neste momento, os corvinos têm três ligações diárias, no inverno, a Lisboa garantidas e o que eu quero saber é se isso se vai manter no novo modelo e se vamos ter acesso a pelo menos um voo? Há um conjunto de voos na ilha de São Miguel, é evidente que eu não me proponho a que...

Deputado Bruno Belo (PSD): É mais importante não responder! É mais importante bater no Governo da República do que responder aos açorianos!

O Orador: ... os corvinos possam ter acesso a todos os voos, mas o que me proponho é o mínimo, é que tenham acesso a um destes voos de baixo custo, e esta resposta não foi dada e eu estou verdadeiramente preocupado que a resposta não tenha sido dada por parte do membro do Governo.

Portanto, vou fazer um requerimento em relação a esta matéria.

Deputado André Bradford (PS): Vai fazer um requerimento à Ryanair e à EasyJet?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, pede a palavra para?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, eu peço a sua condescendência, porque foi um lapso da minha parte não ter respondido ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se não estivesse tanto tempo a atacar o PSD, tinha tido tempo para responder ao Deputado Paulo Estêvão!

Presidente: Sr. Secretário, compreendo a sua situação, mas, de facto, o Governo não tem tempo para responder. Sugiro que depois, de uma forma particular, possa esclarecer, porque, de facto, não respondeu porque não tinha tempo e, por isso, não é possível conceder-lhe mais tempo para poder participar no debate, Sr. Secretário.

O Orador: Sra. Presidente, eu farei chegar a si a informação que o Sr. Deputado Paulo Estêvão requereu,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... que foi a informação que eu referi na minha primeira intervenção, está no âmbito das novas Obrigações de Serviço Público inter-ilhas, que obriga a concessionária de prestar este serviço...

Presidente: Sr. Secretário, não pode responder!

O Orador: ... a garantir, sempre que haja uma ligação diária...

Presidente: Sr. Secretário, não pode responder!

O Orador: ... a cada ilha, a garantir que essa ligação...

Presidente: Sr. Secretário...

O Orador: ... tenha correspondência...

Presidente: Sr. Secretário,...

O Orador: ... às ligações para o exterior da região.

Presidente: ... agradeço que...

O Orador: Sempre. Não é só um dia, são todos os dias em que houver ligações.

Presidente: Sr. Secretário,...

O Orador: Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é que respeitar a Sra. Presidente!

Presidente: Esse seu expediente, de facto, não cumpre as normas regimentais. Fico a aguardar que, então, faça chegar à Mesa esse documento para ser entregue ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sras. e Srs. Deputados, concluimos aqui o ponto 1 da nossa Agenda.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, o ponto 2 será debatido amanhã de manhã.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Pedir um intervalo de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental e, sendo assim, regressamos às 18 horas e 25 minutos para o ponto 3 da nossa Agenda.

Eram 18 horas e 07 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 38 minutos.

Entramos no ponto 3 da nossa Agenda: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 37/X – “Passe Social Intermodal e Combinado”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar no Processo Legislativo Comum e estão distribuídos da seguinte forma: o proponente, o Partido Socialista e o Governo dispõem de 25 minutos; o PSD de 20 minutos; o CDS de 13 minutos; e o PCP e o PPM de 10 minutos.

Dou a palavra à Sra. Deputada Lúcia Arruda para apresentar este projeto.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora membro do Governo, e Senhores Membros do Governo:

Em 2011 foi criado, pela primeira vez, nos Açores, o passe social, resultado de uma recomendação, da autoria do grupo parlamentar do PS, ao Governo Regional, aprovada nesta Casa. Assim, nos Açores, finalmente, assumiu-se, de uma vez por todas, que os bilhetes pré-comprados não eram um passe social, que, ano após ano, numa teimosia atroz, consideraram aquilo que era diferente como sendo igual. Agora, era possível efetuar um número ilimitado de viagens, por mês, a troco de uma tarifa fixa.

Em 2014, o Governo Regional apresentou o plano integrado de transportes, no qual constatavam algumas (poucas) medidas para melhorar o transporte coletivo rodoviário. Entre as poucas medidas, a mais significativa libertaria o utente da lógica do passe social por trajeto (casa-trabalho-casa) para a lógica de zona.

No entanto, passado um ano, além de termos um PIT ‘cinzento’, não vemos grande empenho, quer da parte do Governo Regional, quer do grupo parlamentar do PS em apresentar iniciativas que coloquem em prática as poucas medidas contempladas no PIT para agilizar o transporte rodoviário e marítimo, nesta última modalidade, entre as designadas ilhas do triângulo.

Se ninguém teve a coragem política de o fazer, então o fizemos nós, e, como sempre, abertos a quaisquer contributos que visem melhorar a presente iniciativa.

Cumprimos o que está previsto no PIT, ao propormos a introdução da intermodalidade de transportes e a combinação entre transportes urbanos e inter-urbanos, ao substituírmos o padrão do trajeto pelo padrão de zona e ao propormos a inauguração daquilo que o próprio PIT designa por ‘balcão único de transportes’. Fomos para além do PIT, ao garantir a universalidade dos vários passes sociais propostos, sem deixarmos de considerar, regimes de redução de tarifas para jovens com poucos rendimentos, pensionistas e pessoas portadoras de deficiência, assim como um regime de isenções que inclui desempregados e beneficiários do RSI.

Em 2007, antes da introdução do passe social, a Região estabeleceu contratos com empresas de viação das ilhas Terceira, Pico e Faial, no valor de 1 milhão de euros, para a prestação de serviços de transporte regular de passageiros.

De forma indireta, os autocarros das empresas de viação na Região usufruem de combustíveis mais baratos, devido ao Regime Jurídico de Preços praticados na Região.

Depois da introdução do passe social, as empresas concessionárias receberam, anualmente, através do Plano Anual Regional, um apoio financeiro para a implementação das tarifas sociais.

Entre 1996 e 2008, o SIRIART apoiou a aquisição de novos autocarros, menos poluentes e mais económicos, o que resultou numa poupança de 386 mil euros.

Entre 2001 e 2009, o Governo Regional apoiou a aquisição de 189 novos autocarros, num investimento de 30 milhões de euros, dos quais 18 milhões de euros da responsabilidade do Governo Regional.

Em Março de 2010, foram assinados seis contratos para a aquisição de 17 autocarros e equipamentos informáticos de geolocalização e videovigilância, no valor de 3 milhões de euros (50% participado pelo Governo Regional).

Assim, pretendemos, com a presente iniciativa, clarificar as obrigações da contratualização com as entidades que queiram prestar o serviço público de transporte coletivo rodoviário e marítimo.

Consideramos que, em prol do rigor e da transparência, devem ser, ainda, estipulados critérios para avaliar a prestação do serviço prestado por estas entidades e que se estabeleça um critério rigoroso para a fixação de preços.

Por esta ordem de razões, estamos cientes da razoabilidade da nossa proposta, aliás confirmada pelos pareceres construtivos das várias entidades consultadas no âmbito da comissão para este projeto.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Ana Espínola, tem a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Passado um ano sobre a apresentação do PIT (Plano Integrado de Transportes) em praticamente todas as “capelinhas” da Região o que se verifica é as expectativas geradas redundaram em mais uma vã intenção de implementar algo que até podia ter sido um bom plano...

O PIT, que iria introduzir melhorias significativas nas acessibilidades dos açorianos, quer dentro, quer para fora das suas ilhas ou Região, culminou num mar de expectativas perdidas na neblina das ilhas...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Temos um Secretário Regional dos Transportes, temos um PIT, temos empresas públicas de transportes, temos aviões novos, temos barcos novos... mas continuamos a ter quase sempre os mesmos problemas do passado...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Ao maior conforto e segurança dos passageiros, por exemplo, nas viagens aéreas inter-ilhas, temos que somar as críticas de quase todas as ilhas pelos horários desfasados das reais necessidades sociais e económicas e os preços mais caros do Mundo por milha voada...

Ao maior conforto e segurança dos novos barcos de transporte marítimo no Triângulo (que de vez em quando vão à Terceira, mas que nunca tocaram a Graciosa) temos que somar o mesmo tempo de viagem que os “velhinhos” Cruzeiros, pois ao aumento dos custos operacionais, teríamos que adicionar uma exorbitância de combustível se se aumentasse a velocidade de cruzeiro.

Temos rampas ro-ro, milhões de euros investidos em quase todos os portos desta Região, alegadamente para permitir uma maior mobilidade de passageiros e de viaturas, bem como um possível aumento do consumo interno dos produtos regionais, particularmente entre as ilhas do triângulo, mas, desde de Novembro (ou seja há 5 meses) que a sua operacionalidade está limitada (se não mesmo proibida) pelo lamentável incidente que vitimou um passageiro e que, vergonhosamente, ainda não se conhecem responsáveis nem consequências.

Por algo infelizmente semelhante altos responsáveis da governação do País apresentaram a sua demissão ou foram demitidos... Aqui o silêncio parece tentativa de afundar um assunto muito mal resolvido e esclarecido!

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

É de transportes que estamos a falar, porque é de custos, horários, frequências, intermodalidade que o BE quer que se fale... E hoje é impossível falar de transportes dos Açores sem falar do PIT.

O PIT que havia de articular horários, preços e itinerários... Porém, mesmo com PIT a inconstância de horários e itinerários das viagens marítimas nas ilhas do triângulo, que se regista durante o inverno, continua a não promover sequer a previsibilidade necessária para que se retirem proveitos efectivos destas viagens.

A suposta articulação entre transportes aéreos, marítimos e terrestres que o PIT havia de implementar e promover, ainda hoje é bem surreal, na realidade... (e as redes sociais – que espelham as genuínas peripécias a que temos de nos submeter para conseguirmos articular transportes que nos sirvam efectivamente, provam-no, como podemos assistir, há pouco tempo, com um grupo de Deputados desta Assembleia que para conseguirem chegar a casa no mesmo dia tiveram de se socorrer de um táxi marítimo para consegui-lo.

O Serviço de Bagagem e Carga Integrada (SBCI), proclamado pelo PIT, é outra boa invenção... mas não se torna em realidade! Este serviço permitiria a integração do despacho da bagagem entre o transporte aéreo e marítimo garantindo levantar a sua bagagem no destino final, aquando de uma deslocação intermodal, assim como a venda cruzada de bilhetes, possibilitando ao passageiro adquirir, numa única entidade, os bilhetes para todo o seu percurso.

A articulação dos transportes marítimos com os terrestres, faz-se apenas pelos táxis, quando existem! Apesar do levantamento exaustivo que o PIT fez sobre os percursos e horários das redes de autocarros nas diferentes ilhas.

Por outro lado, o CDS-PP já, nesta Casa, teve oportunidade de questionar o Secretário Regional dos Transportes sobre a possibilidade de, após a conclusão das obras de ampliação do porto comercial do porto de Velas, um dos navios

que asseguram o transporte marítimo no triângulo pernhoitar em São Jorge, para melhorar as ligações diárias com o Pico (e de forma intermodal com o Faial), bem como com o outro triângulo do Grupo Central que importa estimular: São Jorge-Terceira-Graciosa!

Porém, a resposta que o Governo deu, na altura, foi que não se intrometia em decisões operacionais das empresas de transporte. É pena que o Governo só se intrometa para nomear os seus administradores de eleição para estas empresas... Se não se intromete na gestão prova, portanto, que não tem política de transportes e acessibilidades definida, clara e objectivamente.

Deputado Francisco César (PS): Em assembleia normalmente dizem qualquer coisa sobre isso!

A Oradora: Para o CDS-PP, e aqui nós o reforçamos, esta opção operacional (e também política) seria uma forma de diminuir custos e de tornar mais rápidas as viagens entre as ilhas do Grupo Central e, em particular, entre o Triângulo.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Apesar de todas as lacunas vigentes, que fazem com que a pretensão do BE se torne quase numa quimera, a questão da intermodalidade e a existência de um único passe social que permita o acesso aos diferentes meios de transporte, são questões muito pertinentes, nem que seja pelo facto de podermos questionar o Governo socialista sobre o ponto da situação daquilo que se anunciou como uma “revolução silenciosa” nos transportes da Região.

Infelizmente de revolução sobram os sobressaltos e os “casos”... de silenciosa temos a comissão de implementação do PIT que, aparentemente, se tem limitado a silenciosamente receber os seus principescos ordenados!

É tudo muito pouco para uma Região de nove ilhas separadas por 600 quilómetros de mar!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, penso que estamos...

Sra. Deputada Lúcia Arruda, tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já hoje, não a propósito deste assunto, mas também de um assunto dos transportes relativamente ao PIT, foi dito aqui pelo Sr. Secretário que eu estava desconcertada com a opinião da Deputada Zuraida Soares.

Eu vou ler apenas uma pequena citação, aqui, nesta Casa, há cerca de dois, três meses, Zuraida Soares: “Lendo o Plano Integrado de Transportes, que, do nosso ponto de vista, é tudo menos um plano, podemos chamar-lhe o que quisermos, mas não é um plano, no máximo esse tal pseudo plano”.

Mas voltando ao plano do qual o Sr. Secretário Regional se arroga de ser um bom plano, e completando aquilo que foi dito também na comissão pelo Sr. Secretário, que denominou esta iniciativa de uma iniciativa demagógica e populista.

Sr. Secretário, o seu Plano Integrado de Transportes, na página 19, e passo a citar: “No horizonte de curto médio prazo [passou um ano, lembro], pretende-se implementar um sistema de transportes inteligente na Região Autónoma dos Açores, que, de forma sustentável e economicamente eficiente, satisfaça com qualidade e com respeito pelo ambiente as necessidades de mobilidade e acessibilidade das pessoas e bens e potencie os objetivos regionais de desenvolvimento económico, equidade, coesão social e territorial. Para tal

[continuo], é imprescindível haver uma completa e perfeita coordenação entre os transportes terrestres, aéreos e marítimos, de forma a otimizar as deslocações dos cidadãos através de ligações eficazes entre os diferentes meios de transporte, possibilitando, no futuro, a introdução do passe, bilhete intermodal, incentivando a mobilidade continua assente numa maior eficiência e rentabilização das infraestruturas e meios existentes. Pretende-se, ainda, criar as condições para implementar o princípio do balcão único, possibilitando uma escolha mais eficiente dos meios a utilizar”.

Sr. Secretário, com o devido respeito institucional que o seu cargo lhe confere, o Bloco de Esquerda afirma, nesta bancada, que populista e demagógica é a sua posição e a posição do Governo do PS relativamente a esta matéria. E se o senhor não conhece o seu PIT, pois devia estudá-lo antes de tecer considerações...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor não conhece o seu PIT? Como é que o Sr. Secretário não conhece o seu PIT? Eu se fosse a si pedia a defesa da honra!

A Oradora: ... como as que teceu relativamente a esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu queria felicitar e saudar a Deputada Lúcia Arruda, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e desejar as melhores felicidades no desempenho das suas funções em prol da região.

Relativamente ao Projeto de DLR, o Projeto de DLR que agora analisamos, visa, segundo o proponente da iniciativa, e muito resumidamente, estabelecer na Região Autónoma dos Açores, com exceção da ilha do Corvo, o Passe Social incluindo o Intermodal e o Combinado, como título nos transportes coletivos, bem como o carácter social do regime de preços a ele associado.

No entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista esta iniciativa apesar de não ser totalmente desprovida de sentido do ponto de vista teórico, não deixa de ser atualmente, e sublinho atualmente, do ponto de vista prático, inoportuna e inexecutável.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Inoportuna e inexecutável, senhoras e senhores deputados porque, caso fosse aprovada, estaria, inevitavelmente, destinada ao fracasso:

- Em primeiro lugar, ignora totalmente a realidade atual das empresas ligadas ao setor, no que diz respeito aos sistemas de informação necessários para implementar este regime de passes sociais, nomeadamente, e a título exemplificativo, a intermodalidade dos meios de transporte.

- Em segundo lugar, e apesar da política social de mobilidade ser um elemento indissociável do Sistema, para modernizarmos o Sistema de Transportes Públicos de Passageiros na Região Autónoma dos Açores de uma forma sustentável e eficiente do ponto de vista económico, com base na qualidade e respeito pelo ambiente, o Partido Socialista entende que não nos podemos confinar apenas a esta medida, pois será necessário um vasto conjunto de medidas adicionais, que já se encontram em fase de estudo e desenvolvimento por parte do Governo Regional dos Açores, conforme previsto no PIT, e que só surtirão efeito se aplicadas de forma combinada e devidamente articulada.

- Em terceiro lugar, esta iniciativa não propõe nenhum modelo de coordenação entre os vários operadores dos diversos tipos transporte, para efeitos da distribuição da receita, algo que no nosso entender não viabiliza um verdadeiro sistema integrado de transportes.

- Finalmente, este projeto de diploma ignora totalmente o Plano Integrado de Transportes (PIT), aprovado em fevereiro de 2014 pelo Conselho do Governo Regional através da Resolução n.º 34/2014, de 21 de fevereiro.

É certo que o preponente tem toda a legitimidade de o fazer, no entanto, para o Partido Socialista parece mais do que óbvio que a presente iniciativa, embora ignore o PIT, é inspirada no referido Plano Integrado de Transportes elaborado pelo atual Governo do Partido Socialista, mas de uma forma superficial e desarticulada e como tal não poderá merecer a concordância do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Disse.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do Bloco de Esquerda faz todo o sentido e acaba por ser oportuna, até porque, face ao quadro legal existente, não tem o Governo legitimidade para negociar com as operadoras o chamado passe social e a justificação que é dada pelo Partido Socialista para a reprovação desta iniciativa do Bloco de Esquerda é, no fundo, um argumento que é utilizado muitas vezes. É porque já está no PIT.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Vai estar! Nós já estamos a fazer!

O Orador: Neste caso, é porque está no PIT ou porque vai estar no PIT. Uma vez é porque tem cão, outras vezes é porque não tem.

Portanto, este é o grande argumento da bancada do Partido Socialista. Aliás, o Deputado Paulo Estêvão já aqui teve oportunidade de uma vez fazer uma intervenção que demonstrava isto que estou a dizer de uma forma,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Científica!

O Orador: ... não científica, mas que, de facto, desmascarava esta posição do Partido Socialista.

Se a oposição propõe alguma coisa que o Partido Socialista já pensou...

Deputado Luís Maurício (PSD): Continue Sr. Deputado! Diga o que está pensando, não tenha receio!

O Orador: ... e, como já pensou, vai ser feito, portanto. Se, entretanto, as oposições propõem, há sempre aquele argumento de ou já está feito ou já está a ser pensado ou vai ser pensado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, nós tratamos disso.

E a verdade é que este é o retomar deste argumento que o Partido Socialista utiliza para reprovar as propostas da oposição. Mas a verdade é que faria todo o sentido que o Governo, quando fosse negociar, tivesse já um quadro legal base e esse quadro legal base é o que nos está aqui a propor o Bloco de Esquerda. E isto faz todo o sentido, independentemente de outras críticas que eventualmente se possam fazer até ao diploma e ao seu conjunto. Mas a verdade é que aquilo que o Bloco de Esquerda aqui traz é exatamente esse quadro legal, que é fundamental para legitimar o Governo para fazer essa negociação.

O Partido Socialista entende que não é assim, mas precisava de ser melhor apurado, Sr. Deputado Ricardo Ramalho, essa argumentação do Partido Socialista, porque, de facto, ela, pelo menos a nosso ver, é insuficiente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, antes de mais, queria felicitar a Sra. Deputada Lúcia Arruda por dois motivos, naturalmente pela sua tomada de posse neste Parlamento, como deputada regional, e desejando-lhe um bom trabalho, mas também pela coragem de uma representação parlamentar fazer o trabalho do Governo Regional com esta proposta.

Deputado Luís Maurício (PSD): É da Assembleia Municipal de Ponta Delgada!

O Orador: E, na verdade, isto decorre daquilo que o Governo Regional tem vindo a anunciar em planos que nunca concretiza e que vão marinando. Segundo disse o deputado do Partido Socialista, tem várias medidas que devem ser implementadas em simultâneo. E à espera do simultâneo, continuamos com um Plano Integrado de Transportes que é tudo menos integrado, tem tudo menos de transportes e de plano só tem mesmo o nome, porque não é aplicado.

O Sr. Deputado Aníbal Pires disse que está tudo feito e pensado e eu acrescentava “ou está no plano”. Para o Governo e para o Partido Socialista, quando a oposição propõe alguma coisa, ou já está feito ou já está pensado fazer ou já têm um plano qualquer para fazer aquilo que as oposições propõem.

Naturalmente que também felicito a Sra. Deputada Lúcia Espínola, porque, na sua intervenção...

Deputado André Bradford (PS): Pode felicitar! Os nomes é que não!

O Orador: ... conseguiu explicar...

Ana Espínola! (*Risos*) Os nomes, às vezes, falham, é verdade. Ninguém é perfeito. Peço desculpa pela confusão.

Mas a Sra. Deputada conseguiu, na sua intervenção, muito bem explicitar o porquê da razoabilidade desta proposta, dando nota realmente das fragilidades que o Governo Regional tem tido em matéria de intermodalidade e relação dos vários transportes entre as diferentes ilhas dos Açores, o que, de facto, tem sido a questão dos transportes um entrave ao desenvolvimento da nossa região.

E, nessa medida, esta proposta do Bloco de Esquerda, no nosso entendimento, faz sentido.

Felicito ainda o Bloco de Esquerda, porque conseguiu apresentar, de acordo com os pareceres recebidos por esta Casa relativamente a esta matéria, conformar a proposta que tinha com esses pareceres recebidos e que, de facto, tinham sentido em termos das objeções que eram colocadas, nomeadamente pela Associação de Municípios.

E, nessa medida, entendemos que era razoável o Governo Regional parar, de uma vez por todas, de fazer só planos, são PITS, são PECAS, são, enfim, há uma série de planos que servem apenas para propagandear qualquer coisa que nunca chega a existir, ora porque há uma série de medidas que esperam umas pelas outras, ora porque não está previsto, de alguma forma, em algum entendimento que o Governo vai mudando à medida que o tempo vai decorrendo e, Sr. Secretário, o PIT foi anunciado há tanto tempo, era suposto ser um Plano Integrado de Transportes, mas eu temo que acabe a legislatura e a gente tenha tudo menos intermodalidade nos transportes nos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD) e Deputada Graça Silveira (CDS-PP):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Sobre a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda e sobre aquilo que a Sra. Deputada me imputou com declarações sobre este decreto legislativo regional, eu devo dizer-lhe que as minhas declarações foram no âmbito do decreto legislativo regional que agora estamos a discutir e de uma proposta de resolução que, a seguir, iremos discutir.

Esta proposta é, efetivamente, uma proposta avulsa, que ignora aquilo que é o trabalho necessário desenvolver para se implementar um processo desta natureza, nomeadamente a necessidade que há de criar condições ao nível tecnológico para fazer a integração e partilha de receita.

Mas, antes disso, há um dado muito importante que convém ter presente.

Para se implementar este sistema é necessário que os operadores que existem nas diferentes ilhas tenham capacidade tecnológica para poderem integrar a plataforma, de forma a que se possa executar todo o trabalho de interligação e, posteriormente, de partilha de receita. Esse trabalho está, efetivamente, a ser desenvolvido por fases. Primeiro, temos que dotar as empresas de capacidade tecnológica; de seguida, tem de se fazer a integração numa plataforma única e, só depois disso, é que se pode fazer e encontrar as condições para implementar a intermodalidade.

Portanto, há aqui uma questão que tem a ver com os sistemas de bilhética das empresas, que inviabilizam a entrada em funcionamento deste sistema para já.

Também lhe quero dizer que, no âmbito do Plano Integrado de Transportes, que umas vezes existe, outras vezes não existe, aquilo que o Bloco de Esquerda se limitou a fazer foi ver qual era a medida e tentar apresentar uma proposta de decreto legislativo regional na perspetiva de que estava a apresentar aqui algo inovador. Aliás, no âmbito do decreto, ignora a existência do Plano Integrado de Transportes, não é, Sra. Deputada? Isto tudo tem uma lógica e uma cadência

que são necessárias percorrer para se poder implementar a intermodalidade em pleno.

Quantos às considerações que foram feitas pelo Plano Integrado de Transportes, Sra. Deputada, eu conheço tudo o que está no Plano Integrado de Transportes...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Parece que não!

O Orador: ... porque participei ativamente na sua construção, eu e a minha equipa. E se a Sra. Deputada ler com atenção o Plano Integrado de Transportes (a Sra. Deputada e todos os Srs. Deputados), pode verificar um conjunto de medidas que estavam elencadas no Plano Integrado de Transportes que estão a ser concretizadas. Aquilo que nos levou ao debate, hoje de manhã, está no Plano Integrado de Transportes; a revisão das Obrigações de Serviço Público está no Plano Integrado de Transportes; a construção e/ou ampliação do porto das Velas está no Plano Integrado de Transportes.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Estão calendarizadas!

O Orador: Portanto, há todo um conjunto de medidas que está no Plano Integrado de Transportes que está em implementação e recorde que o período de implementação do Plano Integrado de Transportes foi apontado como sendo desta legislatura. Nós não podemos antecipar determinadas medidas, por muito que gostássemos, porque o pior que nós podemos fazer é criar condições para que o serviço seja pior e aquilo que se pretende é ter um serviço de excelência ao serviço de todos os açorianos.

Eu recorde-lhe que um dos objetivos principais ao nível do Plano Integrado de Transportes é precisamente a excelência operacional, ou seja, a eficiência de meios com o serviço permanentemente orientado para o cliente. E é neste sentido que nós trabalhamos diariamente na sua concretização para o implementar.

Lamento dizer-lhe, mas este decreto legislativo regional vem a destempo. Daqui a algum tempo haverá condições para se criar o enquadramento legal necessário

para implementar todas as medidas. Aliás, deixe que lhe diga, que, no âmbito da legislação que já existe, há condições para implementar muitas das medidas que requerem a intermodalidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições. Sendo assim, estamos em condições de passar à votação deste projeto de decreto legislativo regional.

Vamos então votar, na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 2 do CDS-PP; 1 do BE; e 1 do PCP.

Presidente: Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 4 da nossa Agenda: Projeto de Resolução n.º 75/X – “Redução do preço do Passe Social”, também apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Dou novamente a palavra à Sra. Deputada Lúcia Arruda para apresentar o diploma.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O direito à mobilidade é uma das principais reivindicações dos açorianos e açorianas, não só porque é sinal de evolução tecnológica dos tempos e do nosso

mundo, mas também porque vivemos os constrangimentos associados à nossa condição arquipelágica e insular.

Na pirâmide da mobilidade, o transporte coletivo rodoviário é a base, logo de seguida, e sobretudo na nossa região, o transporte marítimo de passageiros. Será, pois, lógico que tudo se faça para que estes meios de transporte satisfaçam, na sua plenitude, um verdadeiro serviço público, caso contrário qualquer tentativa de implementação de um sistema integrado de transportes sairá gorada.

Defender uma redução significativa dos preços do passe social não é uma demonstração de populismo e demagogia. Se assim fosse, então, Sr. Secretário, teríamos de acusar a Agência Europeia de Ambiente de populista e demagoga, por assumir que os transportes públicos rodoviários de passageiros são fundamentais para garantir o direito universal à modalidade e à proteção do ambiente, defendendo a universalidade destes serviços gratuitamente.

Essa é a razão para defendermos um passe social universal em vez de um passe social classista e, por isso, limitado aos açorianos e açorianas que não têm dinheiro para adquirir um automóvel e para o estabelecer.

Uma redução universal significativa do preço do passe social, tal como propomos, terá um impacto ambiental positivo, com especial importância para uma região que tem na natureza, ou deveria ter na natureza, a sua imagem de marca e que muito se orgulha de ter projetos inovadores na área das energias renováveis, por exemplo.

O impacto social, para além de acabar com o custo insuportável dos passes sociais para trabalhadores com rendimentos mais baixos, pensionistas e cidadãos portadores de deficiência e que, inclusive, condiciona a aceitação de trabalho na própria ilha de residência ou entre ilhas mais próximas, incentivará a utilização dos transportes públicos, dizia eu, mesmo por quem tem condições económicas para adquirir automóvel e abastecê-lo.

Em 2009, como já aqui disse, esta Assembleia aprovou uma recomendação do Grupo Parlamentar do PS e criou-se o passe social. Foi um passo importante, mas faltam dar outros passos, sob pena do passe social se transformar num enorme fracasso e temos razões para suspeitar ou antecipar este fracasso se nada for feito relativamente aos preços praticados, que não incentivam a utilização dos transportes coletivos rodoviários e marítimos.

Segundo dados do Serviço Regional de Estatística, o número de passageiros transportados em transportes coletivos na ilha de São Miguel, nas carreiras interurbanas, aquelas em que seria de esperar o maior impacto do passe social, não aumentou significativamente, entre o ano de 2011, da implementação do passe social, e 2014. Cinco milhões quinhentos e sessenta e nove mil duzentos e quarenta e oito passageiros em 2011; cinco milhões seiscentos e sessenta e três mil cento e sessenta e nove passageiros em 2012; cinco milhões oitocentos e quarenta e seis mil e quarenta passageiros em 2013. Sr. Secretário, 2014, cinco milhões quinhentos e vinte e seis mil quinhentos e oitenta. Baixou!

Além da redução do número de passageiros verificada no ano passado, o número de passageiros transportados em 2013 não constituiu qualquer recorde, dado que em 2008, antes da introdução do passe social, tinham sido transportados cinco milhões oitocentos e setenta mil seiscentos e dez passageiros.

Na ilha Terceira, desde a implementação do passe social, a evolução do número de passageiros transportados, apesar de ter registado um aumento, este não é igualmente significativo e mimetiza o padrão verificado em São Miguel, incluindo uma redução de passageiros transportados entre 2013 e 2014.

Em 2011, foram transportados, na Terceira, um milhão cento e trinta e quatro mil setecentos e sessenta passageiros; em 2012, um milhão cento e sessenta e sete mil novecentos e oitenta e oito; 2013, um milhão cento e sessenta e oito mil

passageiros; 2014, um milhão cento e doze mil oitocentos e noventa e sete passageiros. Baixou!

Considerando estes dados, não podemos concluir que a implementação do passe social nas atuais condições (preço, rigidez de percursos) tenha sido o grande fator de incremento de utilização dos transportes coletivos rodoviários, como quer fazer acreditar o Governo, pois estes aumentos estão a dar lugar a reduções, além de não serem significativas, nem constituírem recordes, como mostra a realidade da Terceira e de São Miguel.

Fatores como o preço e a adaptabilidade dos horários são decisivos para o incremento da utilização do passe social. Como se poderá esperar que os transportes coletivos de passageiros registem movimentos pendulares significativos se o passe social continua caro e se os horários, muitas vezes, limitam esses mesmos movimentos?

A integração dos transportes preconizada pelo Governo Regional deturpa a pirâmide da mobilidade, até porque se insiste em privilegiar barcos com grande capacidade para transportar automóveis sem se reconhecer que esse é o sintoma de que algo vai mal no transporte rodoviário, pois se estes funcionassem seria menor o número de utentes que sentiriam a necessidade de transportar o seu automóvel de ilha para ilha.

No Plano Integrado de Transportes e no que diz respeito ao transporte coletivo rodoviário, tudo depende das sustentabilidades, mas como estas mesmas sustentabilidades são apontadas como razões para que não se faça mais, ficamos com a impressão de que há sustentabilidades que são mais importantes do que outras. Desde já, as sustentabilidades ambientais e sociais deveriam ser mais do que suficientes para que se implementassem medidas que servissem para aumentar o recurso de facto ao transporte coletivo rodoviário, mas a sustentabilidade económico-financeira sobrepõe-se a todas as outras, não a sustentabilidade da carteira dos utentes, mas sim a sustentabilidade económica

financeira das empresas concessionárias (será?), a qual seria, inclusivamente, garantida se tivesse uma maior procura dos seus serviços por via da prática de preços mais atrativos.

Justificar o insucesso do recurso ao transporte coletivo rodoviário e ao transporte marítimo regular devido à redução da dimensão da nossa região e das nossas ilhas e, por isso, sem movimentos pendulares, é um enorme falácia, que só serve para justificar a falta de vontade política em quebrar paradigmas antigos que em nada nos tem servido, açorianas e açorianos.

Os movimentos pendulares existem, estão a aumentar devido à desertificação dos centros urbanos e, neste aspeto, a região não é, infelizmente, exceção, mas esses movimentos são feitos pelo automóvel particular, pelo que a nossa proposta visa substituir os automóveis por transportes coletivos rodoviários. Além do mais, os movimentos pendulares não se limitam aos trajetos entre os concelhos e incluem, igualmente, os percursos entre algumas ilhas, entre os centros citadinos e as suas freguesias limítrofes, bem como as freguesias rurais. Consideramos que a presente iniciativa é do maior interesse público se houver vontade política. Estará dado o próximo grande passo num percurso para tornar os Açores num exemplo de sustentabilidade.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Está apresentado o projeto de resolução.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Ana Espínola, tem a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Alguém tem de ser a primeira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Primeiro as senhoras!

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O passe social, quando foi criado nos Açores, visou tornar mais “atractivos os transportes públicos”.

A iniciativa parlamentar que recomendava a implementação do passe social na Região, data de 2009, apesar de só em 2011 é que ter sido verdadeiramente implementado e, em boa hora, em 2012, o Governo Regional alargou o seu âmbito aos transportes marítimos no triângulo, algo, aliás, que o CDS-PP já tinha defendido – medida de inteira justiça para as populações destas ilhas que se movimentam diariamente entre S. Jorge – Pico – Faial.

Tendo em conta que um dos considerandos da iniciativa da altura para a criação do passe social era “aumentar os níveis de empregabilidade das populações deslocadas, por intermédio da introdução de horários alargados e novos percursos”, sabendo que os agregados familiares mais carenciados são os principais utilizadores da rede de transportes públicos regional, seria interessante saber quantos dos utilizadores da rede de transportes públicos o utilizam para se deslocar para o seu local de trabalho?

Uma outra questão que era fundamental e que justificava a iniciativa original era que o passe social seria uma mais-valia promotora da utilização dos transportes públicos em detrimento da utilização do veículo próprio, contribuindo para uma mobilidade ambientalmente sustentável.

Seria também interessante procurar saber quantas pessoas passaram a deixar as suas viaturas em casa para, alternativamente, utilizar os meios de transporte público no seu dia a dia.

Será que os percursos, horários e tarifários disponíveis adequam-se às necessidades dos utilizadores?

Será que os percursos, horários disponíveis e tarifários promovem e incentivam a adesão de novos utilizadores aos transportes públicos de forma a tornar este meio de transporte preferencial e substituto à viatura pessoal?

Será que estão a ser alcançados os objectivos de menor consumo de combustíveis fósseis visando a redução da pegada ambiental?

Independentemente das respostas reais a estas questões, o bom senso e a responsabilidade política obrigam-nos a outro tipo de recomendação ao Governo Regional, neste momento...

Para o CDS-PP, e com todo o respeito pela proposta do BE, é para já mais importante melhorar o sistema em vigor, aperfeiçoá-lo, estendê-lo a outras ilhas, implementar verdadeira e efectivamente o Plano Integrado de Transportes, do que baixar os preços de algo que já por si baixa os preços dos transportes públicos...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão.

(*) **Deputada Cecília Pavão (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria também saudar a Sra. Deputada Lúcia Arruda pela nossa conterraneidade e também desejar-lhe as maiores felicidades.

A proposta de projeto de resolução apresentada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda reconhece que a implementação do passe social, em São Miguel e na ilha Terceira, em 2011, conduziu a uma redução do preço em cerca de 50% relativamente à modalidade dos bilhetes pré-comprados. Portanto, reconhece o benefício claro para as populações destas duas ilhas.

Pretende agora o Bloco de Esquerda que o Governo Regional proceda à redução de 50% dos tarifários do passe social nos transportes coletivos rodoviários e marítimos de passageiros. Argumenta o proponente que o passe social absorve

uma percentagem significativa do salário mínimo regional para quem trabalhe noutra concelho, ou até do salário médio, e é por isso, diz o Bloco de Esquerda, “que o movimento pendular entre concelhos é insipiente”.

Ora, esta conclusão é infundada, algo ingénua, na nossa opinião, porque o movimento pendular não se explica apenas, como é óbvio, pelo fator preço do passe social. Tão pouco se pode inferir que os preços ditos proibitivos concorram para a insustentabilidade financeira da empresa pública que tutela o transporte marítimo de passageiros, no caso de haver a intermodalidade.

Há aqui alguma confusão. O ponto de partida é o passe social existente em São Miguel e Terceira. Ainda não há intermodalidade, mas pretende o Bloco de Esquerda que o preço do passe social seja reduzido já.

Ainda no âmbito da proposta, e no que concerne as empresas concessionárias de transportes coletivos rodoviários e marítimos de passageiros, o Bloco de Esquerda aponta as contrapartidas que recebem ou receberam, como os incentivos à renovação das frotas, e outras, como o menor custo de combustíveis ou a compensação pelo transporte de passageiros a preços mais baixos.

Sras. e Srs. Deputados, o passe social foi implementado pelos governos do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Consideram-se passes sociais o passe de 30 dias para o público em geral, repito, para o público em geral, com utilização ilimitada do número de viagens, num percurso selecionado pelo utente. Permitam-me que sublinhe este tipo de passe social, para que o Bloco de Esquerda não invoque o fantasma costumeiro do social que se destina a pobres. É social, destina-se ao todo social açoriano.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Temos também o passe social a que poderemos chamar de 65+, com utilização ilimitada no número de viagens, percurso selecionado pelo utente, com 65 ou mais anos, pensionistas, aposentados e aposentados por invalidez, e ainda o passe mensal para desempregados, igualmente com utilização ilimitada do número de viagens, percurso selecionado pelo utente para um mês, desde que esse utente esteja inscrito na Agência para a Qualificação Emprego e Trabalho.

Sabemos também da virtude do preço ser calculado com base na tarifa simples e do desconto refletir as distâncias percorridas. À maior distância corresponde um maior desconto. O desconto é calculado a partir do preço de 44 viagens mensais, portanto, cinco dias por semana, duas viagens por dia, 22 dias por mês.

Porquê São Miguel e Terceira? Porque representam 90% do total de passageiros transportados na Região Autónoma dos Açores, prevendo o Plano Integrado de Transportes que seja alargado a outras ilhas.

Portanto, e fico por aqui, mas creio que está provado que esta é uma proposta algo insensata e não exequível.

Deputados André Bradford e Iasalde Nunes (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção apenas para dizer que, tal como as próprias empresas que fizeram chegar parecer a esta Assembleia, nós consideramos importante reduzir o preço do passe social. É uma consequência lógica de uma sociedade que vive em crise.

E, portanto, a recomendação que é feita ao Governo é para que proceda à redução do preço do passe social.

Não sei se também, quanto a este diploma, o Governo Regional e o Sr. Secretário irão dizer que vem antes do tempo, mas, se disser que vem antes do tempo, eu posso sempre concluir que é habitual. Geralmente a redução de preços e a apresentação deste tipo de medidas costumam vir mais próximo das eleições.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Lúcia Arruda, tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por agradecer algumas das palavras que me foram aqui dirigidas e gostava, especialmente, de perguntar à Sra. Deputada Cecília (A Sra. Deputada Cecília é de uma freguesia muito perto da minha, nasceu numa freguesia muito perto da minha. A minha freguesia tem as mesmas rotas e os mesmos horários há 30 anos), seguindo este raciocínio, uma vez que a Sra. Deputada Cecília acha que é insensata e que os preços já são acessíveis, se já falou com alguém destas freguesias, por exemplo? Dou o exemplo da Bretanha, como poderia dar outro qualquer, em que o passe mensal custa 55 euros para uma pessoa que ganha o salário mínimo regional ou então no caso de Vila Franca, que penso que é a sua residência agora, cerca de 80 euros, 79 euros é o passe mensal. Gostava que me dissesse onde é que este é um preço de passe mensal e se é razoável e onde é que está a insensatez, Sra. Deputada.

Relativamente ainda aos preços e à redução de preços, o Sr. Secretário também disse na comissão que os estudos que tinham feito eram baseados comparando distâncias iguais. E não querendo comparar o incomparável, eu vou começar só com um exemplo.

Um passe social Horta/Pico, 4,3 milhas náuticas, custa 95 euros, 22 dias úteis, ou 127 euros para 30 dias. E agora dou o exemplo. Cais do Sodré/Seixal, passe social, 34,75 euros. Portanto, estamos conversados. Onde é que são muito mais caros no continente?

Deputado André Bradford (PS): O universo de beneficiários não é o mesmo!

A Oradora: Depois ainda lhe digo mais, dou-lhe mais um exemplo.

L123. Abrange as três coroas, portanto, Grande Lisboa, e vamos, por exemplo, do Cais do Sodré até ao Seixal ou do Cais do Sodré ao Vale do Fetal ou a Cacilhas ou à Trafaria.

Deputado André Bradford (PS): Qual o número de passageiros dessas rotas?

A Oradora: Sabe quanto é que custa este passe, Sr. Secretário? Sessenta e sete euros. Sabe quanto é que as pessoas pagam em São Miguel para metade do trajeto? À volta de 70 euros. Portanto, estamos conversados.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Quantas pessoas!

A Oradora: Além de que este passe do L123 corresponde para toda a rede da Carris, inclui prolongamentos suburbanos, travessia da Ponte 25 de Abril, uso da CP até ao Barreiro. Portanto, relativamente a distâncias, estamos conversados em relação ao continente.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não, não estamos!

A Oradora: Gostava mais...

Então, inscreva-se, Sra. Deputada, e depois diga o que tem a dizer, se faz favor.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não me quero inscrever! Quero mandar apertes!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deixem a Sra. Deputada falar!

A Oradora: Relativamente ainda aos preços, é sempre o PIT do Sr. Secretário Regional, que tem muito orgulho, que volta a dizer, na página 36, que o passe intermodal e os passes têm como objetivo a redução de custo e dar maior grau

de liberdade ao nível de mobilidade de passageiros, potenciando a utilização de transportes públicos.

Ainda relativamente às confusões, Sr. Secretário e Sra. Deputada Cecília, falou aqui no passe a 30 dias, que não tem, é um passe...

(Aparte inaudível da bancada)

A Oradora: Sim, mas são estes números que eu apresentei aqui. Portanto, são preços proibitivos para quem tem um salário mínimo. Pois claro! Só quem nunca teve um salário mínimo e não andou de autocarro e pagou estes preços... A senhora para ir para a Bretanha paga 4,25 euros para cada lado, são 8 euros, por exemplo.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Oito euros e meio!

A Oradora: Oito euros e meio! Obrigada!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Vamos lá fazer contas!

A Oradora: Mas ainda lhe digo mais.

Relativamente a enganar, o passe foi anunciado, a modalidade para a terceira idade, com uma redução de 25%, e bem, pelo Governo e referido agora pela Sra. Deputada, o passe mensal de desempregados. E passo a ler o que é o passe mensal de desempregados, para quem não leu ou se esqueceu que estava no PIT.

“Passe mensal de desempregado. Modalidade válida para utilização ilimitada, num percurso selecionado pelo utilizador, perante um mês após a sua emissão, destinado a utentes desempregados, inscritos na Agência... [tudo bem até aqui], o qual não pode ser renovado sucessiva ou interpoladamente mais do que duas vezes por ano no ano civil.”

Isto não é uma isenção, é uma redução de 25%. Isto não é passe social nenhum para os desempregados. Dois meses por ano! Os outros dez meses o desempregado fica confinado a casa,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... não pode procurar emprego, não pode ter vida social...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: ... ou familiar fora de casa.

Portanto, Sr. Deputado, quanto a demagogia, novamente, peço desculpa por insistir, mas foi o senhor que começou com este discurso.

Quanto a demagogia, estamos entendidos. Há falta de vontade política do Governo Regional em fazer deste passe social realmente um passe social que sirva as pessoas, com trajetos, com rotas, com horários e com preços que sejam compatíveis com a sua carteira.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Enquanto chamarem a isto passe social, o Bloco de Esquerda insistirá sempre, nesta Casa, que isto não é um passe social.

Muito obrigada.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Cecília Pavão.

(*) **Deputada Cecília Pavão (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às comparações, Sra. Deputada Lúcia Arruda, eu gostaria de lhe lembrar que é necessário ter em conta o que se compara e estabelecer as comparações que realmente possam ser estabelecidas.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Veja o preço dos passes, Sra. Deputada!

A Oradora: Não estamos no continente, Sra. Deputada, vivemos em ilhas, que são nove, não atravessamos o rio e não apanhamos o metro.

Vejamos o transporte coletivo rodoviário de passageiros.

O tarifário normal e os preços dos passes sociais são inferiores aos praticados...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Não é verdade!

A Oradora: ... no continente e na Madeira.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Não estou a falar da Madeira!

A Oradora: Vejamos a tarifa mínima de bordo. Nos Açores, oitenta cêntimos, 1 a 5 quilómetros. Estes é que são os números, Sra. Deputada. No continente, 1 euro para 1 a 2 quilómetros ou 2 euros e 25 cêntimos para a mesma distância nas carreiras com bilheteira automatizada. Na Madeira, 1 euro e 30 cêntimos para a zona 1.

Tarifa máxima de bordo. Nos Açores, 4 euros 89 cêntimos, 76 a 85 quilómetros, Sra. Deputada. Ao quilómetro 49, a tarifa é de 4 euros 23 cêntimos. No continente, ao quilómetro 49, a tarifa é de 4 euros e 45 cêntimos.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Mas eu alguma vez falei em preço por quilómetro? Deve estar a brincar comigo!

A Oradora: Na Madeira, 5 euros 85 cêntimos ou 6 euros para a mesma zona.

Relativamente aos passes sociais, Sra. Deputada (passes sociais!), peço perdão, mas tenho que lhe dizer. O valor mínimo são 24 euros 64 cêntimos, o passe de 30 dias; 18 euros 48 cêntimos, o passe de terceira idade e de desempregado. No continente, são 26 euros 70 cêntimos, 1 a 4 quilómetros; na Madeira, 33 euros e 70 cêntimos para a zona 1.

Atenção! Nos Açores, o passe social 30 dias destina-se a um percurso de 1 a 5 quilómetros, com número ilimitado de viagens, sem condicionalismos de escalões de vencimentos, o que não acontece na Região Autónoma da Madeira. Sejam honestos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao valor máximo. Região Autónoma dos Açores, 65 euros, passe de 30 dias; 48 euros 79 cêntimos, terceira idade, pensionista por

invalidez e desempregados, para percorrer 80 quilómetros, Sra. Deputada, sem constrangimentos de rendimentos para nenhuma destas categorias. No continente, o mesmo passe custa 122 euros e 80 cêntimos; na Madeira, custa 154 euros.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é uma viagem de avião!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E ainda resta!

A Oradora: Portanto, chumbaremos a proposta, Sra. Deputada, porque o valor dos passes sociais na Região Autónoma dos Açores é mais baixo do que no restante território nacional. Poderia ser muito bom baixar, mas não é, como eu já disse, exequível e não é sensato.

Portanto, Sra. Deputada, quanto a números, estes são os números.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Contente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É para defesa da honra!

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É para defesa da honra!

O Orador: Também queria cumprimentar a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda e desejar-lhe as melhores felicidades.

Pedi para intervir neste debate na parte da viagem dos transportes terrestres.

Eu devo dizer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é o responsável por isso!

O Orador: Com muito orgulho, sou responsável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com orgulho!

O Orador: Sou responsável, porque o Governo a que eu pertenci entendeu que havia necessidade, naquela altura, e havia também a possibilidade de fazer duas coisas.

Em primeiro lugar, de acordo com um programa pelo qual nós lutámos, e que foi um programa difícil de conseguir na União Europeia, de proceder aos apoios às empresas de transportes coletivos para a renovação das frotas, com dois objetivos.

Em primeiro lugar, para garantir maior segurança e também maior conforto aos utentes e dar maior atratividade a esse tipo de transportes e, por outro lado também, para permitir às próprias empresas que elas tivessem menos gastos em combustíveis com viaturas novas e, por isso, também, isso tinha e teve um reflexo positivo na menor importação de ramas petrolíferas, uma vez que não só o programa serviu para haver menos emissões de gases nocivos para a atmosfera (e, aliás, esse era o objetivo do programa europeu), como também serviu para as próprias empresas poderem ter melhor rentabilidade, uma vez que tinham menos custos fixos com os combustíveis. Por outro lado, permitiu, como já foi dito aqui pela Sra. Deputada, que 193 novos autocarros, numa frota de 210, fossem renovados, na Região Autónoma dos Açores, pelas empresas que concorreram a esse sistema de incentivos, num investimento, que também já foi dito aqui, de 30 milhões de euros, e correspondendo ao Governo Regional cerca de 18 e o resto às empresas. Introduziu-se também melhorias, também já foi dito aqui, importantes no sistema da bilhética e mesmo melhorias e inovações feitas numa empresa, numa das ilhas, na ilha Terceira, em que, por GPS, começou-se a introduzir nova tecnologia para se saber onde é que estavam os autocarros, melhorias na aquisição de bilhetes. Portanto, houve aqui um trajeto importante.

Uma segunda fase, que foi também já aqui referido, e aí é preciso dizer com verdade que houve melhorias muito significativas, e eu não posso deixar de recordar, e por isso vim também ao debate, que um passe social, do Nordeste para Ponta Delgada, custava 138 euros 91 cêntimos e passou para 60 euros. Um passe social, do João Bom da Bretanha,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande terra!

O Orador: ... do sítio onde a Sra. Deputada é também, agora custa, de facto, 51 euros 60 cêntimos, mas custava 101 euros 2 cêntimos. E, por isso, esta viagem para os pensionistas, para as pessoas com invalidez e para os desempregados...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Os desempregados têm direito a dois por ano!

O Orador: ... também teve grandes melhorias, porque as pessoas, por exemplo, do João Bom, pagavam 51 euros 60 cêntimos e passaram a pagar 38 euros 70 cêntimos.

Claro que pode-se sempre melhorar, pode-se sempre diminuir os preços dos tarifários, mas há também aqui uma coisa que esta reforma fez que foi introduzir novos itinerários, para além dos tarifários, e isso significa também que...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Não é para o lado norte de São Miguel!

O Orador: Não, há, de facto, muitos trajetos que passaram a ter menos paragens e isso significa também que as pessoas de quase todas as ilhas onde isto foi implementado passaram a ter novos itinerários, novos tarifários e novos horários, porque foram esses os três objetivos com que foram desenhadas estas políticas e foram estes três objetivos que se conseguiram alcançar.

Só mais uma informação à Câmara. Esta reforma viária foi feita com base num estudo profundo, muito aturado, com auscultação não só às pessoas, às entidades, mas também, naturalmente, às empresas de transportes coletivos e eu penso que há uma boa base, naturalmente que pode evoluir no Plano Integrado de Transportes, mas é preciso dizer com verdade que esta é uma base muito melhor do que aquela base que vigorava anteriormente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Lúcia Arruda, tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta última intervenção...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora tem tempo!

A Oradora: ... só para, um pouco, responder, dentro do possível, algumas das coisas que foram aqui ditas.

Não é verdade, ou melhor, se por um lado é verdade que se mexeu em algumas rotas e horários, a maior parte, e quem conhece as nossas ilhas e anda de autocarro sabe perfeitamente, não foram alterados. Eu estou-lhe a dizer que sou de uma freguesia na costa noroeste de São Miguel que tem os mesmos horários, com as mesmas paragens e acaba exatamente à mesma hora, 7 da noite. Uma pessoa da minha freguesia que quer trabalhar à noite, por exemplo, no hospital, no Parque Atlântico ou noutra sítio qualquer, não pode, não tem autocarro noturno. Uma pessoa que queira trabalhar ao sábado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não se pode trabalhar nesta terra!

A Oradora: ... depois das 5 horas, não pode, não tem autocarro.

Portanto, é só para ficarmos entendidos e nem tudo vai bem no reino da Dinamarca, entre aspas.

Relativamente ainda aos pareceres, o Sr. Deputado José Contente disse aqui que, na altura, foi feita uma auscultação, e bem, mas eu lembro que já lá vão quatro anos e quem leu os pareceres que chegaram a esta comissão sobre este projeto vai ver que não há um único parecer que não esteja de acordo com a redução dos tarifários e do passe social. Por que é que será que só o Governo e o Partido Socialista é que acham que está tudo muito bem?

Ainda relativamente, e aproveitando a minha intervenção, ao respeito pelas pessoas e ao respeito pelos residentes, acima de tudo, eu agora queria aproveitar

esta situação em que estamos a falar de transportes e redução de passes, e voltando a lembrar que quem vai trabalhar todos os dias para a Horta e Madalena paga um passe de 95 euros, no mínimo, porque se trabalhar aos sábados já são 127 euros.

Eu queria trazer à colação, agora, neste momento, penso que todos os Srs. Deputados receberam, certamente o Sr. Secretário do Turismo e Transportes também recebeu, uma queixa de vários utentes do passe entre Horta e Madalena que, no dia 20 de fevereiro de 2015, houve um grupo de pessoas, exatamente utentes do passe social que trabalham na Madalena, que deveriam voltar a casa no seu horário, no barco das 18 horas, e não voltaram simplesmente porque não havia lugar porque tinha havido um grupo de turistas provenientes de um pacote e que lhes tomou, digamos, o lugar, pois o barco não tinha lugar para toda a gente, foi dada prevalência a estas pessoas, às 18 horas, sendo que estes trabalhadores, estas pessoas que usam o passe social ficaram uma hora à espera do próximo barco.

Portanto, Sr. Francisco César,...

Deputado Francisco César (PS): Eu? O que é que eu tenho a ver com isso?

A Oradora: ... se isto realmente é o que o Governo defende, acima de tudo, o passageiro residente, o Sr. Deputado usou esta expressão e é sua, o Governo Regional e o PS defende, acima de tudo, o passageiro residente. Usou noutra situação, mas sempre a propósito de transportes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem dito, sim senhora!

Deputado Francisco César (PS): Mas eu não participei neste debate!

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado e Sr. Secretário, devem dar uma resposta cabal a estas pessoas que pagam um passe vergonhoso de 95 euros todos os meses para irem trabalhar para o Pico.

Portanto, para terminar a minha intervenção, haveria, se calhar, muito mais a dizer, mas já percebemos qual é a vontade política quer do Governo, quer do PS

em realmente fazer a diferença, porque tem-se falado aqui, muitas vezes, nesta Casa, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que, entretanto, e este passe social, lembremo-nos, é de 2011 que estamos a falar, que a situação levada a cabo pelo Governo da República PSD/ CDS...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): PP!

A Oradora: ... e que tem encarecido sobremaneira as despesas das pessoas, quer famílias, quer agregados independentes, quer pelo saco fiscal, quer pelo aumento dos preços de tudo e mais alguma coisa, ou seja, cada vez as pessoas têm menos rendimentos, se é verdade na República, também é verdade na Região Autónoma dos Açores, meus senhores. E este passe foi instituído em 2011 e nós estamos em 2015, no meio de uma grande crise, reconhecendo nós que as pessoas, hoje, não têm a capacidade económica que tinham há quatro anos. E, então, está tudo bem na mesma. Sras. e Srs. Deputados, francamente não percebo. Quando é para a República, é porque dá jeito, quando é para aplicar na Região Autónoma dos Açores, já não dá assim tanto jeito.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem, Sra. Deputada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Portanto, quanto à vontade política e à realidade e à necessidade das pessoas, os açorianos e açorianas ficaram completamente elucidados de qual é a posição do PS e do Governo nesta matéria.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para? Uma interpelação?

Tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário, vamos também interromper os nossos trabalhos.

Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

Sr. Deputado Artur Lima, peço desculpa só um minuto.

Eram 19 horas e 51 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Bloco de Esquerda (BE)

Lúcia de Fátima Oliveira Arruda

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros – n.º 287/XII – n.º 133/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 02 – 27

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 16.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Revoga o Regime de Requalificação – n.º 704/XII - n.º 129/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 02 – 16

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 09;

Assunto: Transparência dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos – n.º 765/XII - n.º 130/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 02 – 16

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 09;

Assunto: Alteração ao regime Jurídico da Urbanização e Edificação - Procede à 14.º Alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro – n.º 785/XII – 4.ª - n.º 131/XII

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 02 – 27

Comissão: Comissão de Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 13;

Assunto: 1.^a alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), reforçando a gestão democrática das instituições - n.º 792/XII - n.º 132/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 02 – 27

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 13.

3 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Aprova o regime de acesso e exercício da atividade de prestação de serviços de auditoria de instalações de produção em cogeração ou de produção a partir de fontes de energia renováveis - PCM (MAOTE) - Reg PL 111/2015 – n.º 162/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 02 – 25

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 17.

4 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de dezembro, que reformula a Lei do Jogo - ME - (Reg. DL 91/2015).– n.º 157/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 02 – 12

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 02 – 23;

Assunto: No uso da autorização legislativa pela Lei n.º 73/2014, de 2 de setembro, aprova o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, a Tabela Geral do Imposto do Selo, e o Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho - ME - (Reg. DL 83/2015). – n.º 158/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 02 – 12

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 02 – 23;

Assunto: Que, no uso da autorização legislativa pela Lei n.º 73/2014, de 2 de setembro, aprova o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, a Tabela Geral do Imposto do Selo, e o Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho - ME - (Reg. DL 83/2015). – n.º 159/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 02 – 12

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 02 – 23;

Assunto: Estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes, assegurando a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2003/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de outubro de 2003, relativo aos adubos - ME - (Reg. DL 241/2014). – n.º 160/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 02 – 13

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 02 – 25;

Assunto: Estabelece o regime jurídico aplicável aos mercados locais de produtores e procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho - MAM - (Reg. DL 522/2014). – n.º 161/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 02 – 20

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 16;

Assunto: Procede à primeira alteração ao decreto lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, que aprova o regime do sistema Nacional de Informação Geográfica - MAOTE - (Reg. DL 59/2015). - n.º 163/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 03 – 02

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 23;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que aprova o regime jurídico da reserva agrícola nacional - MAM - (Reg. DL 334/2014).- n.º 164/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 03 – 02

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 23.

5 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Eleva a Freguesia de Porto Judeu à Categoria de Vila – n.º 45/X](#)

Proveniência: PS, PSD, CDS-PP, BE PCP e PPM

Data de Entrada: 2015 – 02 – 11

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 16;

6 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro – n.º 49/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 02 – 24

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 24;

Assunto: [Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015/A, de 7 de janeiro – n.º 50/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 02 – 27

Com Pedido de urgência;

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de Janeiro – n.º 51/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 02 – 27

Com Pedido de urgência.

7 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Inventariação e Proteção das Relheiras dos Açores – n.º 114/X](#)

Data de Entrada: 2015 – 02 – 24

Proveniência: CDS-PP

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 03 – 26;

Assunto: [Criação do “Museu do Parlamento” – n.º 115/X](#)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 02

Proveniência: PSD

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 06;

Assunto: [Pedagogia da Autonomia na Comunicação Social – n.º 116/X](#)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 02

Proveniência: PSD

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 04 – 06.

8 – Requerimentos:

Assunto: [Governo não cumpre lei dos apoios culturais](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 02 – 16

Referência: 54.03.00 – N.º 363/X;

Assunto: [Deslocação de Médicos Especialistas ao Hospital da Horta](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Luís Maurício (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 02– 18

Referência: 54.03.07 – N.º 364/X;

Assunto: [NONAGON](#)

Autores: António Marinho, António Ventura e Humberto Melo (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 02– 20

Referência: 54.03.02 – N.º 365/X;

Assunto: [Nomeação do Enfermeiro-Diretor para o novo Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2015 – 02– 20

Referência: 54.06.03 – N.º 366/X;

Assunto: [Para quando a segunda fase da variante à cidade da Horta?](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 02– 23

Referência: 54.03.07 – N.º 367/X;

Assunto: [Atraso nos pagamentos às associações de bombeiros voluntários \(IV\).](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 02– 24

Referência: 54.03.00 – N.º 368/X;

Assunto: [Governo Incapaz de cumprir prazos](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 02– 24

Referência: 54.03.00 – N.º 369/X;

Assunto: [Situação da infestação por térmitas na Região](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2015 – 02– 26

Referência: 54.06.00 – N.º 370/X;

Assunto: [Governo garante ou não se a SATA manterá o mesmo número de ligações entre Lisboa e a Horta?](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 02– 27

Referência: 54.03.07 – N.º 371/X;

Assunto: [Intervenções na Rede Viária Regional](#)

Autores: António Pedro, Bruno Belo, Cláudio Lopes, Humberto Melo, João Bruto da Costa, Luís Garcia, Luís Rendeiro e Paulo Parece (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 02– 27

Referência: 54.03.00 – N.º 372/X;

Assunto: [Ligações aéreas Pico/Lisboa no próximo verão IATA](#)

Autor: Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 02

Referência: 54.03.06 – N.º 373/X;

Assunto: [Atraso na conclusão das obras do Parque de Exposições da Ilha Terceira](#)

Autora: Lúcia Arruda (BE)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 02

Referência: 54.06.03 – N.º 374/X;

Assunto: [Atuação do Governo nos empreendimentos termais dos Açores](#)

Autores: Luís Maurício, João Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 03

Referência: 54.03.00 – N.º 375/X;

Assunto: [Deslocação de doentes demorada no Hospital da Horta](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 03 – 03

Referência: 54.03.07 – N.º 376/X.

9– Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Plano de Revitalização da ASTA Atlântida, SA.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 02 – 13

Referência: 54.03.00 – N.º 235/X;

Assunto: [Pagamento em atraso às Associações de Bombeiros Voluntários](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 02 – 18

Referência: 54.03.00 – N.º 187/X;

Assunto: [Controle da densidade do pombo torcaz na Ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 03 – 05

Referência: 54.03.06 – N.º 289/X;

Assunto: [Nomeação do Enfermeiro-Diretor para o novo Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 03 – 05

Referência: 54.06.03 – N.º 366/X.

10 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação em Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015 - Regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios na Região Autónoma dos Açores, para publicação em Diário da República.

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2015 – 02 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação em Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015 - Revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2006/A, de 6 de abril

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2015 – 02 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação em Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015 - Atribuição da Designação de Tesouro Regional à imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres e os seus Cinco Dons.

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2015 – 02 – 16;

Assunto: Conhecimento do ofício dirigido ao Dr. Carlos Magno, Presidente da Direção Executiva da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Proveniência: O Presidente do Município da Calheta – Velas de S. Jorge, Décio Pereira

Data de Entrada: 2015 – 02 – 18;

Assunto: Aeroporto de Santa Maria - "Contexto Açores e seu impacto local", relativo ao Plano de Revitalização da ilha Terceira

Proveniência: O Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria

Data de Entrada: 2015 – 02 – 18;

Assunto: Envio de Recomendação e Relatório técnico - “Retenção Escolar nos Ensinos Básico e Secundário”

Proveniência: Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

Data de Entrada: 2015 – 02 – 27;

Assunto: Voto de Protesto - Plano de Revitalização Económica da ilha Terceira

Proveniência: Assembleia Municipal de Vila do Porto

Data de Entrada: 2015 – 03 – 03;

Assunto: Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores Açorianos – 2015

Proveniência: CGTP IN/Açores

Data de Entrada: 2015 – 03 – 05;

Assunto: Debate de Urgência - Acessibilidades: Transportes e Turismo

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2015 – 03 – 05;

Assunto: Debate de urgência sobre a "Anemia do investimento, estagnação da economia e crise social”

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2015 – 03 – 05;

Assunto: Ofício n.º 29, de 5 de março de 2015 a retirar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 44/X - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 44/2008/A, de 5 de novembro - Parque Natural da ilha do Corvo.

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2015 – 03 – 05.

11 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 03 – 06;

Assunto: [Estabelece as medidas para a utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados e de organismos geneticamente modificados, tendo em vista a proteção da saúde humana e do ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2009/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio. - MAOTE - \(Reg. DL 482/2014\). – n.º 155-OGP](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 02 – 23;

Assunto: Parecer Sectorial da Proposta de Resolução n.º 9/X - Conta da Região Autónoma do Açores do ano de 2013

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 02 – 24;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 44/X – Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 44/2008/A, de 5 de novembro – Parque Natural da Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 03 – 06;

Assunto: [Verificação de Impedimentos e Incompatibilidades do Deputado José Andrade](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 03 – 06;

Assunto: [Projeto de Resolução N.º 97/X – Recomenda ao Governo Regional que reforce o apoio e a cooperação com as freguesias dos Açores \(PCP\)](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 03 – 03;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 04;

Assunto: Parecer Sectorial da Proposta de Resolução n.º 9/X - Conta da Região Autónoma do Açores do ano de 2013

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 02 – 26;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 42/X – Rede Social Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 04;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 43/X – Primeira alteração ao DLR n.º 15/2006/A, de 7 de abril, que Estabelece o Regime Jurídico da Educação Especial e do Apoio Educativo](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 04;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 89/X – Recomenda ao Governo Regional que altere a fórmula de cálculo do valor cliente](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 04;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 90/X – Recomenda ao Governo Regional que disponibilize o serviço de apoio ao domicílio aos domingos e feriados](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 04;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 91/X – Regime jurídico educativo especial e apoio educativo](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 04;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 95/X – Ampliação da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 04;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 103/X – Identificação dos processos e técnicas de construção do bote baleeiro](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 03 – 04;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 03 – 06;

Assunto: [Fixação de um Sistema Fiscal Regional – n.º 276/XII – n.º 128-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 02 – 18;

Assunto: [Aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros – PCM \(ME\) – \(Reg. PL 48/2015\)](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2015 – 02 – 23;

Assunto: [Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 42/89, de 2 de dezembro, que reformula a Lei do Jogo – ME – \(Reg. DL 91/2015\) – n.º 157-OGP](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2015 – 02 – 24;

Assunto: [No uso da autorização legislativa pela Lei n.º 73/2014, de 2 de setembro, aprova o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, a Tabela Geral do Imposto do Selo, e o Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho - ME - \(Reg. DL 83/2015\) – n.º 158-OGP](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2015 – 02 – 24;

Assunto: [No uso da autorização legislativa pela Lei n.º 73/2014, de 2 de setembro, aprova o regime jurídico da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial, e altera a Tabela Geral do Imposto do Selo, e os Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro - ME - \(Reg. DL 84/2015\) – n.º 159-OGP](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2015 – 02 – 24;

Assunto: [Projeto de Decreto-lei - Estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes, assegurando a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento \(CE\) n.º 2003/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de outubro de 2003, relativo aos adubos - ME - \(Reg. DL 241/2014\).- n.º 160-OGP](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2015 – 02 – 26;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 9/X - Conta da RAA referente ao ano 2013.](#)

Proveniência: Economia

Data de Entrada: 2015 – 03 – 05;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 49/X – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro](#)

Proveniência: Economia

Data de Entrada: 2015 – 03 – 05.

12 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 85, 86, 87 e 88.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 89 e 90.

A redatora: Sónia Isabel Maciel Nunes